AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL 22 ❑ Nº 01 ❑ JANEIRO DE 2002 ❑ R$ 6,00
ISSN 0100-4298

GOIÁS: A GRANDE ARRANCADA

Ganha força o tom profissional e a capacidade administrativa substitui o peito e a raça

FGV IBRE

ENSAIO
Como entender os resultados do censo agropecuário

DÉCADA DIFÍCIL
Os anos 90 não foram lá essas coisas para a agroindústria

ÉTICA NO CAMPO
Um Estatuto da Terra para os anos 2000, por Xico Graziano

5ª Conferência Anual

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Cenário Internacional • Preços de Mercado
Oportunidades para o Álcool no Brasil • Co-geração de Energia Elétrica



19 e 20 de Março de 2002 - Grand Hotel Mercure - São Paulo - SP

Confira os assuntos que serão abordados nesta conferência:

- Desafios para a expansão do setor sucroalcooleiro e manutenção do equilíbrio entre oferta e demanda de açúcar e álcool
- Avaliação do cenário internacional e as oportunidades para a exportação de álcool para mistura na gasolina
- Questões ambientais, tecnológicas e econômicas que dificultam o desenvolvimento do mercado de álcool combustível no Brasil
- Estratégias e tecnologias para aumentar a produtividade e garantir competitividade das usinas
- Linhas de crédito disponíveis para financiar projetos do setor sucroalcooleiro
- Riscos e oportunidades de investimentos em co-geração a partir do bagaço da cana

Compartilhe experiências com as empresas:

JARDEST AÇÚCAR E ÁLCOOL
GRUPO JOSÉ PESSOA • BR DISTRIBUIDORA
ANFAVEA • MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNICAMP • BNDES • SINDAÇÚCAR
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO
GRUPO VIRGULINO DE OLIVEIRA AÇÚCAR E ÁLCOOL
MACROTRADE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Organização:

ibc International Business Communications
Investing business with knowledge

Solicite a programação completa do evento pelo e-mail: luciana.peixoto@ibcbrasil.com.br ou pelo telefone: (11) 3017.6888. Se preferir, visite o site: www.ibcbrasil.com.br/gc1173



Gestão da parceria

A cultura do diálogo em Goiás melhorou os indicadores do estado

Moura Vilela: rebanho bovino de 20 milhões de cabeças e US$80 milhões em exportações de carne

POR
MÁRCIO BUENO

Para melhorar o desempenho da balança comercial, o governo federal vem se esforçando não apenas para aumentar o volume das exportações, mas também para aumentar o valor das unidades exportadas, o que implica estimular a agregação de valor internamente. Entre os estados que têm o agribusiness como principal atividade, Goiás é um dos que podem servir de exemplo ao resto do Brasil, por ter-se adiantado nesse processo de implantação da agroindústria, deixando aos poucos de ser um mero exportador de matéria-prima. Um dos responsáveis por essa performance é Leonardo Moura Vilela, titular da Secretaria Estadual de Agricultura do estado do início da atual gestão até dezembro de 2001, quando pediu exoneração para disputar as próximas eleições legislativas. Médico pediatra e também produtor de leite, Leonardo chegou à secretaria depois de acumular experiência participando de diversas entidades ruralistas, inclusive como presidente do Sindicato Rural da cidade de Mineiros e vice-presidente da Federação de Agricultura do Estado de Goiás. Os resultados positivos obtidos são creditados por ele à forma compartilhada de tomar decisões que implantou na Secretaria de Agricultura. Leonardo Moura Vilela falou a AGROANALYSIS *em dezembro, pouco tempo antes de deixar o cargo.*

■ Como se dá a participação da sociedade e de outros setores do governo nas decisões relativas ao agronegócio de Goiás?

— Assim que assumimos, nós chamamos para um seminário todo o setor do agronegócio, além de representantes de outras secretarias, do governo federal, de entidades de classe da indústria, do comércio, do setor financeiro, o sistema S (Sebrae, Senai e Senac), e também a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Durante dois dias nós discutimos quais eram os gargalos, quais eram os desafios, quais eram as prioridades do setor em nosso estado. Ao final das discussões, nós elencamos 88 pontos. Posteriormente, eles foram organizados em forma de plano por uma equipe de 10 pessoas escolhidas entre as mais representativas do agronegócio, que trabalharam durante um mês até consolidar os resultados daquele encontro.

■ O resultado do trabalho foi um planejamento para o setor?

— Um plano que nós chamamos de Plano da Agrocidadania e que tem como lema, como *slogan*: "Desenvolvimento humano, sustentável e competitivo". Essa é a síntese das nossas preocupações. Sobre o "humano" do lema, significa que de nada adianta ser um dos maiores produtores de grãos, de carne, de leite se o trabalhador rural estiver mal. O "sustentável" refere-se à questão ambiental – nós queremos preser-

var e aproveitar adequadamente os recursos naturais, crescendo sem destruir. O "competitivo" do lema significa que o foco deve estar também no aspecto econômico, capacitando-nos a disputar os mercados nacional e internacional. Essa é a tônica do nosso trabalho, são os três pilares que norteiam nosso planejamento e nossas ações.

E qual foi a principal inovação?

— Foi estabelecer a gestão da parceria, do diálogo, em que nunca tomamos uma decisão sem consultar, sem discutir exaustivamente com o setor. Todas as questões são resolvidas na mesa, são intensamente debatidas até se chegar ao consenso ou o mais próximo possível do consenso, com o total engajamento de todos. O que nós fazemos é unir esforços em torno de objetivos comuns, tanto do setor privado quanto do setor público.

Já dá para medir o resultado dessas iniciativas?

— Os resultados desses três anos são visíveis e bastante positivos. Nesse período, o rebanho bovino de Goiás saltou de 16 para 20 milhões de cabeças, além de ter melhorado a qualidade genética do rebanho, a qualidade da carne. As exportações de carne bovina, que eram incipientes, estão chegando nesse ano de 2001 a US$80 milhões e mais US$20 milhões de couro. Só no complexo bovino são, portanto, US$100 milhões de exportação. A parte genética, a parte de manejo, de modernização dos frigoríficos, cabe ao pecuarista, ao empresário, mas o governo teve participação decisiva na questão tributária. Reduzimos o imposto do boi de 7 para 3% e demos um crédito de ICMS de 7% para os frigoríficos exportarem carne.



Todas as questões são resolvidas na mesa até se chegar ao consenso ou o mais próximo possível do consenso, com o total engajamento de todos. O que nós fazemos é unir esforços em torno de objetivos comuns.

Como funciona esse crédito de ICMS?

— Além de estar livre do ICMS, por causa da Lei Kandyr, o exportador recebe um crédito de 7% sobre o valor da exportação, que pode ser usado como dinheiro, para adquirir insumos, equipamentos. Além disso, nós erradicamos a febre aftosa, o que foi fundamental para conquistarmos o mercado externo, inclusive ocupando o espaço que antes era da Argentina, do Uruguai. Atualmente, nós estamos, junto com a Apex e com o setor privado, fazendo um programa de R$1 milhão para a promoção da carne bovina de Goiás no exterior. É uma campanha de *marketing* que começa em breve, acoplada à campanha de *marketing* da carne bovina brasileira.

Em que consiste essa campanha?

— Ela estabelece a participação em feiras internacionais, a vinda de representantes de outros países – jornalistas especializados, representantes de consumidores e de órgãos de sanidade animal – para participar das feiras que realizamos em Goiás. O pacote de promoção prevê também a capacitação e reciclagem de profissionais voltados para as vendas, para a elaboração de catálogos e outros materiais publicitários que devem ter versões em diversas línguas e serem adequados às especificidades de cada cultura. A carne processada pelos frigoríficos é um exemplo, mas o mesmo está sendo feito em relação ao leite, ao algodão, aos grãos, aos frangos, aos suínos. O agronegócio, que responde por 2/3 do PIB de Goiás, é efetivamente a nossa grande vocação econômica.

O senhor falou do crescimento do rebanho bovino e do crescimento das exportações de carne bovina. E em relação a outros produtos?

— Nós pegamos o estado produzindo, em 1998, 6 milhões de toneladas de grãos e na próxima safra vamos chegar a 10 milhões de toneladas, o que significa aumento de arrecadação, de renda, do número de empregos. A produção de leite, que era de 2 bilhões de litros, vai fechar em 2,6 bilhões este ano. Em relação ao algodão, nós tivemos problemas no passado, safras entre 80 e 100 mil toneladas de pluma, e este ano nós colhemos 111 mil toneladas. Mas nunca tivemos uma safra com tanta produtividade e com tanta qualidade.

O programa de incentivo à cultura do algodão é igual ao de Mato Grosso, com renúncia fiscal parcial?

— Muito semelhante ao de Mato Grosso. Para se ter uma idéia, em duas safras, o estado transferiu para o setor mais de R$14 milhões. Esses recursos foram para o bolso dos produtores, mas circularam por toda a cadeia, chegando aos trabalhadores rurais, ao comércio local etc. E mais de R$2 milhões foram aplicados em pesquisas de seleção de variedades mais resistentes a doenças, mais produtivas e de melhor qualidade.

Em Mato Grosso, o programa de incentivos se chama Proalmat. O estado renunciou a até 75% do ICMS e mesmo assim houve um brutal aumento da arrecadação porque a produção explodiu. Aqui houve o mesmo fenômeno?

— A produção aqui iria despencar. O nosso programa, o Proalgo, teve o mérito de evitar a derrocada da cultura do algo-

dão em Goiás e ainda obter um pequeno aumento, de cerca de 25%. O mais importante foi permitir que o setor se modernizasse, aumentando a produtividade e a qualidade das fibras...

Quais são as instituições que atuam na pesquisa do algodão em Goiás?

— A Embrapa, a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, vinculada à minha secretaria, a Fundação GO, que é uma instituição privada, e as universidades.

Qual é a sua avaliação dos resultados?

— Estou muito satisfeito com os programas. O estado dobrou a arrecadação em três anos, permitindo o investimento em infra-estrutura, em educação, nas áreas sociais. O setor do agronegócio está vivendo uma nova fase, de muita competitividade de melhoria de gestão, de tomar iniciativas de forma consensual, resolvendo os problemas da cadeia produtiva como um todo e não de maneira isolada, de uma forma cooperativa, proativa, com o comprometimento de todos os segmentos. É um avanço que considero extremamente importante.

Pelo jeito é um processo que não tem volta...

— Exatamente. Aliás, quando eu fui convidado, pedi a elaboração de um plano de trabalho que fosse irreversível para que depois, independentemente do secretário, do governador, dos presidentes de entidade, não houvesse um retrocesso. Hoje, o que a gente vê é isso, a coisa está consolidada. Nenhum parceiro político ou empresarial aceita uma volta e esse é o legado que estamos deixando, de uma nova maneira de se formular e executar políticas públicas voltadas para o setor do agronegócio.



Nós temos um parque industrial extremamente diversificado, bastante complexo, o que nos permite agregar valor em todos os produtos e colocar Goiás como um dos maiores estados do agronegócio no Brasil

Antes da sua gestão era diferente?

— Antigamente cada secretaria de governo atuava de maneira estanque, isolada. A secretaria de Fazenda cuidava de impostos e arrecadação, Indústria e Comércio, apenas da indústria e do comércio, a Secretaria de Agricultura, só da atividade do setor rural. Nós colocamos todo mundo na mesa e passamos a encarar o agronegócio como um todo. E quando se tomam decisões em conjunto, com discussões aprofundadas sobre todos os aspectos, sobre todas as implicações, as chances de se efetivarem são muito maiores. Eu estou muito feliz de estar deixando a secretaria num momento excepcional, num momento em que o agronegócio em Goiás está na vanguarda e cada vez mais se torna uma referência nacional.

Em termos de crescimento do setor agropecuário talvez Goiás só encontre paralelo no estado de Mato Grosso...

— Em relação a Mato Grosso, embora este estado tenha uma produção maior de produtos como soja, algodão e arroz, Goiás está na frente na pecuária de corte e de leite. Mas o mais importante é que Goiás, além de ser também um grande produtor no setor agropecuário, já é um estado agroindustrial e praticamente não exporta mais matéria-prima, enquanto Mato Grosso segue sendo um grande produtor de produtos primários, de matéria-prima. Mato Grosso se concentra em umas cinco cadeias produtivas, enquanto nós trabalhamos com 10 a doze grandes cadeias do agronegócio. Nós temos um parque industrial extremamente diversificado, bastante complexo, o que nos permite agregar valor em todos os produtos e colocar Goiás como um dos maiores estados do agronegócio no Brasil. Empreendimentos como a Perdigão, como a antiga Arisco, atual RMB, são dois dos maiores empreendimentos do mundo.

Quais as indústrias que chegaram na atual gestão?

— A Perdigão, a Gessy-Lever, que posteriormente foi incorporada, junto com a Arisco, pela RMB (Refinações de Milho Brasil), o Frigorífico Bertim, a Persa Alimentos, que é um frigorífico de suínos, e estão em implantação o Frigorífico Estrela e o Frigorífico Minerva. Há também em gestação, já na fase dos estudos finais, um grande projeto da Itambé.

E em relação ao pequeno produtor rural, o que foi feito para estimulá-lo?

— Nós apoiamos tanto a grande agricultura quanto a agricultura familiar, o pequeno produtor rural. Por exemplo, o fundo destinado às pesquisas do algodão está financiando tanto para os grandes empresários rurais quanto pesquisas sobre o algodão orgânico e o algodão colorido, para serem cultivados em assentamentos agrários, em agrovilas, por agricultores familiares. Isso mostra que os dois segmentos não são excludentes, pelo contrário, são complementares. Não dá para plantar 5 mil hectares de algodão orgânico, mas em dois hectares é possível plantar e cuidar muito bem. Esse é um aspecto social muito importante. Nós estamos apoiando e fortalecendo a agricultura familiar, o que contribui para diminuir o desemprego, melhorar a qualidade de vida, reduzir a tensão social no campo e diminuir o fluxo para a periferia das grandes cidades.

Márcio Bueno é jornalista.
E-mail: buenomar@easynet.com.br

AGRO drops



Planta da Monsanto: um investimento de US$550 milhões

Monsanto inaugura fábrica na Bahia

A Monsanto inaugurou em dezembro sua primeira fábrica no Brasil apta a produzir matérias-primas para o herbicida Roundup na América do Sul. Localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari, essa também é a primeira unidade da companhia fora dos Estados Unidos a fabricar esses produtos intermediários. O investimento total previsto é da ordem de US$550 milhões, já tendo sido gastos US$350 milhões nessa primeira etapa.

A nova planta produzirá as principais matérias-primas para a fabricação do herbicida. A produção será destinada às unidades da Monsanto em São José dos Campos (SP) e Zarate, na Argentina, que antes recebiam matérias-primas dos Estados Unidos.

Com essa fábrica, a companhia passa a contribuir para um saldo de cerca de US$300 milhões na balança comercial brasileira, deixando de importar US$150 milhões em matéria-prima e gerando a mesma quantia em exportações. O principal critério para a escolha da Bahia como local deste investimento foi a infra-estrutura existente no estado. O pólo tem disponibilidade de mão-de-obra, matérias-primas e infra-estrutura que inclui até uma empresa reconhecida internacionalmente pela qualidade no tratamento de efluentes. Além disso, a unidade de Camaçari tem à sua disposição duas opções de portos, Aratu e Salvador.

Fábrica vai processar soja em Mato Grosso

O Grupo Algar prepara a construção de uma nova fábrica de esmagamento e processamento de soja. A nova unidade, com capacidade de esmagamento de 3 mil toneladas diárias, será construída na região de Rondonópolis, Mato Grosso. O projeto prevê também a instalação de uma rede de armazéns com capacidade para 350 mil toneladas de grãos. O investimento previsto é de R$95 milhões. A previsão é de que, dentro dos próximos sete anos, mais da metade do faturamento seja originada de exportações. Na unidade atual de Uberlândia, MG, também serão investidos neste ano R$18 milhões, que deverão ser aplicados para o aumento da capacidade de esmagamento de grãos de 1,5 mil toneladas/dia para 1,8 mil toneladas/dia. Com esses dois projetos, a empresa ampliará sua capacidade de esmagamento das atuais 500 mil toneladas por ano para 1,5 milhão de toneladas a partir de 2003. "O objetivo é triplicar o atual faturamento de R$260 milhões em sete anos", contabiliza o vice-presidente executivo da Algar José Mauro Leal Costa.



Mais versatilidade no Exitus 4x4 da New Holland

Nova máquina terá tração nas quatro rodas

A New Holland lança durante a feira Coopavel, de 4 a 8 de fevereiro, em Cascavel, PR, a versão 4x4 do trator Exitus. O novo modelo vai ser apresentado na esteira do sucesso de vendas do trator multiuso criado para pequenos e médios produtores, lançado em junho do ano passado. Em apenas sete meses, as vendas da versão 4x2 da máquina atingiram quase 10% do total de tratores comercializados durante o ano todo pela montadora. O novo modelo com tração nas quatro rodas garante ainda mais versatilidade e força para os agricultores que estão modernizando seus processos produtivos e precisam de uma máquina polivalente.

Com 78HP, a versão 4x4 incorpora eixo dianteiro com maior capacidade de carga e resistência em situações difíceis. Os freios atuam simultaneamente nas quatro rodas e o acionamento da tração nas quatro rodas é feito com um simples toque numa tecla no painel. A boa notícia é que o custo é compatível com a renda das pequenas e médias propriedades rurais.

Bolsa quer desenvolver mercados agropecuários

A recém-lançada Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), resultado da fusão das bolsas de mercadorias de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Uberlândia em parceria com a BM&F, concentrará suas atividades no desenvolvimento de mercados físicos de produtos agropecuários em âmbito nacional. Segundo o presidente da BM&F, Manoel Felix Cintra Neto, um empreendimento de tal monta é mais que oportuno, uma vez que o Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo, dispõe de um dos mais completos e complexos segmentos sucroalcooleiros e compete em custos com os maiores produtores de soja do mundo todo. Esse vasto complexo, lembra ele, requer engrenagens perfeitas na comercialização, na hora em que o governo e toda a sociedade somam suas energias para o desenvolvimento das exportações. A BM&F deterá 55% da nova Bolsa Brasileira de Mercadorias.



Fábrica da Languiru: produtos com maior vida útil

Cooperativa lança salsicha pasteurizada

A Cooperativa Languiru está lançando no mercado a salsicha pausteurizada da marca Senfter. Comum em mercados exigentes como Europa e Estados Unidos, o alimento é uma novidade para os brasileiros e só foi possível com a introdução de novas tecnologias no processo de produção e modernização do frigorífico de Bom Retiro do Sul.

"Para conseguir a pasteurização, a salsicha é submetida a altas e baixas temperaturas, provocando um choque térmico que aumenta a qualidade e vida útil do produto", explica Pedro Raul Mallmann, diretor comercial da Languiru, cooperativa localizada em Teutônia, RS, que, em parceria com a italiana Senfter, investiu R$5 milhões em modernização e transferência de tecnologia para o Brasil. A Senfter é uma das marcas mais tradicionais na Europa e quer ganhar espaço no mercado brasileiro.

Dez novos modelos da Case chegam ao mercado

A Case IH prepara para 2002 o lançamento de mais 10 novos produtos, entre eles duas séries de tratores e colheitadeiras. "Em 2001 lançamos uma colhedora de cana, uma plantadeira e uma colheitadeira de grãos não-convencional, todas nacionais. Neste ano, vamos redobrar os esforços para ampliar nosso mercado", garante Carlito Eckert, diretor nacional de vendas da Case IH.

A nacionalização das máquinas da Case IH oferece ao produtor a possibilidade de compra através do Moderfrota – o Finame Agrícola –, com prazos de até oito anos para pagamento e juros fixos de 8,75% ao ano (para produtores com renda anual até R$250 mil) e 10,75% (para produtores com maior renda).

"Estamos reafirmando a estratégia anunciada no final de 2000, de desenvolver a marca Case IH e oferecer um sistema completo para os produtores mais especializados da agricultura latino-americana", explica Eckert. A CNH Global – *holding* do Grupo Fiat para os setores de máquinas agrícolas e de construção – é líder mundial na fabricação de tratores e colheitadeiras e está investindo US$120 milhões no continente até 2003.

CBOT registra segundo maior volume anual

A Bolsa de Chicago (CBOT) anunciou, no início deste mês, ter fechado em 2001 um volume total de 260.333.070 contratos, o que representa um crescimento de 11,5% em relação a 2000. Esse é o segundo maior volume anual registrado pela CBOT, só ultrapassado pelo exercício de 1998, quando mais de 281 milhões de contratos foram negociados.

Segundo o dirigente da Bolsa de Chicago Nockolas J. Neubauer, "esse crescimento é um reconhecimento a nossos membros e clientes e reflete nosso foco constante no serviço ao cliente e no desenvolvimento de novos produtos para incrementar o volume comercial, tanto via leilões abertos como eletrônicos. Nosso mix diversificado de produtos foi fortalecido em 2001 com o lançamento de contratos futuros de 10 anos de *swap* de taxas de juros, bem como futuros no Índice AIG-DowSMCommodity. Este esforço terá continuidade em fevereiro, com o lançamento do contrato de futuros CBOT X-Fund, além de nosso compromisso de proporcionar integridade, liquidez e flexibilidade a todos os usuários de nossos mercados".

Reprodução é tema de curso em Sobral

Vem aí o I Curso Internacional de Biotécnicas Aplicadas à Reprodução de Caprinos. O curso vai acontecer de 17 a 28 de junho, em Sobral, CE, com uma carga horária de 80 horas-aula. Destinado a médicos veterinários brasileiros e argentinos, o curso será ministrado por pesquisadores da Embrapa Caprinos. O objetivo do curso é qualificar técnicos que trabalham com caprinocultura no Mercosul em tecnologia de sêmen, inseminação artificial e transferência de embriões. O curso terá dois módulos. O primeiro é sobre Tecnologia de Sêmen e Inseminação Artificial, onde os participantes vão receber informações sobre a cadeia produtiva de caprinos, manejo reprodutivo, programa de inseminação artificial, exame clínico andrológico, técnicas de coleta de sêmen, avaliação do ejaculado, tecnologia do sêmen fresco e resfriado, ciclo estral, coleta de sêmen e diagnóstico de gestação. No segundo módulo, com o tema Biotecnologia de Embriões, as aulas serão sobre programa de transferência de embriões, manipulação e coleta de embriões em peças e descongelação, manipulação e criopreservação de embriões. O curso terá 30 horas de aula teórica e 50 horas de aula prática.

Caterpillar e AGCO fecham acordo

As companhias Caterpillar e AGCO assinaram acordo segundo o qual a AGCO adquire o projeto, montagem e marketing dos novos tratores agrícolas de alta tecnologia Challenger da Série MT da Caterpillar.

"A Caterpillar tem grande experiência no projeto e produção de máquinas agrícolas de trabalho pesado e este setor continua a representar uma importante oportunidade de crescimento para nós", disse Robert Macier, vice-presidente da Caterpillar com responsabilidade pela Divisão de Produtos Diversificados desta companhia. "Este acordo nos permite concentrar esforços nas áreas onde podemos agregar o máximo valor: motores, sistemas de transmissão, componentes eletrônicos e desenvolvimento tecnológico, enquanto a AGCO contribui com sua experiência na montagem e marketing de produtos agrícolas. Também oferece à Caterpillar a oportunidade de fornecer motores adicionais e outros componentes à AGCO, uma das maiores fornecedoras mundiais de equipamentos agrícolas".

Macier mencionou que a Caterpillar já é uma importante fornecedora de motores à AGCO, pois esta empresa é uma das maiores clientes da Divisão de Motores Perkins da Caterpillar.

Estado em ebulição

Novos empreendimentos agroindustriais estão mudando a fisionomia de Goiás



O secretário de Indústria e Comércio Mozart Soares Filho anunciou a instalação da Schincariol em Alexânia, entre Anápolis e Brasília

POR
MÁRCIO BUENO

A o lado da Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás é uma das principais responsáveis pela aceleração do processo de industrialização no estado. O titular de Indústria e Comércio, Mozart Soares Filho, fala com entusiasmo dos vários empreendimentos que vêm contribuindo para dinamizar a economia goiana, que está deixando de se limitar à produção de matérias-primas. Mozart Soares Filho é médico pediatra, assim como seu colega da Agricultura, foi secretário de Saúde e de Obras Públicas do município de Anápolis, atuou durante 27 anos na Federação das Indústrias, primeiro como médico e depois como superintendente regional, e atualmente é vereador licenciado por Goiânia. Nesta entrevista, o secretário mostra que, ao mesmo tempo em que Goiás progride, agregando valor internamente, se depara com barreiras e represálias de outros estados, que prefeririam continuar comprando produtos primários.

O grande desafio de estados de forte tradição agropecuária é criar a segunda onda, ou seja, agregar valor internamente. O estado de Goiás está adiantado nesse processo?

— É uma busca incessante. A determinação do governador Marconi Perillo é para que nós busquemos o mais rápido possível agregar valor em todas as nossas cadeias produtivas, em especial às cadeias do couro, milho, algodão, soja e leite. Está sendo feito também um esforço enorme para aumentar a produtividade da bacia leiteira, da área plantada de algodão, com vários incentivos e várias ações implementadas. Desde o início da atual administração, o governador decidiu que deveríamos deixar de criar empregos fora das nossas divisas. Porque todas as vezes que nós agregamos valor a esses produtos evidentemente nós estamos criando impostos e gerando empregos aqui na nossa região, inclusive abrindo perspectivas de exportação para o mercado exterior.

E há mercado para os produtos?

— Trata-se de um desafio que após 11 de setembro passou a ser um negócio atraente, pois a ordem mundial está mudando. Na última reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) houve transformações e eu tenho certeza de que será uma grande oportunidade para todos nós. Então nós temos que incrementar nossas exportações, mas com valores agregados.

O que mudou depois dos atentados nos Estados Unidos?

— Depois de 11 de setembro surgiu uma visão nos Estados Unidos completamente diferente da que existia antes. Eles tiveram que buscar mercados novos para que não ficassem sujeitos a essas mudanças de mercados, de parceiros econômicos, no petróleo vai haver mudança, as normas de segurança são outras. Houve mudanças muito profundas, como foi o caso das patentes. Com a ameaça do antraz, o que os Estados Unidos fizeram? Autorizaram a quebra de patentes, inclusive a que eles tanto combatiam que é o nosso coquetel antiaids. Com essas mudanças, o Brasil já ganhou a guerra de exportação com a empresa de aviação canadense. Então são transformações que devem ser aproveitadas e Goiás tem um potencial enorme especialmente na área do agronegócio.

E quais são as principais ações do governo estadual no sentido de estimular a implantação de agroindústrias, de atrair empreendimentos para o estado?

— O governador criou várias cadeias produtivas: a cadeia do algodão, do leite, do couro, e nessas cadeias interagem, em ações e objetivos, vários setores da economia goiana e várias secretarias do governo. Em relação ao couro, por exemplo, nós estamos incentivando a vinda de indústrias, o que já começou com a construção de uma nova planta industrial, em Itumbiara, da Brastel Indústria e Comércio Ltda. Está em implantação também um pólo coureiro na cidade de Goianira, que ainda é pequeno, mas extremamente importante. E temos aqui também um potencial de aumento muito grande do fabrico de calçados feitos de peles exóticas, segmento em que Goiás já tem uma produção muito boa e competitiva.

Essa produção não sofre restrições ou mesmo campanhas de denúncia de movimentos ambientalistas?

— Não, porque são calçados feitos de pele de frango, de couro de avestruz de criação, não se trata de animais em extinção. Em relação ao algodão, em 1999, o estado estava com a produção extremamente desestimulada. Com o programa de estímulos do governo, o Proalgo, nós nos transformamos no segundo produtor brasileiro, bem aquém da produção do Mato Grosso, mas caminhando para recuperar nossa produção do passado e nos tornarmos extremamente competitivos. Nós temos um parque industrial muito forte na área de confecção, mas está faltando um elo da cadeia que é a indústria têxtil, que possa absorver a matéria-prima, fornecer tecidos, fios a preços competitivos para o nosso mercado interno e também criar novos empregos. Nós estamos, portanto, em busca dessa indústria têxtil. Houve um incremento também do número de frigoríficos, aumentando a exportação de carne, que é um dos produtos mais importantes da balança comercial goiana. Mas nós temos interesse em que os frigoríficos passem a exportar não só a carne verde, mas a carne já industrializada, embalada, para a União Européia, para os Estados Unidos e Ásia.

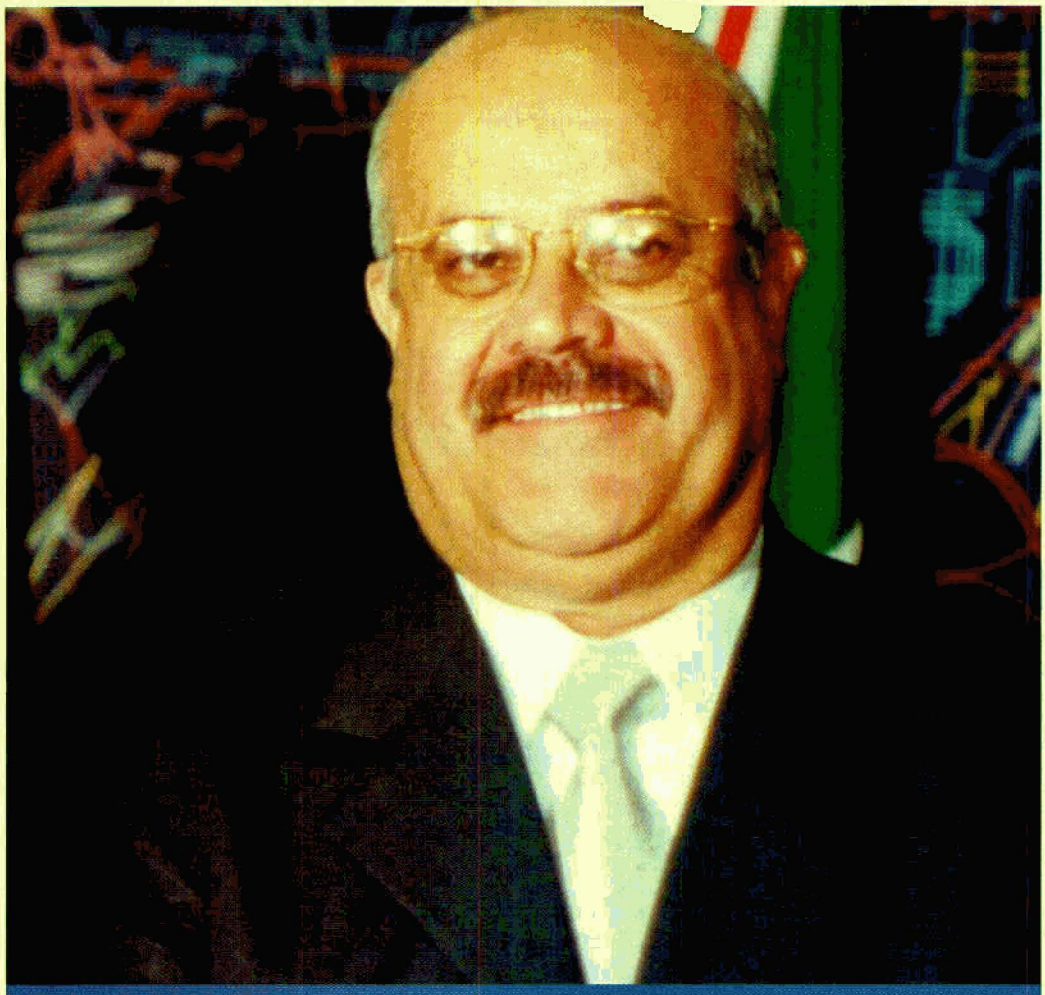
Qual a importância da instalação da Perdigão em Rio Verde?

— A implantação da Perdigão em Rio Verde está mudando a fisionomia da cidade. Nós estamos assistindo no município à chegada de fábricas de ração, de fertilizantes, de embalagens. Você vai à cidade hoje e não vê uma casa ou sala comercial para alugar, não encontra uma só placa de "aluga-se". A Gessy-Lever, do grupo Arisco, também implantou uma fábrica moderníssima na cidade – eles esmagam o tomate lá e agregam valor na fábrica de Goiânia. Sem falar na Comigo, uma cooperativa tradicionalíssima. Outra indústria que está vindo para Goiás é a Schincariol. Vai se instalar em um município que não tem tradição nenhuma em indústria, que é Alexânia, entre Anápolis e Brasília. A empresa está sendo atraída pela qualidade da água e pela posição logística, já que estará no centro de um mercado de 7 milhões de habitantes. Quanto ao leite, hoje nós temos a segunda bacia leiteira do Brasil, com uma produção de mais de 2 bilhões de litros por ano, e nós estamos querendo que os nossos laticínios passem a verticalizar essa produção, com a fabricação de vários outros produtos derivados do leite.

O leite produzido em Goiás é todo consumido no próprio estado?

— Parte é exportada para outros estados. Recentemente, representantes do Ministério da Agricultura estiveram em Goiânia para inaugurar um laboratório em parceria com a UFG (Universidade Federal de Goiás) destinado ao controle de qualidade do leite, de sanidade animal. Estaremos nos capacitando a atender às exigências do mercado externo, passando a exportar o leite já industrializado, além de produtos derivados. Está havendo uma dificuldade de entendimento entre a cadeia produtora e os laticínios, mas o governo, atuando como mediador, tem a certeza de que essas duas classes extremamente importantes para a economia goiana e brasileira chegarão a um denominador comum.

Houve até uma CPI na Assembléia Legislativa para investigar essa briga...



A Schincariol está sendo atraída pela qualidade da água e pela posição logística, já que estará no centro de um mercado de 7 milhões de habitantes.

— A CPI já terminou e a conclusão não foi a de apontar culpados, foi generalista, e o que se concluiu foi a necessidade de se criar regras bem definidas, tanto para o produtor quanto para o laticínio, para que os elos da cadeia possam trabalhar sinergicamente. O que não se pode admitir é uma guerra de um setor com o outro, processo em que ninguém tem nada a ganhar, pelo contrário, só a perder, e perder muito.

■ Nesse período da atual administração já deu pra sentir um crescimento da agroindústria no estado?

— Claro. Hoje, Goiás ocupa a nona posição na economia brasileira e com novas tecnologias, com a modernização e a constituição dessas cadeias produtivas evidentemente a tendência é crescer ainda mais. Outro indicador importante: o estado de Goiás aumentou nos últimos três anos em 62% as exportações para o mercado exterior e o maior responsável por esse incremento é o agronegócio. Os principais itens são a carne e a soja.

O desafio que o ministro Sérgio Amaral enfrenta é o de desonerar as exportações. Ele considera os impostos a maior barreira ao crescimento das exportações de produtos brasileiros. A China, países da Ásia, da Europa e os Estados Unidos têm o maior interesse em comprar a nossa matéria-prima sem valor agregado. Quando se agrega valor, eles colocam barreiras alfandegárias quase intransponíveis. Mesmo assim, o ministro considera os impostos a maior barreira que enfrentamos. O governo federal e o estadual também têm esse desafio de rever a política tributária, reduzindo o ICMS para as exportações.

■ Há um projeto do governo federal de se unificar o ICMS em todo os estados e de impedir a renúncia, parcial ou total, por parte dos governos estaduais. Com isso, vários programas de incentivos baseados em renúncia vão desaparecer...

— Eu não acredito que nesse ano de 2002 vá acontecer uma mudança, uma reforma tributária. É um ano político e muitos interesses seriam contrariados. Mas é claro que há problemas. À medida que Goiás passou a exportar produtos acabados, surgiram retaliações tanto de Minas quanto de São Paulo. Enquanto nós exportávamos matérias-primas não havia qualquer problema.

■ E como se dão essas retaliações?

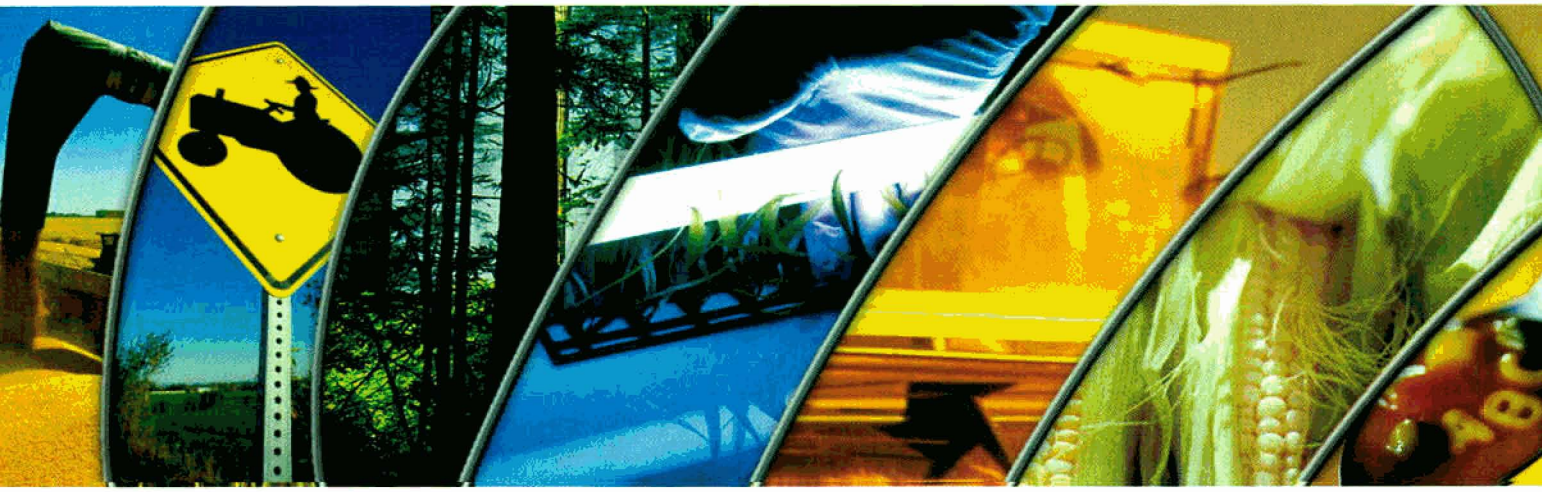
— Com bitributação, com a apreensão de mercadorias nas divisas, não aceitando os créditos outorgados aqui em Goiás. Há realmente uma retaliação muito forte em relação aos produtos goianos. Isso não acontece, por exemplo, com a soja porque hoje a Cargill (empresa compradora) funciona em Uberlândia com o produto de Goiás.

■ Em relação ao algodão, o Proalgo, programa de incentivos, prevê uma significativa renúncia fiscal do ICMS. O produto sofre retaliação ao ser vendido, por exemplo, para São Paulo?

— Não, porque o valor agregado ao algodão é muito pequeno. O que entra lá é a pluma, o que é uma beleza para eles, porque fazem o fio e exportam. Mas os paulistas estão perdendo competitividade para o Nordeste. Várias indústrias têxteis – um exemplo é a Vicunha – estão migrando de São Paulo para o Nordeste, atraídas por incentivos fiscais e pela mão-de-obra mais barata.

Um lançamento FGV/ABAG

AGENDA PARA A Competitividade DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO



UM BANCO DE DADOS EM FORMA DE LIVRO



Para mais informações, reservas e consultas:

288 páginas ricamente ilustradas, com informações sobre as principais cadeias do agronegócio, preparadas pelo corpo técnico de Agroanalysis. Um trabalho com a qualidade editorial e a credibilidade da FGV e ABAG.

FORMULA PROMOÇÕES E EVENTOS
Rua Fulvio Morganti, 64 – Mandaqui – São Paulo – Capital – Cep: 02417-170
Tel./Fax: (11) 6232-2114 E-mail: formula@netpoint.com.br A/c: Rosa Broglieto

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL
EDITOR: Ivan Wedekin

REDAÇÃO
REDATOR-CHEFE: Regis Alimandro
REDATORES: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza
ARTE: Osvaldo Moreira e Norma Massa
REVISÃO: Fátima Caroni
EDITORAÇÃO: Texto & Contexto
COLABORADORES: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (índice Iabag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar (preços e índices do agronegócio).
SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Denise Xavier

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda: tel.: (21) 2559-5623; fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049; e-mail: caique @fgv.br. REPRESENTANTES COMERCIAIS: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; RIO GRANDE DO SUL – Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262. BRASÍLIA (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874. e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

PONTOS DE VENDA: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

FGV IBRE
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Posta: 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 2559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcilio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêlle, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO
Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
VICE-DIRETOR: Roberto Fendt
CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes
CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota
CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri
COORDENADORIA DE PROJETOS/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

Este mês:



3 **Abre aspas: Leonardo Moura Vilela**
Gestão da parceria
A cultura do diálogo em Goiás melhorou os indicadores do estado

8 **Fecha aspas: Mozart Soares Filho**
Estado em ebulição
Novos empreendimentos agroindustriais estão mudando a fisionomia de Goiás

14 **Goiás: a pujança da agroindústria**
A arrancada do Centro-Oeste
O pólo de Rio Verde, em Goiás, já conta com nada menos que 363 empreendimentos agroindustriais
MÁRCIO BUENO

19 **Goiás: o rompimento com o passado**
A grandeza de acreditar e mudar
O agronegócio de Goiás renova seu modelo e ganha impulso com maior agregação de valor

24 **Goiás: a expansão da bovinocultura**
Persistir no crescimento
Crescem os índices zootécnicos da pecuária e com eles os elementos da cadeia produtiva no estado de Goiás

27 **Goiás: o desafio do associativismo**
A hora de organizar a força
Crescendo exponencialmente mesmo em momentos difíceis, a pecuária de leite goiana só precisa de coesão

28 **A safra 2001/02**
Dez anos depois
Fatores e acontecimentos favoráveis podem enfim tornar reais as expectativas de toda a década passada
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

30 **A agroindústria nos anos 1990**
Década difícil
Em meio a um fraco desempenho do setor como um todo, a agroindústria da pecuária foi a salvação da lavoura
PAULO MIBIELLI DE CARVALHO E ELVIO VALENTE

35 **Soja**
Hora de negociar
Produção recorde estimula exportação, mas protecionismo estrangeiro e má tributação interna podem atrapalhar os planos da cultura da soja
CARLO LOVATELLI

38 **Mercados financeiros**
Troca de posições
A comercialização do milho pode fluir com transparência e de forma integrada entre os locais de produção e a bolsa
FELIX SCHOUCHANA

41 **Mercados financeiros II**
Commodities em 2001
O ano que passou marcou o amadurecimento e a evolução dos mercados futuros de ativos agropecuários
FABIANA PEROBELLI E PLÍNIO PENTEADO DE CAMARGO

44 **O Censo Agropecuário**
Exercício da dúvida
Mudanças aparentes e mudanças reais: aumenta a migração no setor agrícola brasileiro?
STEVEN M. HELFAND

50 **Infra-estrutura**
Um plano para a armazenagem
Com recursos da ordem de R$100 milhões, o país pode começar a corrigir uma defasagem histórica nas últimas décadas

55 **O novo Estatuto da Terra**
Ética multifuncional
Tecnologia e acesso ao mercado orientam os novos conceitos do trabalho no campo
XICO GRAZIANO

56 **OMC**
O Brasil tem razão
Não lutar para reduzir os subsídios e o protecionismo dos países desenvolvidos equivaleria a um suicídio econômico
ARGEMIRO LUIS BRUM

58 **Infra-estrutura II**
Racionalizar o transporte
Juntos, iniciativa privada e poder público podem modernizar e tornar mais eficientes as vias de escoamento de cargas no Brasil
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

60 **Mão-de-obra**
Auxílio ao campo
Organizações como sindicatos e cooperativas ajudam a sanar falhas estruturais, mas estudos alertam para os riscos gerenciais e administrativos desse auxílio
FRANCISCO EDUARDO DE CASTRO ROCHA

62 **Tendências**

65 **Estatísticas**

66 **Diário de bordo**
Boleros e rumbas
Quando Carlos Crespo compôs o famoso e doloroso bolero chamado "Hipócrita", cantado por Gregório Barrios, não pensou que seu tema iria aparecer tão freqüentemente entre os analistas de negociações comerciais internacionais, especialmente no capítulo agrícola.
ROBERTO RODRIGUES

Posição avançada

DESDE o ano passado, AGROANALYSIS vem publicando matérias especiais sobre o agronegócio em estados ou regiões brasileiras. Essas matérias são sempre preparadas pela equipe da FGV, que se desloca para o estado em questão e, com apoio do governo local e da iniciativa privada, realiza o levantamento das informações necessárias.

Já foram editados estudos sobre o Mato Grosso, com destaque para a região de Rondonópolis, sobre o novo cacau, que está ajudando a recuperar a economia do Sul da Bahia, e sobre o Maranhão, onde analisamos mais detalhadamente a região de Balsas. Agora abordamos o agronegócio de Goiás. Planejamos outras edições do mesmo tipo. Mas já é possível chegar a algumas conclusões comuns aos estados analisados.

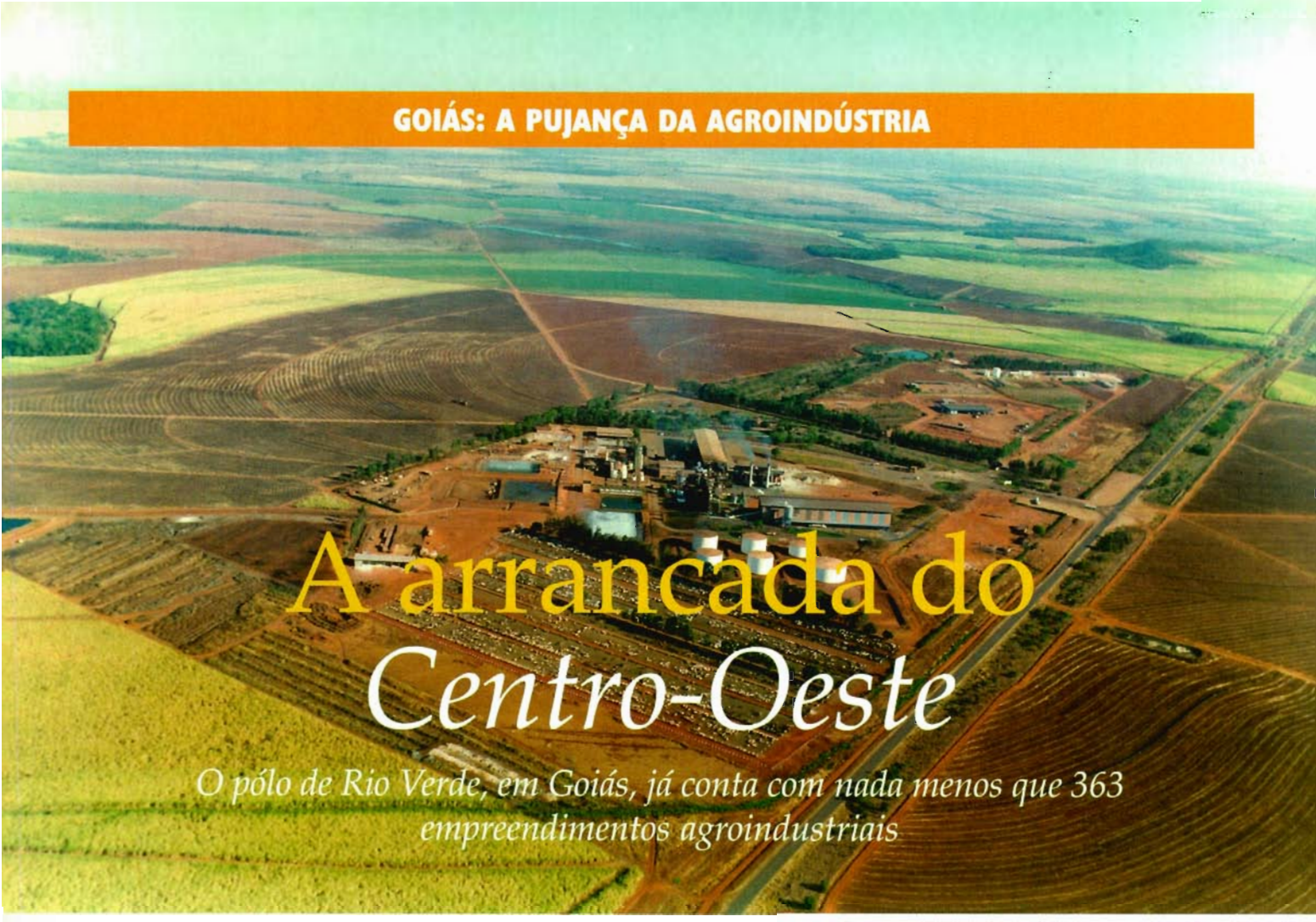
A primeira delas é que o agronegócio dessas regiões, algumas delas de ocupação econômica bastante recente, está bem mais saudável do que a economia brasileira. Em todas elas o papel crucial foi desempenhado pela pesquisa agronômica. Empresas privadas ou governamentais dos estados, sempre em articulação com a Embrapa, lograram desenvolver pacotes tecnológicos adaptados às condições locais, que são imprescindíveis à continuidade do processo.

Outra característica comum: os governos de todos os estados, em articulação com o empresariado local, implementaram programas de renúncia fiscal, cujos recursos são revertidos para a produção mediante aplicação em pesquisa ou em financiamento. Invariavelmente, esses programas acabaram por promover forte expansão da produção, o que, em um segundo movimento, resultou em ampliação significativa da receita tributária estadual. É um claro exemplo para o governo federal.

Outro ponto comum: todas as regiões enfrentam hoje, em diferentes estágios, o desafio de agregar valor a suas cadeias de agronegócio. Neste aspecto, Goiás está em posição mais avançada. É forte a preocupação do governo do estado com a agregação de valor, com a integração das atividades econômicas do estado. O Produzir (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás) estabelece um sistema de pontuação, conforme as prioridades governamentais, que determina o índice de abatimento de ICMS que cada projeto merecerá.

Esse artifício, relativamente complexo, permite ao estado, de modo transparente e quase automático, atrair os projetos de seu interesse, os quais, na verdade, são comuns aos do Brasil.





A arrancada do Centro-Oeste

O pólo de Rio Verde, em Goiás, já conta com nada menos que 363 empreendimentos agroindustriais

MÁRCIO BUENO

O estado de Goiás vem-se destacando no país em matéria de agregação de valor aos produtos primários e um dos municípios que contribuem decisivamente para essa performance é Rio Verde, considerado o mais pujante pólo agroindustrial da região. O município, situado no sudoeste goiano, é o maior produtor de grãos do estado, conta com uma pecuária dinâmica e está estrategicamente a 230km de Goiânia, 340 de Uberlândia, 400 de Brasília e 600 de Cuiabá. Somese a estas características o fato de contar com uma boa infra-estrutura de transportes, energia elétrica e comunicações e estão dadas algumas das razões por que o município está atraindo cada vez mais empreendimentos industriais, agregando valor em quase todas as suas cadeias produtivas.

O suporte educacional, a capacitação de profissionais e também a reciclagem são proporcionados por diversas instituições como a Escola Agrotécnica Federal, Senai, Senac, Sebrae, a Fesurv (Fundação de Ensino Superior de Rio Verde) e pelas Faculdades Objetivo. A Secretaria de Planejamento do estado repassa mensalmente à prefeitura da cidade R$300 mil para o Bolsa Universitária, programa que beneficia 2.400 alunos da Fesurv.

A área plantada no município de Rio Verde, segundo dados do IBGE, é superior a 230 mil hectares, espaço onde se cultivam principalmente arroz, algodão, sorgo, feijão, milho, tomate e soja. O maior volume de produção é o de soja, com a colheita de nada menos que 175 mil toneladas no ano de 2000. A pecuária não fica atrás: são 480 mil cabeças de bovinos, 90 mil de suínos e 3,2 milhões de aves. Mensalmente são produzidos no município 55,7 milhões de litros de leite, processados industrialmente por quatro grandes laticínios e outros menores. Com essa oferta de matéria-prima, Rio Verde já conta com nada menos que 363 empreendimentos industriais. Muitos deles de grande porte, como a Comigo (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), a Perdigão, Van den Bergh Alimentos, Grupo Orsa, Frigorífico Margem, Videplast, Café Rio Verde e Refrigerantes Rinco.

Empreendimentos de peso

A Comigo, fundada em 1975 e com 4,2 mil associados, tornou-se um empreendimento gigante, um verdadeiro complexo agroindustrial, criado e ad-

ministrado pelos produtores. Hoje, é a maior cooperativa do Centro-Oeste e está entre as maiores do país. A Comigo fomenta a produção de grãos e vem diversificando cada vez mais seus ramos industriais, atuando em várias cadeias produtivas. Esmaga mil toneladas de soja diariamente, produzindo 200 toneladas de óleo e enlatando 120 toneladas/dia; produz 40 toneladas de ração por hora; beneficia 1,5 milhão de toneladas de algodão por ano; além de atuar na fabricação de fertilizantes e sabão, beneficiamento e empacotamento de arroz e feijão e produção de sementes. Os armazéns da cooperativa têm capacidade para 700 mil toneladas de grãos. Pertencem também à cooperativa nove lojas, sendo sete de produtos agropecuários e dois supermercados. O faturamento da Comigo em 2001 foi de R$380 milhões, como informa seu presidente, Antônio Chavaglia. Para ele, a chegada de novas indústrias é motivada principalmente pela consolidação da agropecuária na região.

A Perdigão começou a instalar sua regional em Rio Verde, definida pela empresa como o maior complexo agroindustrial da América Latina, a partir de 1997. De acordo com o diretor regional, Euclides Costenaro, depois da decisão de se implantar no Centro-Oeste, a empresa enviou representantes para estudarem a melhor localização, levando em conta as condições de mão-de-obra, propriedades, incentivos e política do governo estadual. Costenaro diz que uma das vantagens da região é que os produtores integrados podem contar com recursos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), através do Banco do Brasil, no montante de até R$20 milhões. O diretor da Perdigão cita também o projeto Produzir, ex-Fomentar, do governo estadual, uma espécie de financiamento com parte dos impostos devidos, que podem ser abatidos com investimentos em projetos sociais.

Rio Verde chamou a atenção principalmente por ser um município logisticamente bem localizado. Os problemas que tinha, relacionados com energia elétrica no campo e com estradas, foram solucionados com a ajuda do governo estadual. O objetivo inicial da planta de Rio Verde era atender ao mercado interno dos estados de São Paulo para cima, enquanto as plantas do Sul atenderiam ao mercado externo e à região Sul. Mas hoje, 40% da produção da regional se destinam também ao mercado externo – os produtos são embarcados nos portos de Paranaguá e de Navegantes.

O pontapé inicial aconteceu em 1997, quando foram instalados escritórios em Rio Verde, cujo trabalho principal era divulgar o projeto – não havia entre os agricultores locais a cultura da produção integrada, sistema com que trabalha a Perdigão. Costenaro diz que deu um certo trabalho convencer

HISTÓRIAS DE SUCESSO

Usina de leitões

A partir de julho, o produtor Emílio Baylão vai entregar 1.200 leitões por semana à Perdigão

O médico endocrinologista e pecuarista Emílio Leão Baylão foi um dos quatro primeiros produtores integrados da Perdigão. Com uma fazenda de 250 hectares, onde cria 250 cabeças de gado de corte, Baylão decidiu aceitar a proposta da empresa e há três anos começou a alojar as porcas para o sistema de produção de leitões. Construiu 10 módulos, ou barracões, em sua propriedade, de 13 por 100 metros cada um, com financiamento que cobriu até 90% dos custos. Dos barracões, quatro são de gestação (com dois já em pleno funcionamento), abrigando 520 matrizes cada um, três são de maternidade e três de creche. Ele diz que foi um ótimo negócio porque com uma fazenda de 250 hectares não se consegue encontrar uma forma mais rentável de aproveitamento.

Atualmente, o produtor está entregando 550 leitões por semana, mas a partir de julho pretende chegar a 1.200. O sistema reprodutivo é de inseminação artificial – de cada 100 porcas inseminadas, 92 desenvolvem a gestação, que dura 114 dias. Baylão informa que de cada 12 nascimentos, 11 leitões sobrevivem, taxa que está entre as melhores do mundo. Depois do parto, os leitões permanecem 20 dias com as mães, nos barracões chamados de maternidades, e depois são transferidos para os barracões de creche, onde há fornecimento automático de ração e a água é obtida através de chupetas. Nas creches, os filhotes ficam até completar 63 dias e daí são transferidos para os barracões de outros produtores, que vão criá-los até o ponto de abate, aos 120 dias de vida. As matrizes, que são fornecidas pela Perdigão, dão sete partos no período de dois anos a dois anos e meio e depois têm o mesmo destino dos filhotes, ou seja, o corte.

Sendo um criador de gado, Baylão aproveita os dejetos dos animais para adubar o pasto. Antes de serem aproveitados, os estrumes têm que permanecer dois meses dentro de represas – a produção de cada módulo é suficiente para adubar de 60 a 100 hectares de pasto, ou então de lavoura. Em sua fazenda, o produtor observou que o rendimento do pasto chega a triplicar quando é fertilizado com os dejetos dos animais. Ele chegou a manter 36 bois durante oito meses em apenas um alqueire (4,84 hectares) de pasto.

Para cuidar do projeto no atual estágio, em que conta com 1.200 matrizes, o produtor emprega 20 funcionários. Além dos salários, há os gastos com ração, frete para levar o milho, manutenção da granja, alimentação para os funcionários, amortiza-

A Comigo esmaga mil toneladas de soja por dia, produz 200 toneladas de óleo, 40 toneladas de ração por hora, beneficia 1,5 milhão de toneladas de algodão por ano, atua na fabricação de fertilizantes e sabão, beneficiamento de arroz e de feijão e produção de sementes.

os produtores de que o sistema de parceria seria de integração e não de anexação, de subordinação. O conceito da integração não era visto com bons olhos porque se entendia que o grande sempre come o pequeno. Para Costenaro, a empresa tem efetivamente o objetivo de ganhar dinheiro, mas sua direção entende que para isso é preciso que os outros também ganhem. No início foi difícil porque ainda não havia exemplos para mostrar. "Depois – diz Costenaro –, com exemplos, com produtores relatando suas experiências, o projeto começou a andar praticamente sozinho".

E pelo jeito, o trabalho de convencimento foi muito bem-sucedido. Até importantes lideranças locais, como é o caso do presidente da Comigo, Antônio Chavaglia, consideram muito positiva para os agricultores a chegada da Perdigão ao município. Para ele, o produtor está tendo a oportunidade de adicionar mais renda às propriedades. A criação de aves e suínos, diz Chavaglia, proporciona a melhoria da renda, gera mais empregos e ainda permite aos produtores o aproveitamento dos dejetos, reduzindo ou mesmo eliminando os gastos com adubação.

Frangos e leitões

A empresa é abastecida hoje pelos produtores integrados espalhados pela região. São 35 módulos (galpões) de suínos, com 500 matrizes cada. Esses módulos são as maternidades, onde os leitões ficam até atingir 63 dias, ou 25 quilos. Depois disso, são transferidos para os módulos, chamados de "sistema vertical terminador", de outros produtores, que criam os leitões até completarem 120 dias, ou 120 quilos. São 140 módulos, com mil leitões cada um. O sistema de criação de frangos já conta com 298 módulos, cada um com 24.500 aves. Há também o sistema de produção de ovos, com 16 módulos (a metade pertencente à própria empresa), com 40 mil poedeiras cada um. Esses números correspondem aproximadamente a 60% da meta que a empresa se propõe a atingir em julho próximo.

Com essa produção, a Perdigão está abatendo e processando 2,3 mil suínos e 200 mil frangos por dia. Sem computar as carnes, saem mensalmente da fábrica 300 toneladas de *bacon*, 800 to-

ção e juros cos empréstimos. No total, as despesas chegam a R$100 mil mensais, o que, na opinião de Baylão, pode levar à falência quem não for um bom administrador. No seu caso, o faturamento líquido está sendo de R$2.500,00 mensais por módulo (há dois em funcionamento pleno), e ele calcula que pode chegar a muito mais. Entusiasmado com o projeto, o produtor diz que, "quem teve a oportunidade e não entrou, deixou o cavalo passar arriado e não montou" (M.B.).

HISTÓRIAS DE SUCESSO II

Aviário automático

O produtor integrado João Geraldo Pereira cuida de 98 mil aves com apenas um empregado

João Geraldo Pereira tem uma propriedade de 163 hectares no município de Rio Verde, onde tinha como principais atividades a criação de gado de corte e de leite, e decidiu se tornar um produtor integrado da Perdigão, construindo quatro módulos, ou aviários. O agricultor não deve ter-se arrependido, pois revela que a remuneração que vem obtendo é superior à prevista pela própria empresa. Os aviários são galpões espichados, com 12,8 por 125 metros e onde são criadas, em cada um, 24.500 aves.

O produtor integrado, depois dos entendimentos com a empresa, tem que entrar com a estrutura física (no caso de Pereira, com os aviários), com o gás, a energia elétrica e a mão-de-obra. Para a construção dos aviários, os produtores contam com financiamento do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), através do Banco do Brasil. Os produtores têm três anos de carência e nove para pagar, no total de 12 anos, e com juros anuais de 8 a 10%. Resolvidas todas as questões, incluindo a da estrutura, a Perdigão passa a fornecer ao produtor integrado os pintinhos e a ração – produzida pela própria empresa – e, no final de cada ciclo, os frangos são recolhidos e transportados para o abate.

Todo o sistema é automatizado. A ração é colocada num silo externo ao módulo e percorre tubulações que atravessam os aviários, e nos quais, a espaços regulares, há saídas para a alimentação das aves. A água também é distribuída através de esquema semelhante. Quanto ao sistema de iluminação, nas três primeiras noites, as luzes permanecem acesas, para que os pintinhos se alimentem o máximo possível. A partir daí, o sistema, automático, mantém as luzes apagadas durante duas horas e acesas durante uma hora, período em que as aves voltam a se alimentar. O produtor

Produção agrícola de Rio Verde em 2000

Em toneladas	
Arroz	7.200
Algodão	7.000
Sorgo	15.000
Feijão	22.400
Milho	25.000
Tomate	80.000
Soja	175.000

Fonte: IBGE.

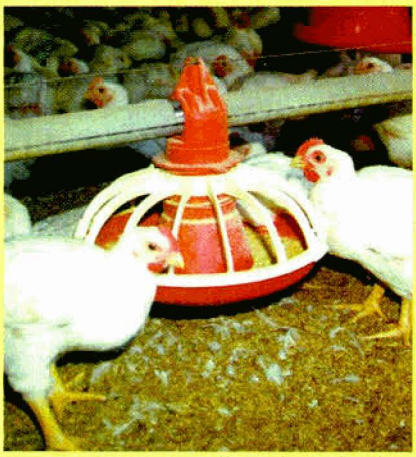
neladas de hambúrgueres, 800 toneladas de empanados (pré-fritos), 1,5 mil toneladas de mortadela e 2 mil toneladas de lingüiça. No total, a produção atual é de 10 mil toneladas por mês, das quais 4 mil são exportadas. A Perdigão está empregando diretamente na fábrica 2.800 funcionários e ocupa uma área de 210 hectares, sendo que só a área construída ocupa 145.000m².

Embora o projeto inicial estivesse voltado para o mercado interno, a planta foi desenhada para abastecer todos os mercados, respeitando até mesmo as exigências culturais e técnicas dos países potencialmente importadores. Atendendo ao que exige a cultura islâmica, os sangradouros de aves e suínos foram construídos numa posição tal que durante o abate (que os árabes chamam de "degola") os funcionários estejam voltados para Meca. A empresa seguiu à risca a orientação de representantes de países árabes. Os europeus exigem qualidade sanitária e microbiológica, o que impede que as câmaras que armazenam os frangos estejam em contato com as câmaras de suínos.

A Perdigão cresceu nada menos que cinco vezes durante o ano de 2001. Em janeiro produziu 2 mil toneladas de alimentos e fechou o ano com a produção, em dezembro, de 10 mil toneladas, devendo chegar a 15 mil em julho próximo. A empresa é certamente uma das principais responsáveis pelo crescimento vertiginoso de Rio Verde. Um dos indicadores é a constatação, pelo secretário de Indústria e Comércio de Goiás, Mozart Soares Filho, de que atualmente não se consegue encontrar uma só placa de "aluga-se" na cidade.

que seguir corretamente todas as normas estipuladas pela empresa gastará pouco mais de 1,8 quilo de ração para cada quilo de ave, em jejum. O aproveitamento é quase total, já que cada ave produz 636 gramas de dejetos, que são usados como adubo na agricultura e nas pastagens.

As aves são pesadas uma vez por semana. Caso estejam abaixo do peso previsto para a fase em que se encontram, o sistema é programado para manter as luzes acesas por mais tempo, aumentando assim o período de alimentação. Caso estejam acima do peso, o período de luz acesa é reduzido para evitar os colapsos – chamados de síndrome da morte súbita – de que são vítimas. Mesmo seguindo-se o receituário com rigor há um índice médio de mortalidade de 4% entre os machos e de 2,8% entre as fêmeas.



Os machos das aves têm um período de vida de 45 dias, quando atingem o peso de 2,5 quilos e estão prontos para o abate. O ciclo das fêmeas é de 42 dias, atingindo o peso de dois quilos. Por causa dessa diferença de tempo de maturação para o abate – não se trata de evitar cruzamentos –, as fêmeas são criadas separadas dos machos. As aves de ambos os sexos morrem virgens e mesmo que fossem criadas juntas não haveria cruzamentos porque elas atingem o final do ciclo de crescimento antes de chegar à maturidade sexual.

Depois de retiradas as aves, os módulos passam por um período chamado de vazio sanitário, de descanso, durante o qual é feita a limpeza da granja e dos equipamentos e a desinfecção. Considerando o período da criação e do vazio sanitário, o produtor recebe um novo lote de pintinhos a cada 53 dias. As aves são criadas sobre uma cama de palha – são 12 toneladas em cada aviário. Os dejetos, misturados com a palha, que são usados como adubo, são retirados somente ao final de cada cinco ciclos, ou lotes. João Geraldo Pereira tem retirado 90 toneladas de cada aviário, que vende para vários outros produtores, inclusive de alho.

O agricultor diz que, como integrado, a vida melhorou bastante. Quase tudo é fornecido pela empresa e, entre os seus poucos gastos, está a mão-de-obra, que não é nenhum exagero. Para cuidar de 98 mil aves, o produtor tem apenas um empregado. E não se trata de superexploração, pois quase tudo é automatizado. Como apenas um funcionário é suficiente para acompanhar quatro aviários, os assistentes da Perdigão orientam os integrados para construir quatro aviários, ou então oito, 12, ou 16, enfim um número múltiplo de quatro, para desta forma otimizar a mão-de-obra (M.B.).

Incentivo à produção

Programa de financiamento do governo de Goiás tem mecanismo peculiar de pontuação

Ao contrário do que acontece com diversos outros estados e até com a União, o estado de Goiás conta com uma política industrial bem definida, que vem estimulando e direcionando o desenvolvimento no sentido das prioridades estabelecidas pelo governo.

Em 1999, assim que assumiu, o atual governo criou uma comissão – formada por representantes do governo, de federações e de universidades – com o objetivo de elaborar a nova política industrial do estado. Depois de vários encontros e da realização de um grande fórum, foi criado o Produzir (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás) e o Funproduzir (Fundo de Atividades Industriais), vinculados à Secretaria de Indústria e Comércio.

Segundo o secretário executivo do Produzir, Luís Alberto Pereira, o ano de 1999 foi o ano das discussões, o de 2000 foi o ano das regulamentações e a partir de 2001 o programa entrou efetivamente em vigor, com a aprovação de aproximadamente 60 projetos. Entre os maiores, estão os de oito laboratórios e os das empresas Itambé, Probel, Cervejaria Malta e Shincariol.

O programa consiste basicamente na transformação de até 73% do ICMS em financiamento pelo período de 15 anos, com juros de 0,2% ao mês. No primeiro escalão do governo se diz que, sem ser intervencionista, o governo de Goiás não abre mão de seu papel de indutor e de direcionador do desenvolvimento e o principal instrumento é o programa Produzir.

Os projetos que se candidatam aos benefícios do programa têm sua prioridade e também o índice de abatimento do ICMS definidos de acordo com uma série de requisitos. O programa prevê que cada item definido como prioridade pelo governo premia o projeto com uma determinada pontuação.

São diversos itens exigidos e cada um deles tem um peso específico. Entre os itens estabelecidos como prioritários para cada projeto, podem ser destacados: que tenha capacidade de crescimento e identidade com a vocação econômica regional, com ênfase nas cadeias agroindustrial e mineral; que contribua para a geração de emprego; que seja uma indústria geradora de outras indústrias; que se localize em município ou região definido como prioritário pelo governo (e que contribua para reduzir as desigualdades sociais e/ou regionais); que seja considerado estratégico para o desenvolvimento industrial; que promova o reflorestamento; que utilize matéria-prima do estado.

Cada item atendido prevê um determinado número de pontos e é na soma total que se define o montante de benefícios a que tem direito o projeto. A empresa beneficiada tem a opção de amortizar até 100% do financiamento à medida que destinar recursos a projetos sociais. Até agora, os investimentos do programa somam R$ 281 milhões, com a geração de 6.245 empregos diretos.

O programa Produzir está permanentemente aberto para ser aperfeiçoado pelas entidades que compõem o Fórum Empresarial e pelo comitê técnico criado com essa finalidade. Segundo Luiz Alberto Pereira, já foram criados vários subprogramas vinculados ao principal, como é o caso do Centroproduzir, de incentivo aos projetos de instalação de centrais de distribuição de produtos nas diversas regiões do estado, e o Teleproduzir, de apoio aos serviços de telecomunicações.

Estão em estudo também outros subprogramas, a exemplo do Comexproduzir, de estímulo às exportações, e o Tecnoproduzir, de incentivo aos pólos de desenvolvimento tecnológico. Pereira informa que a secretaria executiva do programa está estudando vários outros projetos e diz esperar que "o desempenho de 2001 seja repetido este ano, ou superado" (**M.B.**).

A grandeza de *acreditar e mudar*

O agronegócio de Goiás renova seu modelo e ganha impulso com maior agregação de valor

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Muitas pesquisas da primeira metade do século XX destacam o estado de Goiás como verdadeira obra divina. Sua natureza pródiga contempla o universo rico e vasto do cerrado, dotado de águas puras e cristalinas de propriedades terapêuticas, capazes de propiciar uma vida saudável – uma região com potencial para vir a ser um celeiro da humanidade.

Nos anos 1970 surgiram os primeiros sinais de rompimento da agricultura goiana com seu passado tradicional de setor calcado na bovinocultura extensiva, com animais apascentados nas áreas naturais de cerrados. Essas terras deram lugar a outras formas de exploração. Após a queimada e a retirada das matas, o chamado arroz de toco era a exploração mais corriqueira e era sucedida pela formação de pastagens de *brachiaria*.

A dobradinha pecuária-orizicultura de sequeiro predominava na economia



Goiás: *ranking* no Brasil

Tomate	Primeiro
Sorgo	Primeiro
Cerais e oleaginosas	Segundo
Leite	Segundo
Algodão herbáceo	Segundo
Milho	Quarto
Soja	Quarto
Rebanho bovino	Terceiro
Rebanho suíno	Décimo
Vacas ordenhadas	Segundo
Leite	Segundo

Fonte: IBGE.

Geografia de Goiás

- Região: Centro-Oeste.
- Fronteira Norte: Tocantins.
- Fronteira Sul: Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.
- Fronteira Leste: Bahia e Minas Gerais.
- Fronteira Oeste: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- Ponto Extremo Norte: 12°23'46" de latitude.
- Ponto Extremo Sul: 19°29'42" de latitude.
- Ponto Extremo Leste: 45°58'36" de longitude.
- Ponto Extremo Oeste: 53°14'53" de longitude.
- População: 4.996.439 habitantes (ano 2000).
- Regime de chuvas: concentrado nos meses de outubro a abril.
- Temperaturas: variam de 16,5°C a 33,7°C.
- Área total: 341.289,5km².
- Cursos d'água: rio Paranaíba (fronteira com Minas Gerais); rio Araguaia (fronteira com Mato Grosso) e rio Maranhão (junto com o rio Tocantizinho forma o rio Tocantins).
- Topografia: varia em sua maior parte de plana a ondulada.
- Solos: de cerrado, diferenciados em relação a formação ou gênese, classificação e fertilidade. Predominância de latossolos (ácidos e pobres, que necessitam correções). Em menor proporção há bruzinem avermelhados, terras roxas, latossolos roxos eutróficos, de elevada fertilidade.
- Rodovias: 21.019,40km, dos quais 8.871,7 são pavimentados.

rural do estado até o primeiro qüinqüênio da década de 80. Era forte a rejeição às áreas de cerrado, consideradas de baixa fertilidade, quando a implantação de culturas anuais como o milho e a soja começou a crescer. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de produção ajudaram a desfazer esse conceito arraigado e equivocado.

Goiás consolidou sua posição no ranking dos agronegócios brasileiros nos anos 1990. O tom profissional ganhou força. Capacidade administrativa substituiu o peito e a raça.



Fonte: IBGE.

O persistente trabalho desenvolvido pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – Centro Arroz e Feijão e Centro Cerrados), com outras instituições, viabilizou econômica e tecnicamente outros cultivos intensivos. Nos campos de cerrados se inseriram largos plantios de milho, soja, algodão, tomate, cana etc. Os resultados chegaram a outros rincões do país e atraíram novas levas de agricultores de espírito pioneiro e inovador.

É claro que a perversidade macroeconômica de 1986 a 1994 abalou o ritmo de crescimento do setor rural nacional, principalmente em estados com forte peso na agricultura. Goiás sofreu com esse processo, mas aos poucos foi cortando seus grilhões de dependência das políticas públicas de crédito e preço mínimo. Ainda há muito a ser acertado, mas é impossível não ver a evolução qualitativa ocorrida na gestão das atividades agropecuárias.

Pioneirismo e eficiência profissional

A implementação de incentivos fiscais como o Programa Produzir e a reforma tributária estadual trouxeram outro horizonte. Os tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada adotaram nova postura relativamente ao agronegócio. Montam-se estratégias e ações sobre a perspectiva de cada cadeia produtiva e suas possibilidades de agregação de valores em um fórum empresarial que congrega a associação comercial, as federações da

Goiás: área plantada

Em mil ha

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
LAVOURAS TEMPORÁRIAS						
Abacaxi						
Algodão herbáceo	81.575	83.234	186.661	117.056	96.718	100.505
Alho						
Arroz	189.897	138.092	130.067	196.558	150.334	112.661
Feijão 1ª safra	10.423	15.473	18.564	38.853	56.456	40.055
Feijão 2ª safra	43.265	59.477	46.699	70.499	26.524	48.915
Feijão 3ª safra	30.054	31.717	43.073	33.818	29.299	34.659
Milho 1ª safra	801.561	746.620	460.349	596.658	604.967	738.486
Milho 2ª safra	128.450	203.131	205.631	205.631	234.877	156.864
Soja	913.871	1.016.388	1.382.788	1.333.646	1.491.066	1.530.643
Sorgo	59.687	93.048	134.963	117.559	175.850	118.464
Tomate rasteiro	–	–	–	–	–	–
Tomate tutorado	–	–	–	–	–	–
Trigo	–	–	–	–	–	–
LAVOURAS PERMANENTES						
Banana	–	–	–	–	–	–
Café	117.179	129.630	128.093	128.746	138.750	146.550
Cana-de-açúcar	5.654	5.090	3.979	3.603	3.968	4.073
Laranja	–	–	–	–	–	–
Mandioca	–	–	–	–	–	–

Fonte: IBGE.

Goiás: produção agrícola

Mil t

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
LAVOURAS TEMPORÁRIAS											
Abacaxi	–	–	–	–	–	–	–	–	–	46.805	48.599
Algodão herbáceo	59.760	83.650	83.710	94.560	101.368	157.031	173.307	189.744	260.062	378.363	254.476
Alho	9.130	12.533	10.516	12.720	14.761	7.838	8.087	5.390	5.950	1.536	7.252
Arroz	249.129	472.860	534.400	323.276	416.304	396.708	292.745	223.164	198.979	352.135	294.629
Arroz irrigado	58.650	51.739	56.949	60.866	53.780	23.163	10.633	8.710	14.840		
Feijão 1ª safra	6.180	8.800	5.765	7.311	6.651	8.434	12.976	27.104	30.378	68.492	99.838
Feijão 2ª safra	75.160	60.690	57.630	46.516	56.952	53.542	32.139	69.129	53.953	50.391	29.265
Feijão 3ª safra	37.620	52.042	49.901	71.391	81.032	70.374	70.281	72.001	102.191	82.091	71.312
Milho 1ª safra	1.848.350	2.886.410	2.777.250	2.436.725	2.852.631	3.227.548	3.333.563	3.056.711	1.863.925	2.811.789	2.973.719
Milho 2ª safra				110.220	322.905	249.352	367.257	633.050	660.537	602.812	685.756
Soja	1.258.440	1.661.260	1.797.670	2.001.872	2.309.979	2.146.926	2.019.155	2.451.163	3.393.240	3.420.653	4.092.934
Sorgo	8.740	9.140	8.752	29.848	78.676	58.106	111.904	115.348	224.419	152.198	287.502
Tomate	320.400	249.706	169.190	218.912	271.565	237.002	262.275	354.076	331.813	759.009	727.070
Trigo	920	465	3.326	9.287	14.549	3.613	18.439	8.196	11.757	12.520	8.509
LAVOURAS PERMANENTES											
Banana	–	–	–	–	–	–	–	–	–	14.047	14.931
Café	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.045	5.877
Cana-de-açúcar	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9.251.798	10.042.959
Laranja	–	–	–	–	–	–	–	–	–	597.872	655.183
Mandioca	–	–	–	–	–	–	–	–	–	255.639	251.892

Fonte: IBGE.

Calcário e máquinas

No estado de Goiás existem 32 moinhos de calcário com capacidade instalada de produção de 4,6 milhões de toneladas, para um consumo de 1,8 milhão de toneladas. Muitas unidades estão desativadas pela baixa demanda do insumo.

A fabricação se concentra nos meses de maio a outubro, durante a fase de pré-plantio da safra de verão, quando o ritmo das aquisições é bem maior. Nos outros meses do ano o desempenho é muito maior, a ponto de alguns moinhos interromperem a produção.

A partir da frota de 34.498 tratores apurada pelo IBGE no Censo de 1996 e correlacionando-a com a expansão registrada na área, para projetar a quantidade existente em 2000, o número apurado foi de 37.258 unidades.

Para uma área plantada anual em torno de 2,4 milhões de hectares e mais 500 mil hectares a serem recuperados, a relação quantidade de tratores por unidade cultivada chega a 76ha, o que pode ser considerado um índice técnico razoável da capacidade de uso da máquina.

Goiás: distribuição das atividades nas propriedades rurais

Atividades	Número	%
Pecuária	82.295	73,62
Mistas (lavoura e pecuária)	13.452	12,03
Lavouras temporárias	12.468	11,15
Horticultura	1.210	1,08
Lavouras permanentes	1.635	1,46
Outras	731	0,66
Total	111.791	100

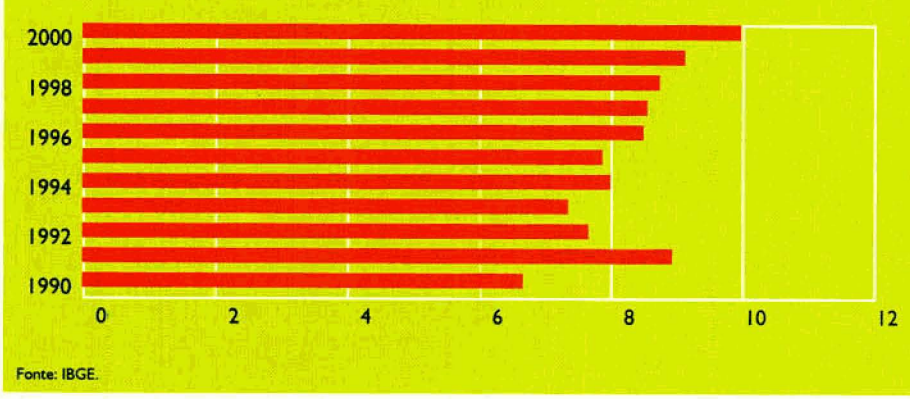
Fonte: IBGE, 1996.

Goiás: utilização da terra

Ocupação	Mil ha	%
1. Lavouras		
Permanentes	55,79	0,21
Temporárias	2.339,50	8,85
Temporárias em descanso	257,64	0,97
2. Pastagens		
Naturais	5.137,28	19,42
Cultivadas	14.267,41	53,94
3. Matas e florestas		
Naturais	3.774,65	14,27
Plantadas	72,65	0,28
Produtivas não utilizadas	545,55	2,06
Total	26.450,47	100

Fonte: IBGE, 1996 e 1999.

Goiás: participação (%) na produção nacional de grãos



Fonte: IBGE.

À medida que se aprimoravam as cadeias produtivas dos complexos agroindustrias no estado, vieram a melhoria da malha viária e a instalação de uma grande rede de armazenagem – a maior do país.

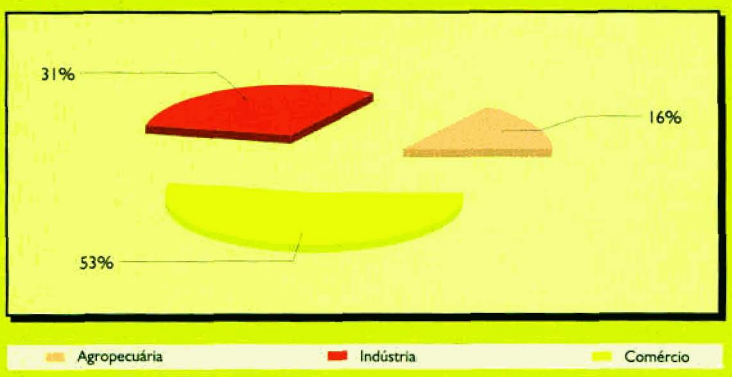
agricultura, comércio, indústria e clubes de diretores lojistas.

Tenazmente e sem abandonar o espírito pioneiro dos anos 1970, Goiás consolidou sua posição no *ranking* dos agronegócios brasileiros nos anos 1990. O tom profissional ganhou força. Capacidade administrativa substituiu o peito e a raça. As terras se valorizaram em toda a região Centro-Oeste e equipararam seus preços aos de outras regiões. Outros pólos agroeconômicos emergem de Rio Verde e Itumbiara, tais como Chapadão do Céu, Jataí e Mineiros.

A pecuária continua a ser o carro-chefe do setor rural do estado: representa três quartos do total da terra utilizada e da quantidade de propriedades rurais. Da área de pastagem cultivada, cerca de 55% apresentam maior ou menor grau de degradação, e apenas 9,24% são recuperados a cada ano. O Projeto de Recuperação e Manejo de Pastagens (Propasto) foi criado para reverter essa situação. Em três anos foram recuperados 170 mil hectares e para 2001/02 estão previstos mais 500 mil.

Em relação ao total, as propriedades

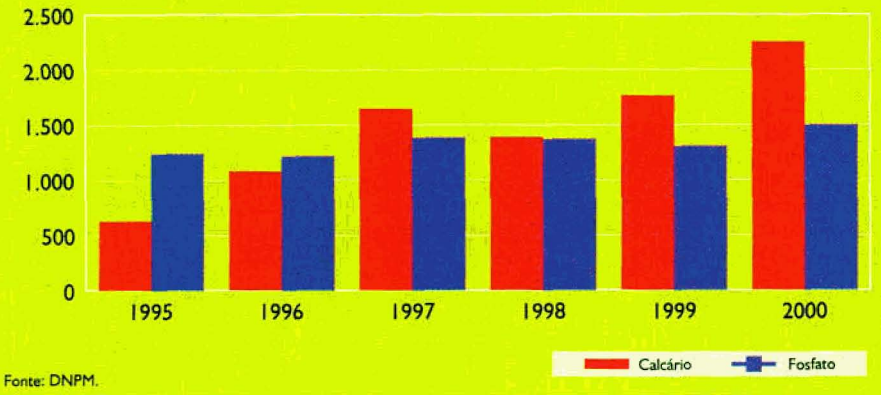
Goiás: composição do PIB, 1999



Fonte: IBGE/Seplan.

Goiás: uso de insumos

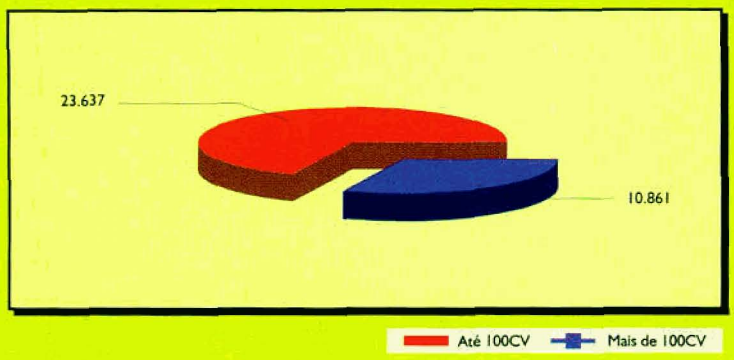
Mil t.



Fonte: DNPM.

Goiás: frota de tratores

Total: 34.498 unidades



Fonte: IBGE.

que mesclam lavouras e pecuária perfazem mais de 20%, enquanto as áreas com lavouras e matas perfazem, respectivamente, cerca de 10 e 15%.

Apesar de um leque de atividades bem diversificadas, a evolução da colheita de cereais e oleaginosas mostra desempenho superior ao registrado no país. Sua participação tem sido crescente nos últimos anos. Tanto a soja como o milho têm um peso muito importante na composição do produto setorial. O sucesso e o desempenho dessas duas culturas explicam os grandes projetos e vultosas inversões em complexos agroindustriais desenvolvidos por empresas e cooperativas.

Na agricultura, a irrigação segue os moldes da modernidade. O estado possui cerca de 1.500 pivôs centrais. O aproveitamento de várzeas do rio Araguaia para produção de grãos é estudado desde 1960. Lá existem pelo menos 1 milhão de hectares cultiváveis onde se podem realizar duas safras. Mas existem outros pontos importantes para a prática da irrigação, como nas regiões de Flores de Goiás, Três Barras, Bloco Corrente e Alto Paraíso. Tudo disponível e acessível para uso segundo as técnicas de preservação ambiental das matas ciliares e da vegetação típica de cerrado.

Novo impulso

À medida que se aprimoravam as cadeias produtivas dos complexos agroindustrias no estado, os diagnósticos iam mudando. A princípio, a constatação de que havia dependência de setores a jusante e a montante da agricultura, com estruturas localizadas em outros estados, constituía um obstáculo intransponível. A superação veio com a melhoria da malha viária e a instalação de uma grande rede de armazenagem – a maior do país –, junto com incentivos fiscais.

A ampla disponibilidade de jazidas de calcário e fósforo dentro do próprio estado tornava fácil o acesso a esses insumos. À pesquisa governamental vieram somar-se as realizadas por grandes corporações internacionais instaladas no país. Tudo facilita e viabiliza as áreas de cerrados. Por sua vez, a oferta farta e barata de matéria-prima chama a agroindústria processadora e beneficiadora. Os elos das cadeias seguem um novo modelo e a economia de Goiás renova seu impulso em alicerces de maior agregação de valor.

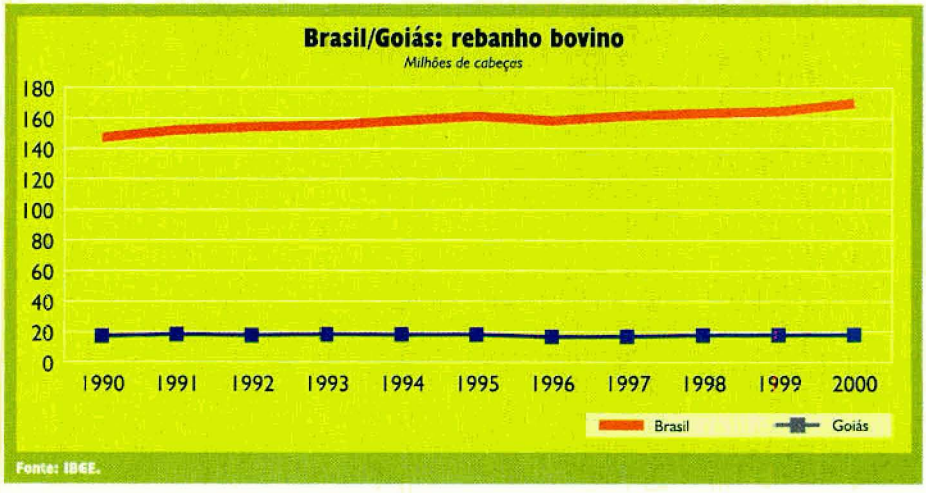
Persistir no *crescimento*

Crescem os índices zootécnicos da pecuária e com eles os elementos da cadeia produtiva no estado de Goiás

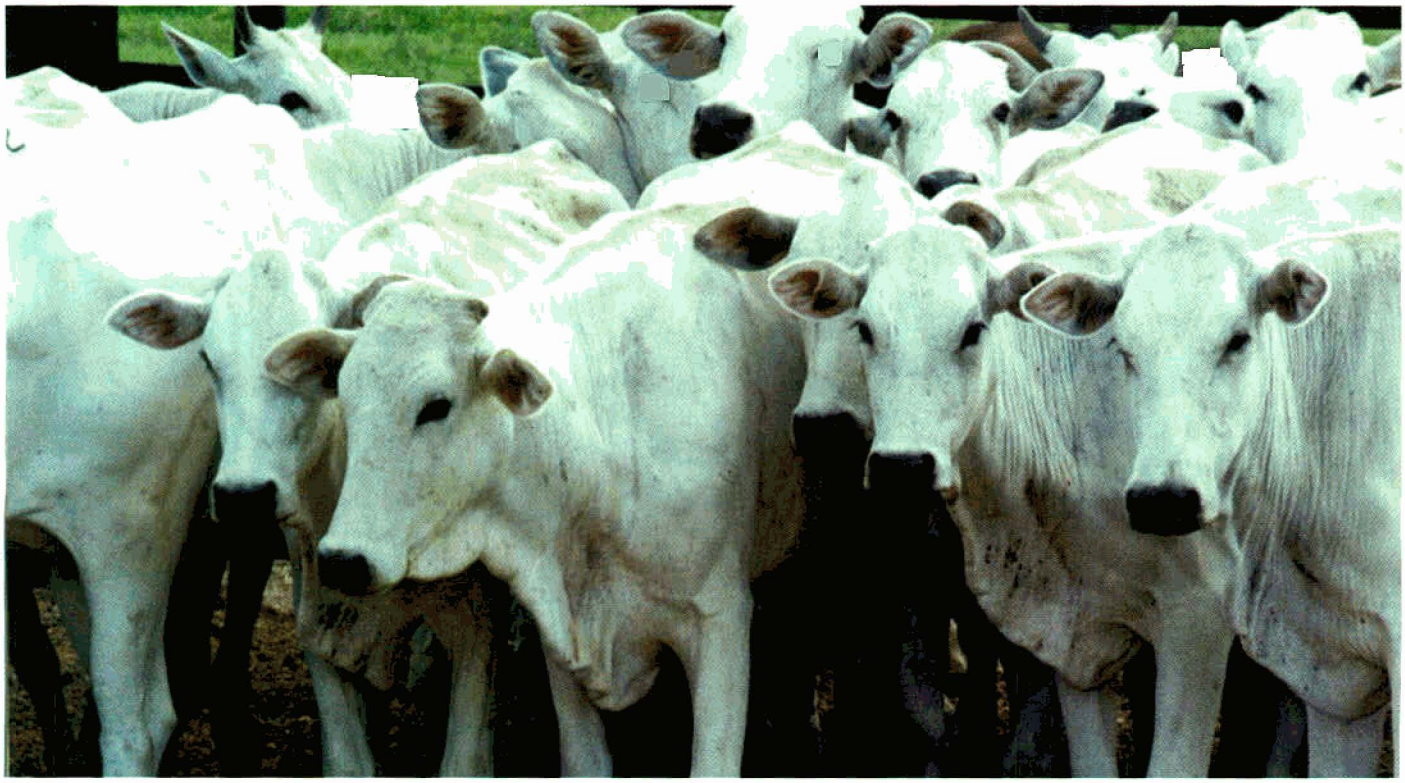
O complexo agroindustrial goiano da pecuária de corte, em sua pujança e magnitude, revela ainda enorme virtualidade de crescimento, em especial com o fim da febre aftosa e maior procura pelo chamado boi de pasto: um animal criado sem ingerir ração à base de produtos animais e livre de qualquer possibilidade de contrair a vaca louca.

Os índices zootécnicos da criação, que cresceram nos últimos 10 anos, devem espelhar maior eficiência dos processos produtivos nos próximos anos, decorrente da utilização cada vez mais acentuada de técnicas como inseminação artificial, transferência de embriões, melhoria de nutrição e sanidade do rebanho.

Na última década, o número de cabeças abatidas praticamente triplicou e a tendência é de que fique estável, no curto prazo. A idade média de abate caiu em 25%, para 32 meses, e deve se reduzir para 18 a 24 meses. O mesmo sucede com as fêmeas na precocidade da prenhez – 15 meses – e na geração do primeiro parto – em 24 meses. No médio prazo, praticamente todos os







Goiás: projetos de frigoríficos bovinos

Empresas	Localidades	Investimentos em R$ milhões
Bertin	Mozarlândia	33,6
Minerva	Palmeiras de Goiás	38,5
Frigoestrela	Mineiros	42
Bomcorte	Formosa	20
Mataboi	Jussara	16
Mozaquatro	Caçu	10
Acreúna	Pirenópolis	12, 2
Friboi	Anápolis	2,5
Vale do Aparé	Mundo Novo	1
Mondele	Pires do Rio	0, 2
Mataboi	Catalão	0,15

Fonte: Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Goiás e Tocantins.

Goiás: números do setor coureiro

Curtumes em funcionamento	15 (várias regiões)
Capacidade instalada	17 mil peças/dia
Couros processados/dia	9 a 12 mil
Valor do couro verde	R$105,00
Valor do couro *wet blue*	R$135,00
Faturamento do setor coureiro	R$20 milhões/mês
Rendimento de cada peça	4,7m²
Pares de calçados por peça	25 pares
Preço médio do par de calçado	R$20,00
Rendimento com valor agregado	R$500,00
Indústrias calçadistas	500 (pequenas e médias)
Produção de calçados	5 milhões de pares/ano
Empregados gerados na cadeia	10 mil (diretos e indiretos)

Fonte: Sindicato da Indústria de Curtume de Goiás.

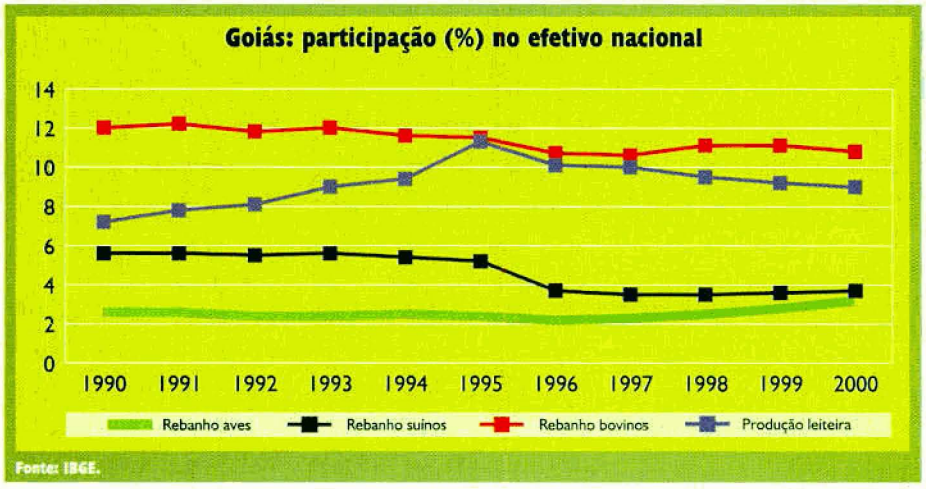
Na última década, o número de cabeças abatidas praticamente triplicou e a tendência é de que fique estável, no curto prazo. A idade média de abate caiu e deve se reduzir para 18 a 24 meses.

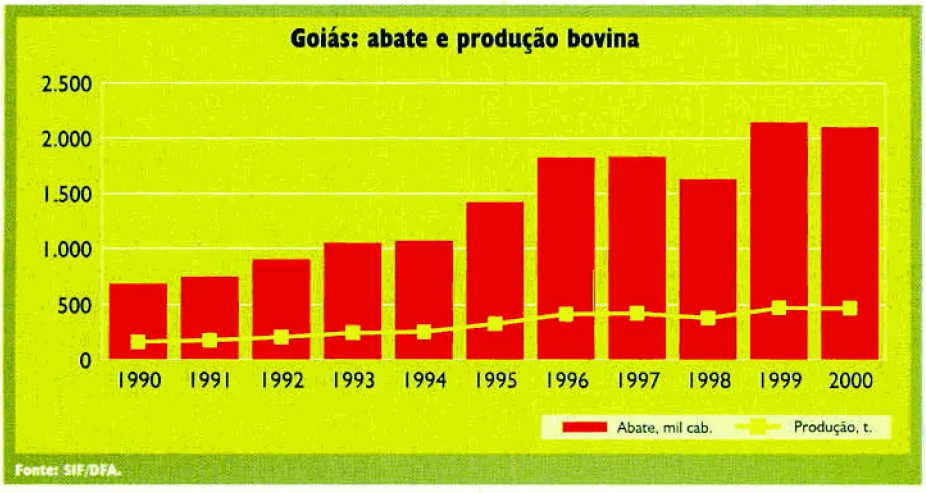
animais serão considerados precoces.

Atualmente, o estado conta com um rebanho bovino de 18,5 milhões de cabeças. A produção de carne alcança 500 mil toneladas ao ano, com faturamento de R$1,25 bilhão. Apenas 5% são exportados para a Europa e o Oriente Médio. A taxa de desfrute está próxima a 20%, bem acima da média nacional.

Diante da expansão acentuada e das práticas adotadas na bovinocultura goiana nos últimos anos, os frigoríficos já existentes se consolidaram e atraíram novos grupos espalhados em outros estados. A redução do ICMS de 17 para 3% em 1999 trouxe a competitividade perdida pelo estado em relação aos outros, que fixavam







Goiás tem um rebanho bovino de 18,5 milhões de cabeças. A produção de carne alcança 500 mil toneladas ao ano, com faturamento de R$1,25 bilhão.

menores taxas, e até unidades paralisadas no estado retomaram suas atividades.

Expansão da indústria

De acordo com dados recentes do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Goiás e Tocantins, existem 23 frigoríficos em atividade em Goiás, responsáveis pelo abate de 3 milhões de cabeças de bovinos. O setor gera outros 13.500 postos de trabalho indireto.

A expansão da indústria frigorífica goiana contempla todas as regiões do estado. As projeções de investimentos asseguram o espaço certo e crescente de Goiás no agronegócio brasileiro da pecuária. Esforços mercadológicos caminham no sentido de melhorar a apresentação dos produtos ao consumidor. As prioridades consistem na execução de medidas para tipificação de carcaças, identificação do rebanho e selo de qualidade.

Parte importante da cadeia produtiva da pecuária, o setor coureiro também busca melhorar seu desempenho: 95% do produto saem do estado *in natura* ou tipo *wet blue* e apenas 5% semiacabados e prontos. O melhor aproveitamento do couro passa pela atração de indústrias de calçados e acessórios, empresas fabricantes de colas e gelatina e pelo menos uma empresa de *dog-toys* (ossos para cães).

No Brasil a produção média anual é de 33 milhões de unidades de couros. Somadas 4 milhões de peças importadas, a disponibilidade interna chega a 37 milhões de unidades (produto acabado). O consumo nacional é de 15 milhões de peças por ano. Todo o excedente é exportado salgado, em forma de sola, *wet blue*, semiacabado e acabado, em torno de 22 milhões de peças. É um item expressivo da balança comercial. Recentemente o governo taxou as exportações do couro *wet blue* em 9% como forma de forçar a agregação de valor ao produto doméstico (**L.A.P.** e **R.A.**).

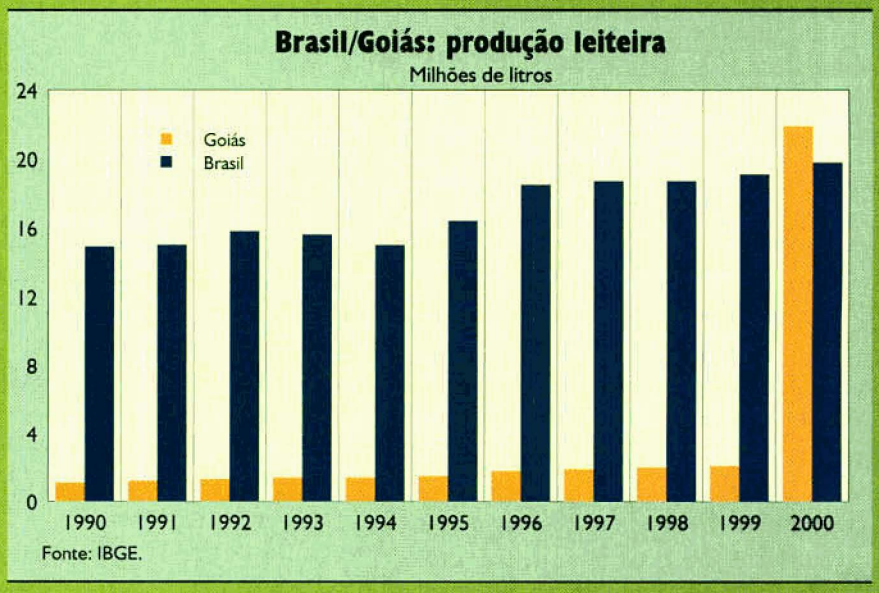
A hora de organizar *a força*

Crescendo exponencialmente mesmo em momentos difíceis, a pecuária de leite goiana só precisa de coesão

O agronegócio ligado a leite e laticínios em Goiás revela excelente desempenho e ganha posição de destaque nacional. Com um parque industrial moderno e diversificado, o estado é o segundo maior produtor no país. Um dos desafios da cadeia produtiva tem sido o de formar associações, sindicatos e cooperativas entre os produtores para trocar experiências e aumentar o poder de barganha na compra de insumos e na venda da matéria-prima.

Boas condições topográficas, climáticas e de luminosidade garantem ao produtor meios de conseguir melhor produtividade. Há uma incessante busca de tecnologias como os tanques de expan-

Há uma incessante busca de tecnologias como a dos tanques de expansão e a da ordenha mecânica. Paralelamente, existe uma preocupação com a genética, a nutrição e a sanidade do rebanho.



Goiás: números da pecuária de leite

Produção em 2000	2,179 bilhões de litros
Produção estimada em 2001	2,256 bilhões de litros
Valor da produção *in natura*	R$673 milhões
Valor da produção agregada	R$1,3 bilhão
Número de propriedades	65 mil
Empregos gerados na cadeia	220 mil
Índice de granelização	65%
Número de ordenhadeiras	4,5 mil

Fonte: Faeg.

são e a ordenha mecânica. Paralelamente, existe uma preocupação com a genética, a nutrição e a sanidade do rebanho.

Entre 1998 e 2000, o segmento produtor enfrentou a importação indiscriminada de leite em pó e os preços desabaram. Muitas granjas tiveram as atividades encerradas. Mesmo nesse contexto adverso, em 1999 a granelização saltou de 40% para 65%; entre 1995 e 1998, a quantidade de ordenhadeiras saiu de 183 para 4.182.

Graças às medidas antidumping, Argentina, Uruguai e Europa não podem mais vender derivados de leite ao Brasil a preço inferior ao praticado no mercado internacional.

Graças às medidas *antidumping* adotadas pelo governo, após pressão exercida pelos criadores brasileiros através de suas entidades representativas, a rentabilidade melhorou em 2001. Argentina, Uruguai e Europa não podem mais vender derivados de leite ao Brasil a preço inferior ao praticado no mercado internacional.

Dados do Sindicato das Indústrias de Laticínios mostram que 1,357 bilhão de litros são processados por 151 indústrias inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Federal. Outros 368 laticínios processam cerca de 548 milhões de litros com inspeção da Agência Rural. Há ainda um grupo aproximado de 100 laticínios atuando na clandestinidade, principalmente na fabricação de queijo, podendo captar até 500 milhões de litros ao ano. O estado consome apenas 20% do leite que produz.

A indústria de derivados lácteos é variada. O maior volume é de queijo mussarela e leite longa vida. Há ainda o leite em pó e os queijos parmesão, prata, gorgonzola, *cheddar*, requeijão, iogurte, manteiga e bebidas lácteas. Em média, os laticínios goianos processam 6 milhões de litros por dia, mas têm capacidade instalada para 9 bilhões (**L.A.P.** e **R.A.**).

Dez anos *depois*

Fatores e acontecimentos favoráveis podem enfim tornar reais as expectativas de toda a década passada

É provável que a colheita de 2002 supere os 100 milhões de toneladas. A segunda previsão da Companhia Nacional de Abastecimento para a safra nacional de cereais e oleaginosas de 2001/02 vem ao encontro das expectativas alimentadas durante a década passada pelos agentes do agronegócio – fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, agricultores propriamente ditos ou agentes dos elos de transporte, beneficiamento e armazenamento.

A conjuntura tem sido bem favorável. As perspectivas de um novo ano positivo para as exportações dos complexos cárneos asseguram uma demanda firme e boas probabilidades de lucro nos grandes cultivos de milho e soja. A economia doméstica, por sua vez, mesmo abaixo do ritmo de crescimento desejado, garante um consumo adicional para as lavouras do tipo arroz e feijão.

Enfim o setor primário começa a acreditar na realização de seu pujante destino. No passado, o desequilíbrio das variáveis macroeconômicas, principalmente entre 1985 e 1995, impediu que se chegasse a esse resultado. Durante 1996 e 1998, os juros elevados oneravam os custos de produção, além de o câmbio sobrevalorizado tirar a competitividade das agroexportações.

Progressos e números

Com o sensível progresso do lado administrativo da agricultura, os subsídios deixaram de ser a panacéia contra todos os problemas. As dívidas pendentes, mesmo significativas, vão sendo negociadas a cada ano: é uma pendência a ser tratada no médio prazo.

Cresce cada vez mais a capacidade de pensar seriamente sobre o aproveitamento das oportunidades existentes e criar mecanismos modernos de gestão no âmbito das cadeias produtivas. Tecnologia, manejo, escala, escoamento são temas corriqueiros em inúmeros encontros promovidos por governos,

Brasil: produção de cereais e oleaginosas

Produto	Produção – mil t			Área plantada – mil ha		
	2000/01	2001/02	Var. %	2000/01	2001/02	Var. %
Algodão em caroço	1.525,20	1.248,30	-18,2	870,40	732,10	-15,9
Amendoim	196,70	195,00	-0,9	102,40	101,60	-0,8
Arroz	10.386,00	11.376,80	9,5	3.248,60	3.369,70	3,7
Aveia	321,90	321,90	0	244,80	244,80	0
Centeio	9,80	9,80	0	7,40	7,40	0
Cevada	307,70	307,70	0	140,20	140,20	0
Feijão	2.591,40	3.260,10	25,8	3.768,80	4.210,00	11,7
Girassol	74,40	74,40	0	47,50	47,50	0
Mamona	86,40	86,40	0	147,30	147,30	0
Milho	41.536,20	38.812,90	-6,6	12.954,70	12.449,00	-3,9
1ª safra	35.228,50	30.812,90	-12,5	10.528,30	9.542,50	-9,4
2ª safra	6.307,70	8.000,00	26,8	2.426,40	2.906,50	19,8
Soja	37.218,30	41.400,40	11,2	13.685,20	15.455,10	12,9
Sorgo	856,90	856,90	0	483,10	483,10	0
Trigo	2.971,90	2.971,90	0	1.591,80	1.591,80	0
Total	98.082,80	100.922,50	2,9	37.292,20	38.979,60	4,5

Fonte: Conab.



cooperativas e empresas. Feiras e exposições trazem dias de trabalho intensivo em demonstrações e aprendizado.

A capacitação empresarial permite ao setor colher as alternativas advindas de um ambiente econômico e comercial mais saudável. A parte organizacional ganha força e ganha força a tônica do mercado. O sojicultor conhece muito bem o impacto que teriam sobre a sua atividade uma eventual redução dos subsídios norte-americanos à cultura e a enorme fronteira representada pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Também os produtores de milho, de soja e os criadores conhecem os efeitos da doença da vaca louca na União Européia sobre suas atividades.

Nas áreas das culturas, o grande desempenho é registrado na soja, cuja expansão é de 12,9%. O feijão também é destaque, com 11,7% a mais. A nota mais desconfortável vem do algodão, com variação negativa de 15,9%, resultado do encolhimento em Mato Grosso, que representa mais da metade da produção. O mercado internacional do produto experimenta preços em baixa, ante maiores produções e menores custos de produção dos Estados Unidos e China, onde se cultivam materiais geneticamente modificados e com menos uso de defensivos. No milho a queda é de 3,9%, mas existe uma projeção de aumento da safrinha (**L.A.P.** e **R.A.**).

Década difícil

Em meio a um fraco desempenho do setor como um todo, a agroindústria da pecuária foi a salvação da lavoura

PAULO GONZAGA MIBIELLI DE CARVALHO E ELVIO VALENTE

O agronegócio brasileiro, dependendo das estimativas, responde por cerca de 20 a 30% do PIB e tem uma balança comercial extremamente superavitária. Em 1999, por exemplo, exportou quase US$20 bilhões e importou pouco mais de US$6 bilhões, contribuindo, assim, com 41% das exportações totais do país e onerando em apenas 12% o total importado.

Constituído no final dos anos 1960, o complexo agroindustrial brasileiro se consolidou nos anos 1970, com um grande salto de modernização com base no crédito rural e na produção de grãos. A partir da segunda metade dos anos 1990, passou a sofrer o impacto da abertura da economia, do avanço do processo de integração regional (Mercosul) e do aumento da competitividade internacional.

Após ostentar trajetória ascendente, de 1990 a 1997, a agroindústria brasileira reverteu a tendência nos anos seguintes (gráfico 1 e tabelas 1 e 2). A partir de 1992, já havia uma tendência de crescimento inferior à verificada para a indústria como um todo. Isso só não ocorreu em 1998/99 porque a agroindústria teve baixa elasticidade frente ao ciclo. Nas fases descendentes teve desempenho melhor que a média da indústria. O inverso ocorreu nas fases ascendentes – 1993-97 e 2000 (tabela 1).

Em 2000 a agroindústria brasileira registrou queda de 2,4% (contra um crescimento de 1,9% em 1999), enquanto a indústria cresceu 6,5% e o PIB da agropecuária 3%. O mau desempenho do setor agroindustrial foi resultado da queda de produção verificada para os derivados da cana-de-açúcar, mais especificamente o açúcar cristal e o álcool hidratado (-17,7%). Os baixos preços vigentes em 1999 levaram a uma queda na produção de cana-de-açúcar, ao que se somou o menor rendimento da matéria-prima, como conseqüência da estiagem no Centro-Sul.

Quadro preocupante

O desempenho da agroindústria como um todo foi influenciado pelo seu segmento de maior peso – os produtos da lavoura –, uma vez que os ligados à pecuária apresentaram comportamento bastante distinto, mostrando uma tendência de crescimento, principalmente a partir de 1994 (gráfico 2). Certamente, à estabilização da economia, que elevou o consumo interno de proteínas animais, somou-se uma maior participação do Brasil no mercado internacional de carnes. Isto é válido, entretanto, apenas para os segmentos de carne suína e de aves, posto que o de carne bovina teve desempenho medíocre durante toda a década. O mesmo vale para o segmento de leite (gráfico 3).

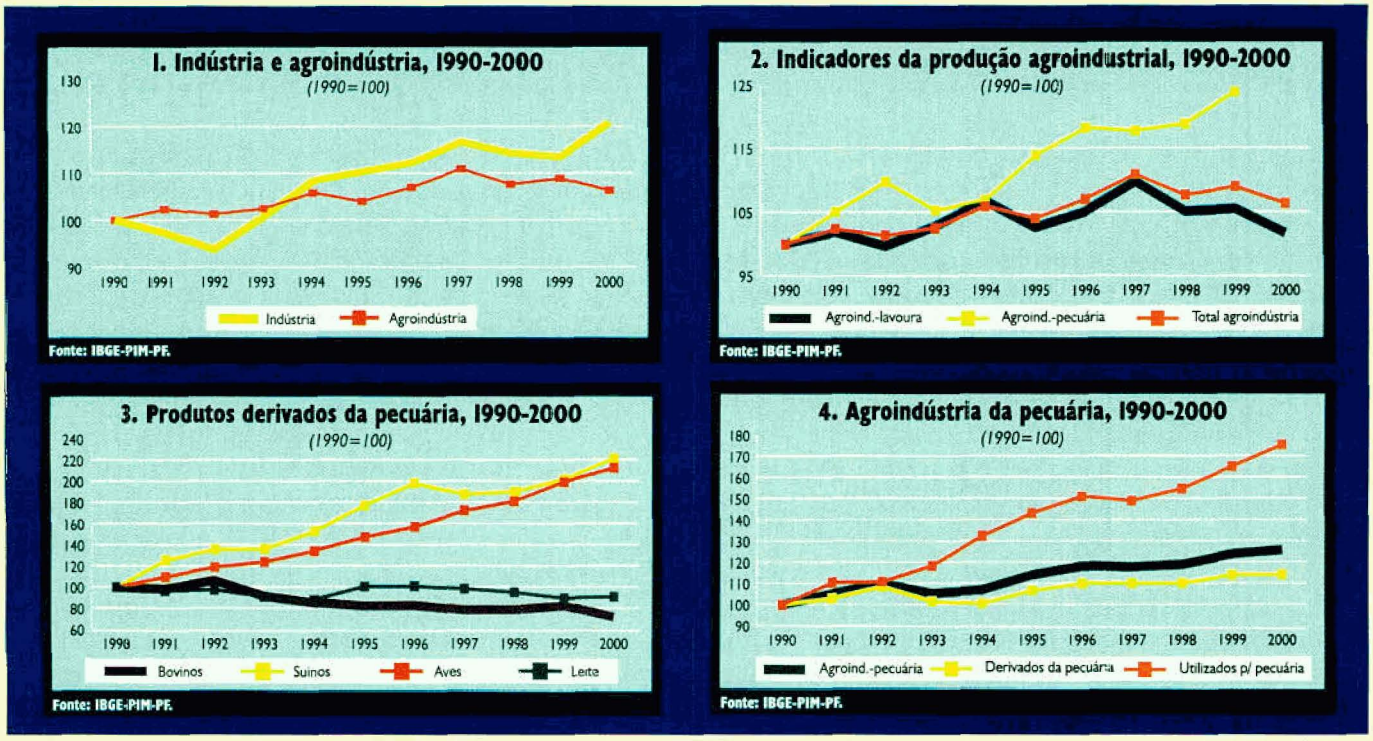
O desempenho da agroindústria da carne bovina registrou queda de 28,3% na década, por conta das importantes restrições enfrentadas pelo Brasil no mercado internacional: falta de fiscalização e controle sanitário. A febre aftosa é ainda um obstáculo a ser superado em definitivo. Falta também ao Brasil incorporar novas tecnologias que possibilitem a obtenção de animais com maior padrão de qualidade e maior esforço de publicidade e *marketing*.

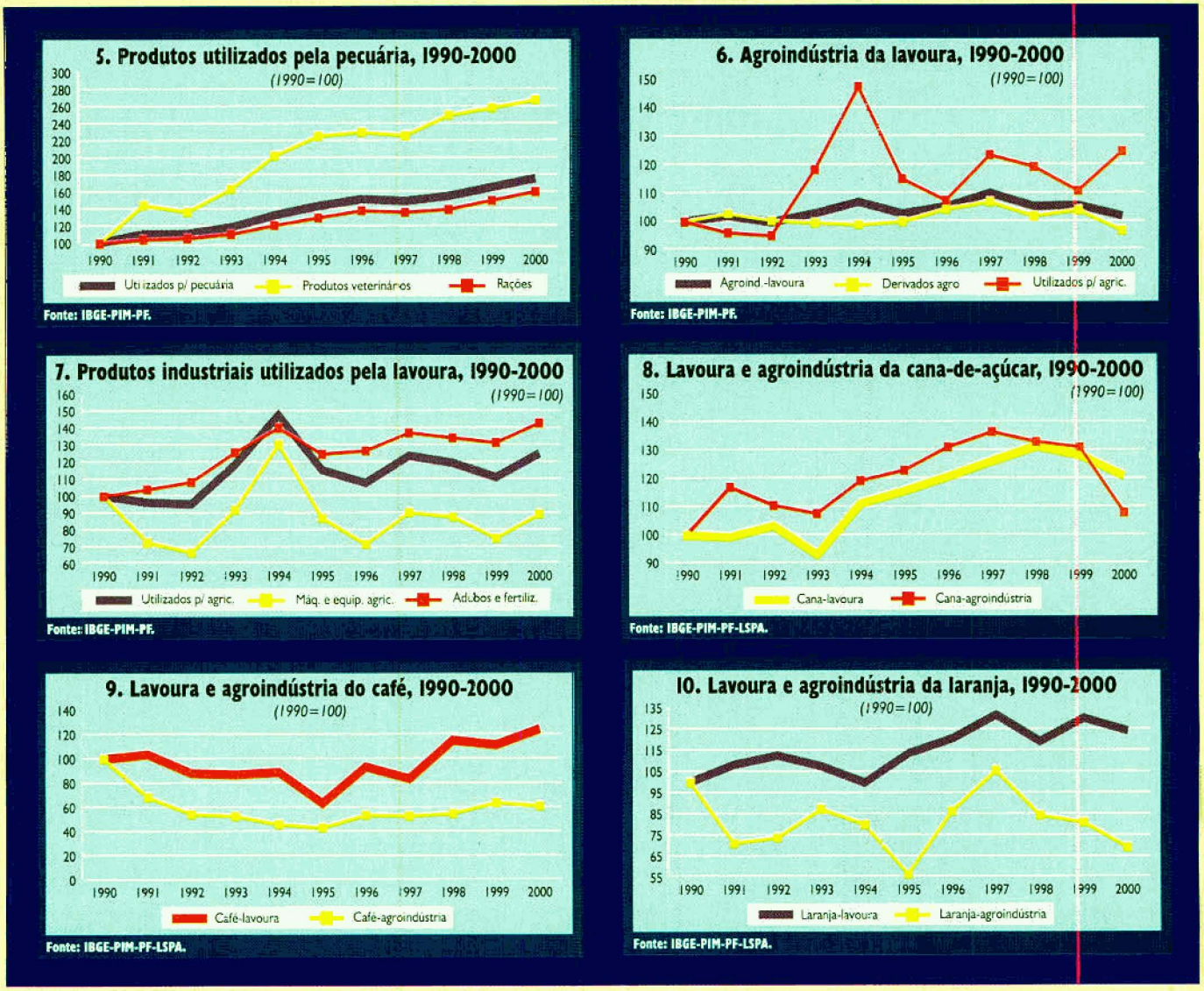
A construção do índice

O índice foi construído a partir dos produtos integrantes da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física do IBGE (PIM-PF). Entre esses produtos, estão os que representam o primeiro processamento da matéria-prima da lavoura e da pecuária e aqueles que são utilizados pelas duas atividades. Estão excluídos, portanto, a indústria alimentar e os derivados industriais da silvicultura, exploração florestal e pesca. Por este critério, foram selecionados 93 dos 736 produtos levantados pela PIM-PF. Uma tabulação específica foi elaborada, onde os resultados são divididos em agroindústria da lavoura e da pecuária. Os dois grupos foram, então, subdivididos em produtos industriais derivados e utilizados pela lavoura e pecuária, constituídas, por sua vez, de vários segmentos. A cada mês, a PIM-PF levanta informações de cerca de 6.200 empresas, representantes de 65,7% do valor agregado (VA) das indústrias extrativa e de transformação (segundo o Censo Industrial de 1985). O método de seleção é o do painel intencional, que privilegia grandes empresas. Neste artigo, encadeamos a antiga série da PIM-PF (1990) com a nova (1991). Isto é possível por existirem anos comuns às duas.

A pesquisa apresenta duas limitações, que não invalidam sua utilização: a base de ponderação (VA do Censo de 1985) é apenas parcialmente atualizada pelo movimento da produção física (método de Laspeyres em cadeia), o que afeta principalmente os setores com grande variação de preços relativos; a pesquisa não abrange o setor informal, pequenas empresas e parte das médias empresas – em setores concentrados, é suficiente considerar as grandes empresas e algumas empresas de porte médio. É importante ressaltar que o índice de agroindústria do IBGE é o mais abrangente do setor, onde predominam estatísticas setoriais com diferentes metodologias.

Os índices de produção agroindustrial foram confrontados com os de produção agrícola obtidos no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Essa comparação não foi realizada na pecuária, devido a mudanças substanciais na pesquisa de abates do IBGE durante os anos 1990, o que impossibilita ter uma série encadeada para toda a década: a série atual, iniciada em 1997, abrange apenas os abatedouros fiscalizados e a anterior não, o que significa uma considerável mudança de âmbito na pesquisa.





A agroindústria do leite teve um decréscimo de 9,1% no seu desempenho entre 1991 e 2000. A produtividade da produção primária ficou abaixo da média mundial e o consumo *per capita* aquém das recomendações da FAO. Fatores como altos custos de produção, abertura da economia e avanço da integração regional sul-americana, que abriu o mercado brasileiro para países com condições muito diferentes em termos de produção e produtividade, também influenciaram a queda.

Há uma evolução mais favorável para os indicadores dos produtos utilizados pela pecuária (75,4%) – produtos veterinários e rações – do que para os produtos derivados (14,3%), que pode ser um indicativo de esforços feitos na área de melhoria da produtividade (gráficos 4 e 5).

O indicador de desempenho da agroindústria lavoura teve um perfil mais próximo ao do subsetor de produtos derivados do que ao de produtos utilizados pela agricultura (gráficos 6 e 7). De todo modo, para estes, o comportamento dos bens de capital para lavouras (máquinas e equipamentos agrícolas) e dos insumos agrícolas (adubos e fertilizantes) foi semelhante. Isso à primeira vista seria algo inesperado, dado que um setor é de bens de capital e o outro de insumos. No entanto, a lógica que rege a ambos é similar: variação das condições de financiamento e de juros e da renda agrícola. O movimento ao longo da década foi análogo, mas a intensidade das variações não: adubos e fertilizantes apontaram crescimento (42,9%) e máquinas e equipamentos queda de 10,5%.

Forte articulação

Pela observação da evolução da produção agrícola e dos indicadores da agroindústria, conclui-se que onde o processamento se deu todo em cima da produção nacional, ou seja, não houve exportações nem importações ex-

1. Indústria e agroindústria: taxa acumulada em períodos selecionados

Setores	1991/92	1993-97	1998/99	2000	1991/00
Indústria	-6,2	24,5	-2,7	6,5	21
Agroindústria	1,3	9,5	-1,8	-2,4	6,4

Fonte: IBGE – PIM-PF.

2. Indicadores da produção agroindustrial 1991-2000

Setores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	91-00
Deriv. agropecuária	102,7	97,6	99,4	99,3	101,1	104,4	102,5	95,4	102,0	93,1	96,9
Cana	116,9	94,5	97,4	110,8	103,1	106,7	104,1	97,4	98,6	82,3	107,9
Trigo	101,3	95,7	98,5	108,4	101,9	102,4	99,5	108,2	95,8	101,9	113,5
Soja	92,4	89,7	113,1	103,3	113,3	95,1	92,2	113,2	96,0	98,0	102,4
Café	68,7	79,4	97,2	87,1	94,2	123,6	98,8	103,6	116,6	95,6	61,3
Cacau	127,1	81,3	92,7	69,4	87,8	115,5	94,6	103,6	102,1	109,4	73,7
Algodão	95,3	93,5	91,7	105,5	100,1	90,9	92,7	91,2	102,4	106,2	72,0
Milho	104,3	111,2	113,9	94,1	109,1	101,6	101,8	107,3	97,1	97,9	143
Laranja	71,4	103,6	118,4	91,6	70,8	152,5	122,2	80,0	96,0	85,5	69,4
Fumo	101,5	141,9	109,6	70,0	83,8	112,4	139,3	70,0	133,5	93,7	126,9
Uva	139,5	97,7	118,9	101,9	93,3	95,6	106,3	87,4	120,0	98,6	161,8
Utiliz. p/ agricultura	96,1	98,9	124,5	124,6	78,1	93,3	114,9	96,6	92,9	112,6	124,7
Máquinas e equipamentos	72,9	91,9	137,5	141,7	66,9	82,2	126,0	97,3	85,6	118,9	89,5
Adubos e fertilizantes	104,1	104,2	116,0	111,4	89,1	101,5	108,3	97,9	97,9	108,8	142,9
Total agricultura	101,8	97,8	103,2	103,9	96,1	102,4	104,5	95,8	100,4	96,4	101,6
Deriv. pecuária	103	105,4	93,6	99,0	106,1	103,3	99,9	100,1	103,4	100,2	114,3
Bovinos	98,3	108,1	86,2	93,3	96,2	100,9	94,7	100,4	104,4	87,1	71,7
Suínos	125,8	108,0	100,6	112,2	115,8	111,9	94,6	101,4	106,1	109,5	221,5
Aves	109,8	108,5	104,2	108,4	109,6	106,8	109,5	105,1	110,1	106,6	212,7
Leite	96,6	100,9	93,6	96,5	114,1	100,5	97,6	96,6	94,3	101,3	90,9
Utiliz. p/ pecuária	110,5	100,3	106,9	111,9	108,2	105,5	98,6	103,9	106,7	106,2	175,4
Prod. veterinários	145,4	94,3	119,7	123,7	111,4	102,0	98,3	110,4	103,5	103,6	268,1
Rações	104,3	101,5	104,6	109,4	107,4	106,3	98,6	102,4	107,5	106,9	160,4
Total pecuária	105,1	104,5	95,9	101,5	106,6	103,8	99,6	101,0	104,2	101,6	125,9
Total agropecuária	102,4	99,0	101,2	103,3	98,3	102,9	103,6	97,1	101,2	97,6	106,4

Fonte: IBGE-PIM-PF.
Obs.: Os totais incluem segmentos não discriminados na tabela; ano anterior = 100.

pressivas do produto *in natura* – como é o caso da cana, café e laranja (gráficos 8, 9 e 10) –, o perfil do setor processador é similar ao da produção primária, indicando forte articulação entre ambos. A cana, cuja produção havia se recuperado a partir de 1993, voltou a apresentar queda no final do período (a partir de 1999). Em 1990 a extinção do IAA eliminou controles e restrições à entrada na produção de açúcar, e foram liberados os preços do açúcar e do álcool, o que estimulou a produção. Nos últimos tempos, o protecionismo e a busca de auto-suficiência que caracterizam o mercado mundial de açúcar impactaram negativamente o setor. Internamente, faltam medidas relativas ao álcool combustível. O saldo da década foi um incremento da produção agroindustrial da cana de 7,9%, um pouco acima da média do conjunto da agroindústria (6,4%), mas bem superior ao desempenho dos derivados da agricultura (-3,1%).

11. Lavoura e agroindústria do milho, 1990-2000



Fonte: IBGE-PIM-PF-LSPA.

A laranja, que havia também apresentado recuperação a partir de 1994, voltou a reduzir o volume de produção, uma vez que o mercado internacional de suco reduziu sua demanda. As perspectivas não são boas, posto que os preços internacionais estão ruins e em baixa.

Para outros produtos, como a soja, a produção segue um ritmo superior ao do processamento, indicando, provavelmente, a exportação do produto em grãos. A indústria processadora do trigo tem trabalhado com base no produto importado, uma vez que a produção nacional apresenta perfil de queda. No caso do milho, verificou-se, na primeira metade da década, uma situação semelhante à da soja na segunda metade.

A soja mostrou na segunda metade da década um crescimento da produção motivado pelos preços favoráveis no mercado internacional. Expandiu-se a produção no Centro-Oeste do país, com produtividade crescente, e a região ultrapassou a região Sul nos acréscimos de área e rendimento. Além disso, expandiu-se a produção nordestina.

A produção de milho é de certa forma concorrente com a da soja. Assim, enquanto a produção de soja cresceu na segunda metade da década, a de milho caiu (a soja ocupa área do milho). Além disso, os preços não estiveram bons nos últimos anos e dificuldades de transporte (custos), impediram a expansão da produção no Centro-Oeste.

A produção nacional de trigo tem-se defrontado com uma situação crítica. Por um lado enfrenta preços de insumos dolarizados e no mercado interno os preços dos produtos finais estão mais ou menos estáveis, não possibilitando repasses de custos. Além disso, a indústria sofre a concorrência com os produtos finais importados.

Ponto de inflexão

O meado da década é um ponto de inflexão para o comportamento de alguns produtos, como café, soja e milho. No caso do café, o primeiro qüinqüênio da década foi marcado pelos altos estoques mantidos pelos países consumidores e pelas baixas cotações internacionais. No primeiro semestre de 1994, as cotações giravam em torno de US$30 a US$40 por saca de café beneficiado, o que inviabilizava a cultura. Passamos a produzir cada vez menos. A partir daí, a diminuição dos estoques e condições climáticas adversas (como as geadas e a estiagem em 1994) levaram a movimentos especulativos de preços em 1995 (US$250), e o café passou a ser um bom negócio. Investiu-se em novos plantios.

A agroindústria teve fraco desempenho no acumulado da década de 90 (6,4%), abaixo da década anterior (9,8% em 1982–90). A agroindústria da pecuária teve desempenho nitidamente superior ao da lavoura (25,9% da primeira contra 1,6% da segunda), destacando-se produtos veterinários (168,1%), suínos (121,5%) e aves (112,7%). Os piores resultados ficaram entre os segmentos da agroindústria da lavoura: café (com queda de 38,7%), laranja (queda de 30,6%). Também tiveram declínios expressivos alguns segmentos de peso como algodão (com índice negativo de 28%), cacau (queda de 26,3%) e máquinas e equipamentos agrícolas (queda de 10,5%). Tomando-se a evolução da produção como uma *proxy* da competitividade, não se pode dizer que a agroindústria, no seu conjunto, teve ganhos expressivos na década que passou. É um quadro preocupante, já que a atual década deve se caracterizar por uma maior integração do Brasil aos mercados internacionais, devido à Alca, o que vai exigir maior competitividade da indústria.

Bibliografia

FEIJO, C., CARVALHO, P., CARNEVALLE, R. & JAGER, H. *Produção agrícola, agroindustrial e das máquinas e insumos agrícolas nos anos 80: Novas evidências estatísticas*. Texto para Discussão, n. 39. Diretoria de Pesquisas do IBGE, dez. 1990.

FERREIRA, M., CARVALHO, P., FARIA, S. & SCANDAR NETO, W. Produção da pecuária e dos setores industriais vinculados à pecuária nos anos 80: Novas evidências estatísticas. In: *Novos usos para a pesquisa mensal – Evolução dos salários industriais – O desempenho da agropecuária*. Texto para Discussão, n. 57. Diretoria de Pesquisas do IBGE, nov. 1991.

IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. 1989. (Série Relatórios Metodológicos.)

—. Indicadores da produção agroindustrial 1981-93. *Estatísticas básicas*. 1995. (Série Retrospectivas, n. 4.)

—. Indicadores da produção agroindustrial 1991-95. *Estatísticas básicas*. 1996. (Série Retrospectivas, n. 4, suplemento 1.)

—. *Indicadores conjunturais da indústria da produção, Emprego e salário*. 2 ed. 1996. (Série Relatórios Metodológicos, v. 11.)

—. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. dez. 2000.

Os indicadores da agroindústria estão disponíveis no Departamento de Indústria do IBGE. As considerações sobre o desempenho da agroindústria na década de 90 baseiam-se nessas informações e nos dados divulgados pelo IBGE através do seu Departamento de Agropecuária.

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho é economista do IBGE (Diretoria de Pesquisas) e professor da Ence.
E-mail: pgmcarvalho@openlink.com.br
paulomibielli@ibge.gov.br

Elvio Valente é economista do IBGE (Dept. de Agropecuária) e professor da Unesa.
E-mail: elvio@nitnet.com.br

Hora de negociar

Produção recorde estimula exportação, mas protecionismo estrangeiro e má tributação interna podem atrapalhar os planos da cultura da soja

CARLO LOVATELLI

O Brasil colherá safra recorde pelo terceiro ano consecutivo, caso as condições climáticas permaneçam normais. Com incremento de 3 milhões, a produção chegará a 41,8 milhões de toneladas. Cerca de 1,5 milhão de hectares foram incorporados ao plantio. O Departamento de Agricultura dos EUA estima que o Brasil alcançou mais uma vez a maior produtividade entre os grandes produtores mundiais. A perspectiva de melhor rentabilidade da soja sobre culturas concorrentes (como o milho e o algodão), a facilidade de financiamento privado para custeio (soja verde) e a liquidez na comercialização futura contribuíram para a expansão do plantio.

Do aumento de 3 milhões de toneladas na colheita, espera-se que 1 milhão sejam destinados ao processamento e 1,7 milhão à exportação *in natura*. Ambos atingirão novos recordes (23,2 e 17,2 milhões de toneladas, respectivamente). Ótima notícia para o país, que está com elevado déficit em conta corrente. O complexo soja (grão, farelo e óleo) vai propiciar US$5,3 bilhões em divisas de exportação em 2002, cerca de US$300 milhões a mais que



Rendimento médio (t/ha)

Ano comercial	Brasil	Estados Unidos	Argentina
2001/02	2,68	2,65	2,59
2000/01	2,78	2,56	2,64

Exportações do complexo soja (US$ milhões)

	Soja	Farelo	Óleo	Total
2002	3.010	1.768	512	5.290
2001	2.713	1.836	450	4.999
Variação (%)	11	-4	14	6

em 2001. Infelizmente os preços de exportação continuam sob pressão, mantendo-se em um patamar historicamente baixo.

Coordenados pela Associação de Engenharia Automotiva (AEA), pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), os trabalhos foram iniciados recentemente e objetivam viabilizar a criação do Programa Nacional de Biodiesel. Identificaram-se diversas oportunidades para desenvolvimento deste combustível renovável no Brasil: mistura de 3% de biodiesel ao diesel, proporcionando melhor lubricidade do combustível; mistura de 20% de biodiesel (B20) para reduzir a emissão de poluentes; e mistura ternária (diesel, álcool e aditivo de biodiesel) como opção de aproveitamento da biomassa. Além de gerar empregos e renda, o biodiesel proporciona divisas à economia e melhor aproveitamento da logística – evita o transporte do diesel para a fronteira agrícola. O sucesso do programa depende do estabelecimento da especificação técnica, da desoneração tributária do biodiesel, do aperfeiçoamento tecnológico e do apoio da sociedade para melhorar o meio ambiente e a saúde.

Ao derrubar o preço internacional para um nível baixo, a política de subsídios norte-americana obriga os sojicultores brasileiros a se tornarem mais competitivos e profissionais, com maior produtividade e cortando custos.

Prioridade nas negociações internacionais

O ano de 2002 começa com boas perspectivas para o Brasil buscar negociações bilaterais com importantes mercados emergentes. A iniciativa de celebrar acordos de comércio com preferências tarifárias para os produtos brasileiros é a via mais rápida para obter acesso a quase 50% dos consumidores mundiais, que vivem na China, na Índia, no México e na Rússia, primeiros alvos da chamada diplomacia de resultado. Em um curto período, a China passou de exportadora a principal compradora de soja do mercado internacional. A Índia é a maior importadora mundial de óleos vegetais.

As negociações regionais amplas e multilaterais são morosas e alcançam resultados menos expressivos para acesso aos mercados por serem mais complexas e abrangentes. O México conseguiu ampliar e diversificar seu comércio exterior, antes dependente do petróleo, através de 32 acordos comerciais. Em diversos países, a Malásia obteve tarifa muito mais baixa para seu óleo de palma do que a vigente para o óleo de soja através de entendimentos bilaterais. Chegou a hora de o Brasil aproveitar essas oportunidades.

Um dos grandes desafios para este ano será viabilizar a exportação de produtos industrializados para a China, agora sob as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Aquele país concordou em liberar cotas de importação para o óleo de soja com tarifa de 9% – muito inferior aos 85% da tarifa extracota estabelecida após o acesso à OMC. O compromisso chinês é liberar 1,7 milhão de toneladas em cotas para o óleo de soja em 2002. Entretanto 50% serão distribuídos a empresas estatais, que poderão utilizá-las em parte, integralmente ou não utilizá-las. As regras devem ser claras e objetivas para que o setor privado possa operar efetivamente a parcela das cotas que lhe cabe. O Brasil tem urgência em conseguir normas factíveis para restabelecer o fluxo de exportações de óleo de soja, que chegou a quase 1 milhão de toneladas em 1995 e depois despencou, graças às cotas de importação não liberadas pela República Popular da China.

O protecionismo e os subsídios continuam

Os termos do Trade Promotion Authority (TPA) aprovado pelo Congresso norte-americano deixou claro que a administração de George W. Bush não suportou as pressões do *lobby* agrícola. O óleo de soja foi considerado um dos produtos sensíveis. O maior produtor mundial de óleo de soja só poderá negociar redução da barreira tarifária após aprovação específica de seu Congresso, que

examinará estudos econômicos. Além disso, a redução está limitada ao máximo de 50% da alíquota vigente (de 19,1 para 9,6%, no caso do óleo de soja). São restrições preocupantes, pois valerão para as negociações da OMC e da Alca, podendo comprometer esta última.

O Brasil continuará questionando, na OMC, os subsídios que Washington concede a seus sojicultores. A nova Lei Agrícola, que está sendo discutida no Congresso dos EUA, deverá preservar todo o sistema de garantia de preços ao produtor. O sistema eliminou os riscos de mercado (preços baixos) e fez com que o sojicultor daquele país aumentasse artificialmente a oferta e provocasse forte depressão nos preços internacionais. Os fazendeiros brasileiros estão sendo francamente penalizados pelo Loan Price Deficiency Payment ao receberem preços muito mais baixos.

A peculiaridade do programa também causa sérias distorções nos Estados Unidos. A maior parte dos subsídios está indo para um número restrito de grandes produtores, ou melhor, grandes proprietários de terra. As propriedades se valorizam ainda mais, aumentando o custo de produção e prejudicando os arrendatários. Há rumores de que os norte-americanos estariam comprando terras produtivas muito mais baratas no Brasil com o lucro proporcionado pelas subvenções do Tesouro dos EUA.

Não é possível competir no mercado internacional agregando tributos às exportações brasileiras. Os resultados são rentabilidade da indústria comprometida; fábricas fechadas e empregos exportados para outros países.

Os criadores dessa política de subsídios, jamais vista no complexo soja, não perceberam um importante paradoxo: ao derrubarem o preço internacional para o nível mais baixo dos últimos 28 anos, obrigam os sojicultores brasileiros a se tornarem mais competitivos e profissionais, com maior produtividade e corte de custos. Estimulam a migração do produtor do Sul do país para o Centro-Oeste, mais produtivo e competitivo.

Agregar valor e não tributos

O grande desafio da indústria continua sendo a correção da estrutura tributária. Os processadores de soja insistirão na desoneração tributária das exportações de produtos industrializados; buscarão igualdade de tratamento com as exportações de matéria-prima brasileira e com indústrias de outros países. Devemos arrumar a casa antes de pedir a outros países para removerem seus impostos de importação. Todos sabem que não é possível competir no mercado internacional agregando tributos e não valor às exportações brasileiras: ICMS, PIS, Cofins e CPMF incidem sobre o processo produtivo de farelo e óleo de soja e não são desagravados nas vendas externas. Os resultados são rentabilidade da indústria comprometida; fábricas fechadas e empregos exportados para outros países; investimentos postergados; e queda nos níveis de emprego e renda. Os dados estatísticos evidenciam a falta de vontade política do governo federal e dos 27 governos estaduais em reverter este viés tributário sem agregação de valor. Nos últimos cinco anos, a produção de soja cresceu 15 milhões de toneladas, dos quais 2 milhões foram processados no país e o restante exportado *in natura*.

Reinventando a logística

O ano de 2001 foi fantástico para a logística: a Ferronorte movimentou 3,5 milhões de toneladas de soja e produtos do Mato Grosso para os portos; a hidrovia do rio Madeira escoou quase 1,5 milhão de toneladas para o exterior através do porto de Itacoatiara; cerca de metade da produção do Mato Grosso foi beneficiada pela multimodalidade dos transportes. Deverá ser concluído, em 2002, mais um trecho de 100km da Ferronorte, ligando Alto Taquari a Alto Araguaia. A tendência é intensificar o uso de caminhões de grande porte, os chamados bitrens, que reduzem o custo do frete. Espera-se que prossigam as obras de pavimentação da BR 163, que liga Cuiabá a Santarém – corredor que deverá exportar 3 milhões de toneladas em futuro próximo.

A contribuição da soja ao desenvolvimento nacional é inegável. Diversas regiões se transformaram com o cultivo da soja. A balança comercial do Brasil cresce de forma sustentada com os recursos gerados pelo complexo campeão na entrada líquida de divisas. Alcançaremos 58 milhões de toneladas, segundo a projeção de matéria publicada nesta revista recentemente. Faremos nossa parte: o desafio de gerar mais emprego e renda será cumprido.

Carlo Lovatelli é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Troca de posições

A comercialização do milho pode fluir com transparência e de forma integrada entre os locais de produção e a bolsa

FÉLIX SCHOUCHANA

O contrato futuro de milho da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) foi relançado em outubro de 2001 com algumas importantes modificações: a cotação passou de dólares por 60kg para reais por 60kg; os locais de formação de lotes foram ampliados para outras praças de comercialização do milho, mantendo Campinas como praça de formação do preço. Os agentes da cadeia do milho, do produtor ao consumidor industrial e animal, passaram a ter visibilidade do preço a futuro, podendo fixar seus preços de compra ou venda antecipadamente.

A operação Ex-Pit

Entre as modalidades de comercialização do milho, utilizando o mercado futuro, o primeiro passo da operação conhecida por Ex-Pit consiste em um contrato de compra e venda entre uma empresa produtora e outra consumidora de milho com previsão de entrega do produto no vencimento. Esse contrato é assinado com uma possível troca de garantias, pelas quais o produtor se compromete a entregar a mercadoria e o comprador a honrar o pagamento. Através dele se estipulam a quantidade e a qualidade do milho, as datas de entrega do produto e os locais de entrega.

O preço do contrato a termo é o preço de fechamento do futuro de milho no dia de vencimento do contrato, de tal forma que os dois contratos, o anterior e o futuro, tenham o mesmo vencimento. O tamanho do contrato a termo deve ser um múltiplo do contrato futuro: por exemplo, 45 mil sacas, que equivalem a 100 contratos futuros de 450 sacas.

Os meses de vencimento do contrato futuro são os meses ímpares – janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro. Mas pode ser fechado um contrato de fornecimento de milho para todos os meses do ano, com base nos meses do contrato futuro, bastando considerar para os meses que não têm vencimento futuro um deságio equivalente à taxa de juro no período.

Pode-se também considerar que vendedor e comprador não se encontrem em Campinas, e sim em outro município que tenha historicamente uma diferença de preço em relação a Campinas de R$1,00/saca abaixo do praticado nessa praça. O contrato a termo terá então como base de fixação de preço o que for negociado na BM&F, menos R$1,00/saca.

O segundo passo da operação consiste na entrada de vendedor e comprador na bolsa. Qualquer agente que entre na bolsa, para fixar o preço de compra ou de venda, deve fazê-lo através de uma corretora que irá

representá-lo no recinto do pregão.

Digamos que o contrato a termo prevê, por exemplo, o suprimento de 45 mil sacas de milho para maio de 2002. Até alguns dias antes do período de entrega do contrato futuro, o vendedor, independente do comprador, tem que decidir e dar uma ordem a seu corretor para fixar o preço de venda para o vencimento em maio, coincidindo com o momento em que deverá entregar o milho do contrato a termo. O comprador também terá que decidir, até aquela data, o melhor momento para fixar seu preço de compra na bolsa, independentemente da decisão do vendedor. Assim, de dezembro de 2001 até o final de abril de 2002, ambos devem ter fixado seus preços na BM&F através do corretor de futuros.

Análise da operação

Supondo que o preço futuro do milho para maio de 2002 esteja sendo negociado entre R$11,00 e 13,00 a saca, oscilando nessa faixa a cada dia no pregão da bolsa. No final de março, talvez devido à expectativa de uma área plantada menor e de preços mais elevados, o preço negociado no mercado futuro pode vir a ser de R$12,50/saca, e o vendedor decidirá fixar esse preço de venda através de uma posição vendida em bolsa para o vencimento maio de 2002. Desse modo, o produtor fixou esse preço de venda para as 45 mil sacas do contrato a termo e, independentemente do que ocorreu com o preço, fixou um preço de venda que julga dar-lhe rentabilidade adequada.

Ao contrário do preço fixo de um contrato a termo, o vendedor e o comprador na bolsa têm vários dias para fixar seu preço e podem fazê-lo aos poucos; por exemplo, vendendo e comprando alguns contratos até completar 45 mil sacas, visando o preço médio que mais interesse às partes.

Em outra data qualquer, por exemplo, meados de abril, as expectativas se modificam; o preço negociado na BM&F passa para R$11,50/saca e o comprador decide fixar seu preço de compra das 45 mil sacas do contrato a termo.

No vencimento do contrato a termo, próximo à data de início do período de entrega do contrato futuro, os dois irão encerrar sua operação na bolsa. Essa data é o último dia útil de abril de 2002, e digamos, por exemplo, que o preço praticado naquele dia seja de R$12,00/saca. Tanto o vendedor quanto o comprador terão que faturar 45 mil sacas a R$12,00/saca, totalizando R$540 mil.

Vejamos o que ocorre com o vendedor. Como ele vendeu o milho a R$12,50/saca no final de março na bolsa e o preço no vencimento foi fixado a R$12,00/saca, ele receberá sobre a forma de ajustes diários na bolsa R$0,50/saca. Somando-se ao preço faturado, de R$12,00/saca, o produtor receberá R$12,50/saca, que é o preço fixado na bolsa.

O comprador, por seu lado, comprou o contrato futuro a R$11,50/saca e o preço no vencimento foi de R$12,00/saca; portanto ele receberá R$0,50/saca sob a forma de ajustes diários na bolsa. Com isso, terá faturado o milho a R$12,00/saca, do que, retirado o ganho de R$ 0,50/saca obtido na bolsa, resulta uma despesa de R$11,50/saca, preço pelo qual fixou a compra no mercado futuro.

Tanto o comprador quanto o vendedor, ao fixarem seu preço de compra e venda, fizeram essa operação com terceiros, em datas separadas, sem conhecer a contraparte.

Vantagens da operação

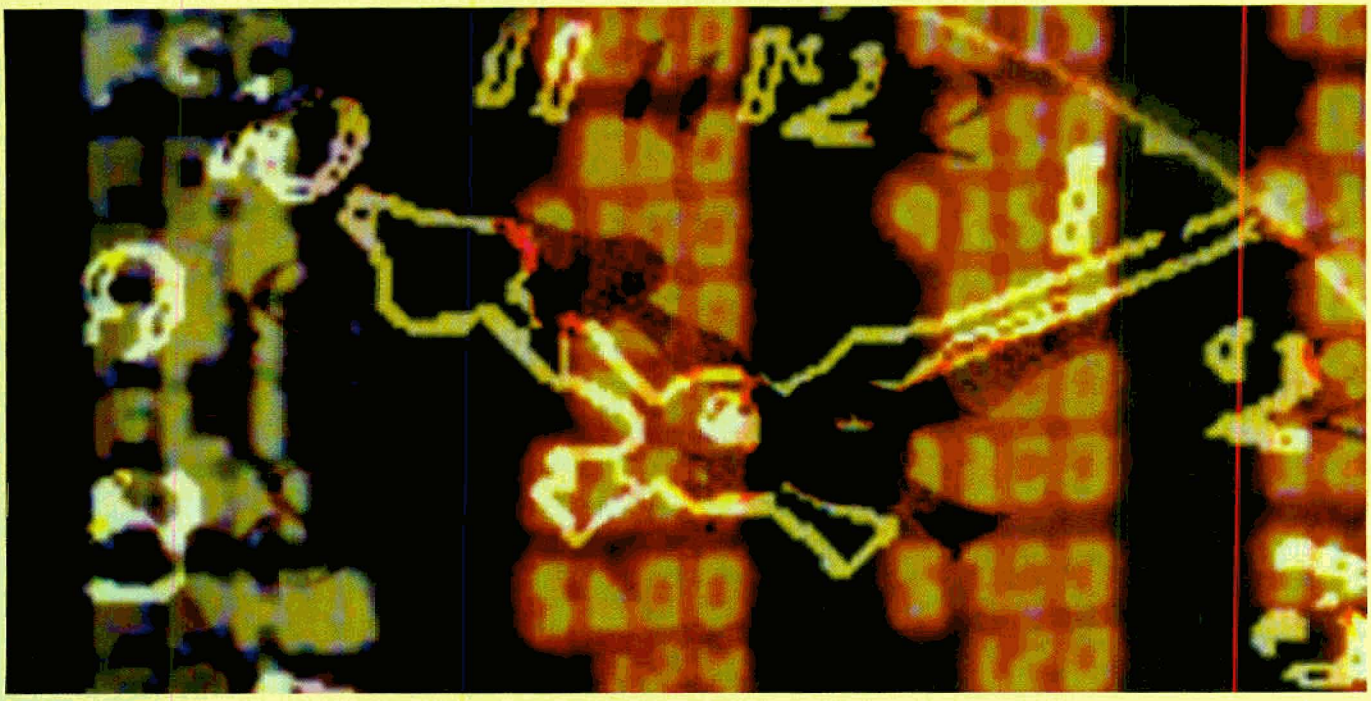
No caso analisado, ambos tiveram um ganho no mercado futuro também proveniente de terceiros. A toda hora produtores, consumidores, comerciantes e investidores entram e saem do mercado, promovendo as diversas operações próprias da bolsa.

Nesse caso porém o comprador e o vendedor querem encerrar suas posições na bolsa através de liquidação financeira, e não através da entrega do produto na própria bolsa, já que têm um contrato a termo que prevê a entrega onde estão acostumados a negociar.

Ao terminar a operação na bolsa, eles farão um Ex-Pit, que significa uma troca de posições de físico com o futuro. Isto é, como o vendedor e o comprador têm uma posição vendida e comprada em bolsa, para liquidar financeiramente suas posições eles têm que assumir posição inversa e liquidar a operação. Assim, o vendido assume uma posição comprada a R$12,00/saca e o comprado assume uma posição vendida também a R$12,00/saca, para que o faturamento do milho se faça a esse preço.

Essa operação de Ex-Pit tem que ser feita para que o vendedor e o comprador do contrato a termo encerrem a posição ao mesmo preço e não tenham que vender ou comprar o milho de terceiros na bolsa.

As vantagens dessa operação são as seguintes:



- O vendedor e o comprador não precisam praticar um preço fixo no contrato a termo, pois se o preço no vencimento for muito diferente do preço fixado, um dos dois poderá romper o contrato. Na bolsa, o vendedor fixará o melhor preço no momento em que lhe aprouver, o mesmo ocorrendo com o comprador.
- Ao contrário do preço fixo de um contrato a termo, o vendedor e o comprador na bolsa têm vários dias para fixar seu preço e podem fazê-lo aos poucos; por exemplo, vendendo e comprando alguns contratos até completar 45 mil sacas, objetivando o preço médio de venda ou de compra que mais interesse às partes.
- O produto a ser entregue no contrato a termo não precisa ser exatamente o mesmo do contrato da bolsa, que é padronizado.
- A entrega do milho se faz entre dois clientes de tradição e prática comercial de vários anos, deixando a definição do preço ao ambiente da bolsa, onde as expectativas de preços resultam de interações entre vários agentes.

À medida que o uso das operações de Ex-Pit se difundir, o mercado futuro de milho terá maior liquidez e servirá de importante ferramenta para determinar o preço desse produto. Essa característica é a base para melhorar a comercialização e o financiamento do produto.

À medida que o uso das operações de Ex-Pit se difundir, o mercado futuro de milho terá maior liquidez e servirá de importante ferramenta para determinar o preço desse produto. Essa característica é a base para melhorar a comercialização e o financiamento do produto.

No momento em que está sendo lançada e constituída a Bolsa Brasileira de Mercadorias, resultado da fusão das bolsas de mercadorias de vários estados do país, surge uma oportunidade de maior integração entre os corretores dessas bolsas de físico com os corretores da BM&F, onde os primeiros poderão celebrar contratos a termo com base no preço da BM&F, e os segundos poderão definir preços e praticar a operação de Ex-Pit no mercado futuro. Toda a entrega física, na liquidação do contrato a termo, será feita pelos corretores de físico, dividindo as tarefas que conhecerem melhor, cada qual dentro de sua especialização. A comercialização do milho, uma das principais culturas de grão no país, poderá fluir entre os diversos locais de produção e a bolsa com transparência e de forma integrada.

Félix Schouchana é diretor de mercados agrícolas da BM&F.

Commodities em 2001

O ano que passou marcou o amadurecimento e a evolução dos mercados futuros de ativos agropecuários

FABIANA PEROBELLI E PLÍNIO PENTEADO DE CAMARGO

O ano que terminou foi positivo para os mercados agropecuários da BM&F e mostrou o amadurecimento de seus contratos. Os sinais dessa evolução estão nos registros de incremento da liquidez, expressa tanto em contratos em aberto quanto negociados.

De janeiro a novembro de 2001 foram negociados 680 mil contratos, superando os 655 mil de 2000. O destaque ficou com o mercado de café, responsável por 403,8 mil contratos. Em seguida estão o boi gordo, o açúcar e o álcool, com 84 mil, 83 mil e 60 mil contratos respectivamente. A tabela 1 traz a evolução dos volumes negociados por commodity.

Ainda relacionado à liquidez, um conceito igualmente importante é o de contrato em aberto, que mostra a expansão de operações estruturadas nos mercados, sejam as de *hedge*, como por exemplo de *spreads*, renda fixa utilizando as cédulas do produto rural (CPRs) ou arbitragens entre mercados. A tabela 2 reporta as posições em aberto no último dia útil do mês. Como se pode notar, houve uma expansão em todos os contratos, que apresentaram em média 29 mil posições em aberto ao longo de 2001.

Indica a consolidação dos mercados na BM&F sua participação nas respectivas cadeias agroindustriais, expressa pela transformação dos volumes negociados em equivalente-produto, que poderá ser medida pelo número de vezes em que o mercado futuro conseguiu *girar* a produção nacional. Pelo gráfico 1 percebe-se que a partir de 1999 o volume negociado na BM&F foi sempre superior à produção nacional, significando uma importante medida de liquidez.

Mudanças e perspectivas

O mercado futuro de café da BM&F segue sua trajetória de consolidação. Os contratos futuros têm tido significativa participação no agronegócio do café. Na linha da solidificação está a presença dos investidores estrangeiros, que aumentaram as posições em aberto, tanto vendidas quanto compradas, como pode ser notado nos gráficos 2 e 3. Desde dezembro de 1999 é permitido aos investidores estrangeiros operar os mercados agropecuários da BM&F.

A BM&F intensificou o trabalho de divulgação do contrato de café arábica junto aos *players* estrangeiros em 2001, promovendo viagens internacionais a fim de mostrar o contrato a estes agentes. Foram visitados Alemanha, Inglaterra, Itália, Suíça e Estados Unidos, responsáveis por aproximadamente 40% das compras mundiais de café.

1. Mercado de futuros: evolução do volume negociado
1991 a 2001

Ano	Café	Boi gordo	Açúcar	Milho	Álcool	Total
1991	8.120	1.561				9.681
1992	50.873	7.046				57.919
1993	87.753	7.438				95.191
1994	79.220	5.687				84.907
1995	76.206	38.989	4.301			119.496
1996	116.071	119.092	6.212	3.696		245.071
1997	114.521	109.261	8.330	18.907		251.019
1998	198.547	88.054	30.080	15.949		332.630
1999	317.722	123.442	33.764	10.432		485.360
2000	390.513	150.410	52.552	8.084	53.963	655.522
2001	447.553	84.056	83.042	4.208	61.417	680.276

Fonte: BM&F

2. Mercado de futuros: evolução das posições em aberto
2000 e 2001

Mês	Café		Boi		Açúcar		Álcool		Total	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Janeiro	7.845	9.937	3.741	934	466	4.548		4.882	12.055	20.732
Fevereiro	8.456	10.647	3.815	1.502	873	5.693		4.477	13.145	22.626
Março	7.396	12.067	3.383	2.663	1.064	5.134	457	4.678	12.300	24.774
Abril	7.953	13.949	3.444	4.128	1.125	5.679	1.076	3.786	13.656	27.713
Maio	8.450	13.580	4.145	4.689	1.712	5.518	1.309	4.473	15.802	28.479
Junho	7.893	13.838	5.013	5.015	1.430	4.923	1.803	4.829	16.535	28.839
Julho	8.525	16.444	4.856	6.950	1.618	5.458	3.053	4.034	18.650	33.091
Agosto	8.557	17.081	4.831	6.908	1.714	6.013	3.488	3.984	19.291	34.177
Setembro	6.438	14.444	2.821	6.407	2.439	5.870	3.885	3.789	16.268	30.632
Outubro	7.862	15.227	953	4.759	2.902	4.770	4.024	5.185	16.194	30.104
Novembro	8.270	16.614	1.010	4.735	3.771	4.702	4.417	5.142	12.398	31.475

Fonte: BM&F

Um fato importante ocorrido em 2001 celebrou a consolidação do mercado de café arábica da BM&F: a inclusão de sua cotação para efeito de registro de venda no Sistema de Comércio Exterior (Siscomex). Até 26 de outubro eram utilizados para registro de venda somente os preços das bolsas de Nova York e Londres.

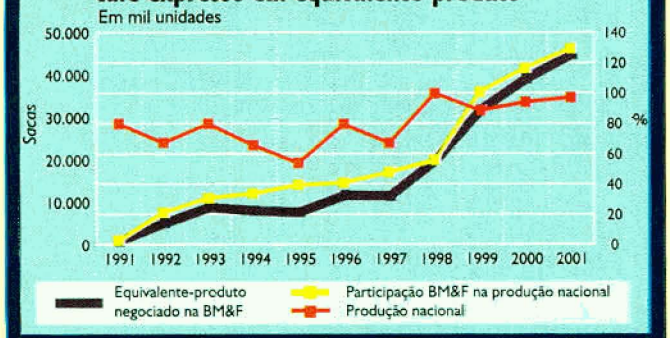
De janeiro a novembro de 2001 foram negociados 680 mil contratos, superando os 655 mil de 2000. O destaque ficou com o mercado de café, responsável por 403,8 mil contratos.

Outra medida para incrementar os negócios e permitir maior flexibilização às operações foi o estabelecimento das opções seriais para o café nos meses em que não havia vencimento dos atuais contratos, tal como na Bolsa de Nova York.

O interessante das opções seriais é que elas iniciam o período de negociação no primeiro dia útil do terceiro mês anterior ao mês de vencimento da opção. São opções de curto prazo e, como estarão próximas ao vencimento das regulares, as expectativas serão mais ajustadas e provavelmente as séries serão *in-the-money* (no dinheiro).

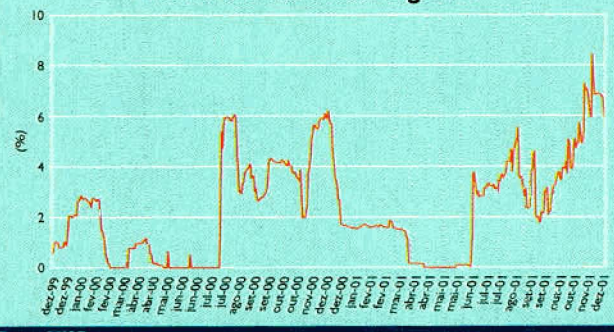
O contrato futuro de boi gordo passou por uma alteração no ano de 2001. A partir do vencimento março de 2001 a cotação foi modificada de dólares para reais por arroba, devido à estabilidade do real. Para a cadeia bovina tal mudança foi importante, pois a formação do preço do boi gordo é interna. Desta forma permitiu uma visibilidade melhor para os *hedgers* (pecuaristas, intermediários e frigoríficos que fazem um seguro de preço na bol-

1. Evolução do volume negociado de café expresso em equivalente-produto



Fontes: BM&F e Conab. Elaboração: BM&F.

2. Evolução das posições vendidas em aberto dos investidores estrangeiros



Fonte: BM&F.

3. Evolução das posições compradas em aberto dos investidores estrangeiros



Fonte: BM&F.

sa) e um horizonte mais longo de definição dos preços. Como a cotação estava vinculada ao dólar, o preço futuro era afetado não só pela oferta e demanda de boi, como também pela variação cambial (que na maioria das vezes estava desvinculada dos fundamentos da carne bovina), introduzindo um risco adicional ao preço futuro.

Tão logo os agentes se adaptaram à cotação em real, o contrato atingiu novamente seu patamar de negociação. Em novembro de 2001 estavam em aberto quase 5 mil contratos para os vencimentos de 2002.

Bons negócios

O contrato de açúcar cristal apresentou no ano de 2001 um volume crescente de negócios, o que mostra o trilhar para o amadurecimento. Em termos de equivalente-produto tem-se que o contrato da BM&F irá representar em 2001 7% da produção nacional.

O contrato de álcool anidro, lançado em março de 2000, novamente apresentou um desenvolvimento positivo. Foi negociado em 2001 o equivalente a 25% da produção nacional. É interessante ressaltar que esses dois contratos estão dinamizando o setor sucroalcooleiro e permitindo aos agentes um melhor controle do risco de preço.

O contrato futuro de milho também passou por alterações contratuais no ano de 2001. Dentre as alterações estão: a cotação passou de dólares para reais por saca de 60 kg, a justificativa para tal alteração é similar à do boi, a formação do preço é interna e um contrato em dólares gera um risco adicional e não controlável ao *hedger*. Outra alteração foi a de estender os pontos de entrega, que anteriormente se restringiam ao município de Campinas.

Os contratos de soja e algodão não apresentaram liquidez durante o ano de 2001. As câmaras setoriais desses produtos, órgãos consultivos da BM&F, estão estudando esses mercados e revendo os contratos a fim de que possam se adequar melhor a esses dois segmentos importantes da economia nacional.

O ano de 2001 foi de amadurecimento e evolução dos mercados futuros de ativos agropecuários em razão de sua abertura para não-residentes e da disseminação da cultura do *hedge*. As perspectivas de incremento desses mercados para os próximos anos dependerão, principalmente, da reativação da economia global, de tal forma que concorra para a melhoria dos preços das commodities, ainda muito deprimidos. Há que considerar também quanto ao posicionamento dos produtos agrícolas produzidos no Brasil os resultados das negociações que as autoridades brasileiras têm feito no âmbito da Organização Mundial de Comércio e outras instituições internacionais reguladoras de mercados que venham a se constituir.

Fabiana Perobelli é economista da BM&F; e-mail: fabianap@bmf.com.br
Plínio Camargo é consultor da BM&F; e-mail: plinio@bmf.com.br

Exercício da dúvida

Mudanças aparentes e mudanças reais: aumenta a migração no setor agrícola brasileiro?

STEVEN M. HELFAND

O setor agrícola brasileiro apresentou um significativo processo de ajustamento estrutural nos anos 1990. O ambiente econômico e as reformas na política agrícola causaram importantes mudanças no uso de insumos e nos níveis de produção de alguns produtos importantes. Dúvidas existem, porém, sobre a magnitude e heterogeneidade espacial do processo de ajustamento. Muitas vezes as dúvidas dessa natureza são amplificadas pela inexistência de dados apropriados ou pela falta de informações confiáveis.

Argumenta-se que o Censo Agropecuário 1995/96 tem limitações importantes e, talvez mais preocupante, essas limitações são pouco conhecidas pela maioria dos usuários do censo. Muitos autores tomam por base os dois últimos censos agropecuários, 1985 e 1995/96, para documentar a extensão do processo de ajustamento no setor. Duas estatísticas freqüentemente citadas apontam um declínio de quase 1 milhão de estabelecimentos, o equivalente a 16% do total de 1985, e um êxodo do setor de mais de 5 milhões de pessoas ocupadas, o que representava 23% da força de trabalho agrícola em 1985.

É questionável a idéia convencional de que houve um êxodo do setor agrícola no Brasil. O Censo Agropecuário 1995/96 não é comparável ao de 1985, devido à mudança no período de coleta das informações, e não é representativo do ambiente de meados dos anos 1990, porque 1996 foi um ano atípico quando a atividade agrícola estava em seu mais baixo nível da década.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), estima-se um declínio no número de estabelecimentos agrícolas de aproximadamente um terço do reportado no censo. Como o número de estabelecimentos está subestimado, todas as outras variáveis ali pesquisadas também terão um viés. Mostra-se, por exemplo, que a redução no pessoal ocupado no setor foi menos que a metade do indicado pelo censo. Esses problemas também criam a ilusão de que o ajustamento deu-se de forma relativamente homogênea entre as regiões do Brasil, quando na realidade foi bastante heterogênea. Houve um considerável ajustamento estrutural no setor agrícola nesse período, mas o censo agropecuário ocultou muitas dessas mudanças.

Alterações e distorções

O *período de referência* dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985 para os dados de produção era o ano calendário (1º de janeiro a 31 de dezembro). A *data de referência* para as variáveis estruturais como área, pes

soal ocupado e maquinaria era 31 de dezembro.

Em contraste, o período de referência do Censo 1995/96 era o ano agrícola (1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996), e a data de referência permaneceu 31 de dezembro para a maioria das variáveis. Um dos motivos para a mudança do período de referência era que os censos anteriores forneciam informações para o plantio e a colheita que não correspondiam ao mesmo ciclo agrícola. Os dados do Censo 1985, por exemplo, referiam-se a culturas temporárias que foram colhidas em 1985 (a maioria plantada em 1984), e àquelas plantadas em 1985 (que seriam colhidas apenas em 1986). Para a análise econômica do setor, essa ausência de correspondência apresenta obstáculos substanciais.

Uma conseqüência importante da mudança no período de referência é que o período para coleta dos dados também foi alterado. Em vez de coletar os dados no início do ano calendário seguinte ao período de referência, como foi feito nos censos de 1970, 1975, 1980 e 1985, a coleta dos dados para o Censo 1995/96 começou em agosto de 1996. Acredita-se que, ao contar o número de estabelecimentos em agosto e setembro – período após a colheita da maioria das culturas temporárias, mas anterior ao plantio para o ano seguinte –, ter-se-ia um número substancialmente inferior àquele que seria obtido se a contagem fosse realizada entre janeiro e maio – período após o plantio da maioria das culturas mas antes de completar a colheita.

Devido à alteração na data, uma comparação do Censo 1995/96 com o Censo 1985 pode ser distorcida. Os dados de 1995/96 devem possuir um viés para menos no número de estabelecimentos – relativo ao que seria contado durante o período de colheita –, e esse viés deve estender-se em diferentes graus a todos os dados no censo. O viés para menos seria maior para os produtores menos sujeitos a estarem presentes na entressafra. Assim, acredita-se que o viés seja maior para os produtores de culturas temporárias comparativamente aos de culturas permanentes e de animais; para parceiros, arrendatários e ocupantes em comparação aos proprietários; e para pequenos produtores em comparação aos grandes.

Um segundo problema na comparação entre dois censos quaisquer é que existe sempre o risco de um deles ter sido realizado num ano atípico. Infelizmente, foi isso precisamente o que ocorreu em 1995/96. Isso não implica que os dados coletados em 1995/96 forneçam uma descrição incorreta da realidade do momento em que foram obtidos. Significa, entretanto, que o Censo 1995/96 pode não ser muito representativo do ambiente de meados dos anos 1990. Como resultado, uma comparação entre os censos de 1985 e 1995/96 não oferece uma indicação precisa das tendências de longo prazo no setor.

Dados de duas pesquisas do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Produção Agrícola Municipal (PAM), fornecem dois indicadores do inusitado baixo nível de atividade econômica no setor agrícola no ano de 1996. Baseando-se nos dados de pessoal ocupado da PNAD, a figura 1 mostra que o número de estabelecimentos no Brasil (excluindo a região Norte) se reduziu 7,9% em 1996, e em seguida aumentou 5,1% em 1997. Entre 1981 e 1999, apenas em 1981 e 1983 o número de estabelecimentos foi inferior ao de 1996. Os dados da PAM para áreas plantadas e colhidas confirmam os dados da PNAD para número de estabelecimentos. Tanto a área plantada como a colhida se reduziram mais de 10% em 1996 relativamente a 1995, e ambas aumentaram cerca de 4% em 1997. Os valores de 1996 para áreas plantadas e colhidas foram os menores na década.

É questionável a idéia convencional de que as reformas de política e o ambiente econômico dos anos 1980 e 90 resultaram num êxodo em massa do setor agrícola no Brasil.

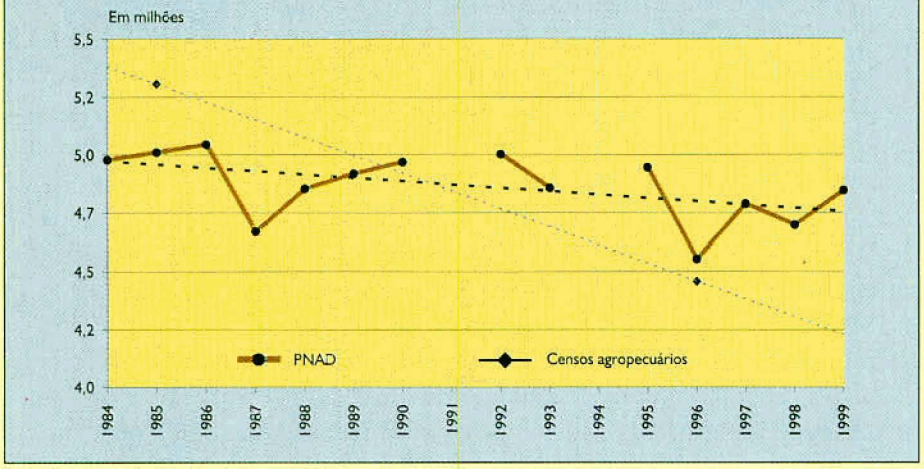
Metodologia e dados

Utilizam-se aqui dados de pessoal ocupado da PNAD para construir duas variáveis que são comparáveis ao que o censo define como "número de estabelecimentos" e "pessoal ocupado". Demonstra-se a seguir que os níveis das variáveis são muito similares quando coletados no mesmo período do ano, como foi o caso de 1996. Quando os dados do censo e da PNAD são coletados em diferentes pontos no ano, como nos censos de 1980 e 1985, os níveis das variáveis são consideravelmente diferentes.

Para isolar os efeitos da mudança da data de coleta dos dados do censo e de um ano atípico, conduzem-se dois experimentos "contrafatuais" (*counterfactual*). O primeiro procura responder à questão: o que teria acontecido ao número de estabelecimentos e ao pessoal ocupado se a data de coleta das informações não tivesse mudado? O segundo

I. Número de estabelecimentos agrícolas (excluíndo-se o Norte)

Censos agropecuários (1985 e 1995/96) e PNAD (1984-99)



procura respostas para a questão: o que teria acontecido ao número de estabelecimentos e ao pessoal ocupado se 1996 não tivesse sido um ano atípico?

O efeito devido à mudança na data (efeito data) é calculado como a diferença entre a mudança absoluta no censo para uma dada variável e aquela mudança que teria ocorrido se a variável do censo tivesse acompanhado a mudança percentual da PNAD entre 1985 e 1996. Esse cálculo tem a vantagem de não ter havido mudança na data afetando a evolução da PNAD.

O efeito devido ao ano atípico (efeito ano atípico) é calculado como a diferença entre a evolução do censo, se este tivesse acompanhado a mudança percentual da PNAD no período 1985-96, e a evolução do censo se este tivesse acompanhado a mudança percentual da PNAD entre as médias trienais (1984-86 e 1995-97). Uma vez que 1985 e 1996 foram anos incomuns, a mudança percentual baseada apenas nesses dois anos divergiria do percentual baseado nas médias trienais.

Finalmente, estima-se a mudança no número de estabelecimentos e no pessoal ocupado entre meados dos anos 1980 e meados dos 90, utilizando os níveis dessas variáveis no Censo 1985 e as mudanças percentuais das médias trienais dadas pela PNAD. Isso fornece uma estimação razoável da evolução de longo prazo do setor.

O censo (IBGE, 1998) define um estabelecimento agrícola como uma área onde ocorre a produção agropecuária e o processo produtivo é subordinado a uma única administração. Com base nos dados de pessoal ocupado da PNAD, define-se uma variável comparável ao que o censo chama de estabelecimento agrícola. Essa variável inclui o número de pessoas ocupadas no setor agrícola durante o período de referência, classificadas como "empregadores" ou por "conta-própria". São as categorias de ocupação que seriam escolhidas pela pessoa responsável por um estabelecimento agrícola, como determinado pelo censo.

A diferença principal entre as duas definições relaciona-se aos períodos de referência. O período de referência para a PNAD é uma única semana no fim de setembro, e ainda é anterior ao período de plantio da maioria das culturas temporárias no Brasil. Por sua vez, no censo procura-se contar o número de estabelecimentos que possui qualquer tipo de produção agropecuária em algum período durante o ano de referência.

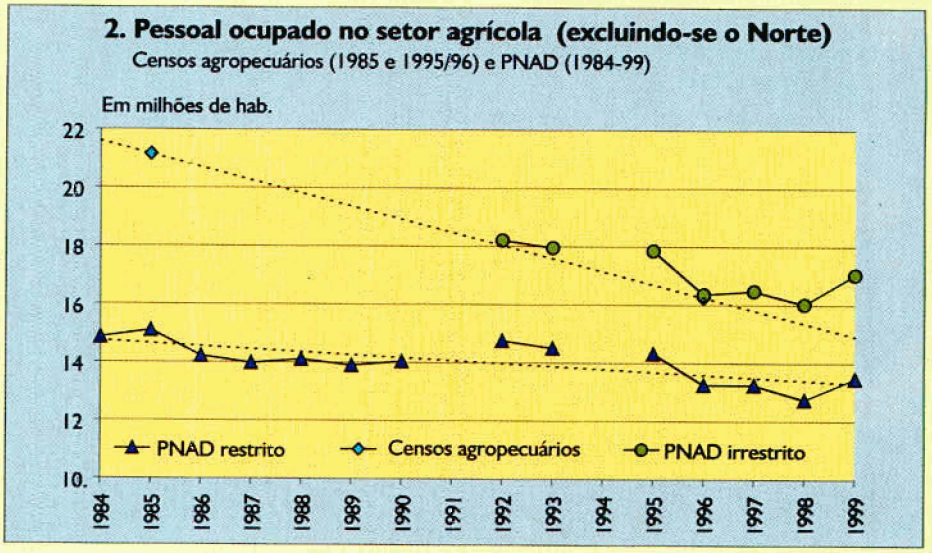
A combinação da mudança na data do censo e o fato de 1996 ser um ano atípico criaram a impressão de que a queda no número de estabelecimentos e de pessoal ocupado foi mais que o dobro do que realmente ocorreu.

Embora teoricamente o censo identifique um número maior de estabelecimentos do que a PNAD, na prática no censo apenas contam-se os estabelecimentos encontrados naquele período de coleta dos dados. A enumeração do censo durante a colheita levaria a uma diferença maior comparativamente à PNAD do que se o censo a fizesse no mesmo período do ano que a PNAD.

Com base na informação fornecida pelos estabelecimentos agrícolas, o censo informa o número total de pessoas ocupadas no setor agrícola. Em contraste ao censo, a PNAD informa dados de pessoal ocupado provenientes de pesquisa familiar (domiciliar).

Em 1992, o IBGE ampliou a definição de trabalho utilizada pela PNAD de várias formas. A mudança de definição implica que os dados de pessoal ocupado da PNAD anteriores a 1992 não são diretamente comparáveis àqueles do período 1992-99. Para contornar esse problema, construiu-se uma série restrita do pessoal ocupado que mantém a definição de trabalho utilizada antes de 1992.

Além da mudança da definição de trabalho, o questionário da PNAD também foi alterado em 1992. Conduziu-se um experimento adicional (cenário 2) para testar a sensibilidade dos resultados a essas mudanças no questionário e para assegurar que as conclusões fossem robustas. O teste é explicado a seguir.



Mudanças estimadas

A primeira linha da tabela fornece uma comparação dos dados do Censo 1995/96 e da PNAD para o Brasil sem a região Norte. Para simplificar, esses dados ficam referidos como "Brasil".

No nível nacional, o censo e os dados irrestritos da PNAD oferecem informações extremamente semelhantes. Observa-se que o número de estabelecimentos fornecido pela PNAD (4,554 milhões) era 2,1% maior que o reportado pelo censo (4,459 milhões). Similarmente, tem-se que o pessoal ocupado no setor agrícola era apenas 0,7% maior de acordo com a PNAD (16,363 contra 16,247 milhões). Diferenças dessa magnitude evidenciam uma grande consistência entre as duas fontes em 1996.

Além da consistência entre os dados do censo e da PNAD em 1996, os dados da PNAD inspiram confiança como resultado de seu comportamento no tempo. As séries temporais (figuras 1 e 2) revelam um processo de evolução bastante suave no tempo. Nos poucos casos em que houve mudanças bruscas de um ano para outro, como em 1987, elas podem ser explicadas por fenômenos facilmente identificáveis, como uma seca no Nordeste.

A tabela mostra os resultados para os dois experimentos *contrafatuais*. No item 3 dessa tabela, observa-se que o número de estabelecimentos se reduziu 16% de acordo com os censos de 1985 e 1995/96, mas apenas 9,1% de acordo com os dados da PNAD para 1985 e 1996. Essa diferença de 6,9%, ou menos 365 mil estabelecimentos, é mostrada como o "efeito data" no item 4 da tabela. Ela representa o declínio adicional no número de estabelecimentos resultante do fato de a coleta de dados ter-se iniciado em agosto e não durante a colheita. O efeito data de 6,9% é da mesma magnitude observada comparando-se os censos de 1980 e 1985 com as respectivas PNADs. A diferença entre o Censo de 1980, realizado no início de 1981, e a PNAD de setembro de 1981 era de 6,6%. Similarmente, a diferença entre o Censo de 1985 e a PNAD de 1986 era 5,2%.

> ***Existe a evidência de um considerável ajustamento estrutural dentro do setor agrícola brasileiro. É também evidente que o processo foi bastante heterogêneo entre as regiões do país. Infelizmente, o Censo Agropecuário 1995/96 tem obscurecido a natureza de muitas dessas mudanças.***

O efeito ano atípico de menos 220 mil estabelecimentos também pode ser observado no item 4. Ele reflete o fato de a PNAD ter-se reduzido apenas 4,9% entre os triênios 1984-86 e 1995-97, em vez dos 9,1% reduzidos entre 1985 e 1996. O efeito combinado da mudança na data e do ano atípico é menos 584 mil. Ele representa 69% dos estabelecimentos que o censo identifica como tendo desaparecido entre 1985 e 1996.

A partir do declínio de 4,9% medido pela PNAD, estimou-se uma redução de 262 mil estabelecimentos entre meados dos anos 1980 e meados dos 90 (item 5). Apresenta-se uma estimação alternativa para verificar a robustez desses resultados quanto às mudanças na metodologia e questionário da PNAD em 1992. A estimação alternativa foi construída sob a pressuposição de que o aumento observado no número de estabelecimentos em 1992, segundo a PNAD, não ocorreu de fato e foi totalmente devido às mudanças no questionário da PNAD.

Assim, recalcularam-se as séries para os anos 1990 impondo que 1992 fosse igual a 1990, e ainda impondo a evo-

Estimativa da mudança no número de estabelecimentos e no pessoal ocupado no setor agrícola brasileiro (excluindo-se o Norte)

Censos agropecuários (1985, 1995/96) e PNAD (1984-86, 1995 97)[1]

	Estabelecimentos (Mil unidades, %)		Pessoal ocupado (Mil unidades, %)	
	Censo	PNAD	Censo	PNAD[2]
1. Dados de 1 996	4.459	4.554	16.247	16.363
2. Mudança absoluta				
1985-96	-847	-455	-4.909	-1.846
(1984-86) - (1995-97)		-248		-1.116
3. Mudança percentual				
1985-96	-16	-9,1	-23,2	-12,2
(1984-86) - (1995-97)		-4,9		-7,6
4. Decomposição da mudança no número de estabelecimentos				
Efeito data	-365		-2.322	
Efeito ano atípico	-220		-983	
Efeitos combinados	-584		-3.305	
Efeitos combinados (%)	-69		-67	
5. Mudança estimada				
(1984-86) - (1995-97)	-262		-1.604	
Cenário 2	-296		-2.550	

[1]O Norte, com exceção de Tocantins (TO), é excluído pelo fato de a PNAD não coletar informações em suas áreas rurais. Tocantins fazia parte de Goiás até a Constituição de 1988. Adicionou-se Tocantins ao total do Brasil nos anos 1990 para manter a consistência com os anos 1980.
[2]A primeira linha da tabela apresenta os dados irrestritos da PNAD para efeito de comparação com os do censo. Todos os demais cálculos são baseados nos dados "restritos" da PNAD. Veja o texto para detalhes.

lução em termos percentuais das séries originais ao novo nível de 1992. A mudança estimada nos estabelecimentos, menos 296 mil, é observada no item 5 da tabela como "cenário 2". É praticamente a mesma que na primeira estimativa. Conclui-se com base na PNAD que a redução no número de estabelecimentos entre meados dos anos 1980 e meados dos 90 foi de apenas um terço do reportado no censo. Aproximadamente dois terços do declínio aparente foram devidos à mudança na data de coleta das informações do censo e às peculiaridades de 1996.

Na tabela observam-se conclusões semelhantes para o pessoal ocupado no Brasil. No item 3 da tabela tem-se um declínio de 23,2% no pessoal ocupado entre 1985 e 1996 de acordo com o censo, enquanto a PNAD registra uma queda de 12,2%. Considerando as médias trianuais, a redução no pessoal ocupado pela PNAD reduz-se a 7,6%. Isso leva a uma estimação de declínio no pessoal ocupado no longo prazo de cerca de 1,6 milhão de pessoas. No item 4, observa-se que o efeito combinado da mudança na data (menos 2,3 milhões) e no ano atípico (menos 983 mil) explicam 67% do declínio de 4,9 milhões reportado pelo censo. Em termos percentuais, isso é quase idêntico ao encontrado para o número de estabelecimentos.

Novamente estimou-se um segundo cenário de longo prazo, considerando a mudança que ocorreria se os valores restritos de pessoal ocupado fossem idênticos em 1990 e 1992 (figura 2). Este é um experimento mais importante para esta variável do que para o número de estabelecimentos, uma vez que a mudança no questionário da PNAD em 1992 deve ter um impacto maior no pessoal ocupado total do que nos empregadores e por conta-própria. A nova estimativa de queda no pessoal ocupado (2,55 milhões) é consideravelmente maior que a primeira estimativa, mas não altera os resultados qualitativos. Conclui-se que o pessoal ocupado decresceu entre 1,60 e 2,55 milhões de pessoas. Isto representa apenas entre 33 e 52% do mostrado pelo censo.

No trabalho de Helfand e Brunstein (2000b) as mesmas análises foram feitas para as quatro grandes regiões do país, excluindo o Norte. O resultados principais são apresentados a seguir.

De acordo com o censo, o número de estabelecimentos se reduziu de 15 a 17% no Nordeste, Sudeste e Sul, mas apenas 8,7% no Centro-Oeste. Similarmente, o pessoal ocupado total se reduziu de 21 a 28% nas três primeiras regiões, e de um percentual um pouco menor no Centro-Oeste. A PNAD, em contraste, oferece um cenário muito mais heterogêneo. Acredita-se que as distorções no censo servem para disfarçar a heterogeneidade espacial implícita no processo de ajustamento nos anos 1990.

Em um extremo tem-se o Sul, que sofreu com a perda de

subsídios e com a intensa competição com as importações resultantes da liberalização comercial e da formação do Mercosul. Como resultado, o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado se contraíram em torno de 20%. Nesse caso, não há diferença significativa entre o censo e a PNAD.

No outro extremo, o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado no Nordeste parecem ser os menos afetados pelas reformas de políticas e pelo ambiente econômico desse período. A PNAD mostra um declínio de apenas 4% nos estabelecimentos, entre 1985 e 1996, e um *aumento* de 1,4% quando se consideram as médias trianuais.

Um comportamento semelhante pode ser observado para pessoal ocupado, com praticamente nenhuma mudança entre meados dos anos 1980 e meados dos 90. Essa conclusão contradiz a informação do censo, mas parece plausível por várias razões. Além da evidência de que os efeitos da mudança da data e do ano atípico foram especialmente grandes no Nordeste, essa região continua parcialmente protegida da competição, em virtude dos elevados custos das transações que resultam da distância e da fraca infra-estrutura.

O Sudeste foi um caso intermediário. Exibiu considerável ajustamento no pessoal ocupado, mas uma mudança muito menor no número de estabelecimentos. Isso sugere que os pequenos produtores podem estar sobrevivendo, ao mesmo tempo que as grandes propriedades se modernizam e saem da produção de culturas intensivas em mão-de-obra.

O Centro-Oeste, em contraste, não apresenta sinais de contração no pessoal ocupado, apesar da queda no número de estabelecimentos. Região agrícola dinâmica, isso é consistente com a expansão de produção baseada na mão-de-obra contratada e no aumento do tamanho dos estabelecimentos.

Existe a evidência de um considerável ajustamento estrutural dentro do setor agrícola brasileiro. É também evidente que o processo foi bastante heterogêneo entre as regiões do país. Infelizmente, o Censo Agropecuário 1995/96 tem obscurecido muitas dessas mudanças.

Referências bibliográficas

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. orgs. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. 2000. Jaguariúna: Embrapa, v. 1.

HELFAND, S. M. & REZENDE, G. C. de. Brazilian agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms. Ipea, abr. 2001, n. 785. (Textos para Discussão.)

_____ & BRUNSTEIN, L. F. The changing structure of the Brazilian agricultural sector: can we believe the 1995-96 Agricultural Census? *Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: CD-ROM, 30 jul.-5 ago 2000; Brasília: Sober, 2000a.

_____ & _____. *The changing structure of the Brazilian agricultural sector and the limitations of the 1995/96 Agricultural Census*. <www.nemesis.org.br>, 2000b.

Notas

Este artigo baseia-se em um estudo mais amplo sobre as limitações do Censo Agropecuário 1995/96 (ver Helfand & Brunstein, 2000a e 2000b). Faz parte do projeto de economia espacial Nemesis (<www.nemesis.org.br>), onde os textos podem ser acessados. O projeto recebeu auxílio financeiro do programa Pronex do governo brasileiro, ao qual agradecemos.

De acordo com o Censo 1995/96, as quatro regiões analisadas contêm aproximadamente 90% dos estabelecimentos no Brasil. Para ter consistência, adicionou-se o estado de Tocantins (TO) ao total do Brasil nos anos 1990, porque esse estado pertenceu ao estado de Goiás nos anos 1980. Tocantins é o único estado da região Norte pertencente à coleta de dados rurais da PNAD.

Steven M. Helfand é professor assistente do Departamento de Economia da Universidade da Califórnia, Riverside. E-mail: shelfand@mail.ucr.edu



Um plano para a armazenagem

Com recursos da ordem de R$100 milhões, o país pode começar a corrigir uma defasagem histórica nas últimas décadas

Segundo trabalho elaborado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA) em 1993, ocorrem perdas anuais de US$1,34 bilhão nas cadeias produtivas de milho, trigo, soja, arroz e feijão. Só no transporte e armazenagem desses produtos as perdas podem chegar a US$1 bilhão.

Na verdade, os investimentos oficiais na infra-estrutura de armazéns foram muito baixos nas últimas duas décadas. De 1975 a 1979 foi implantado o Programa Nacional de Armazenagem (Pronazem), que teve relativo êxito ao aumentar a capacidade estática do país em 5,3 milhões de toneladas, cerca de 16%, sendo 8,34% nos intermediários, 6% nas fazendas e 1,69% no setor público.

Depois disso o país ficou longo tempo sem um programa oficial de financiamento com encargos financeiros atrativos para a construção, adequação e modernização de unidades armazenadoras.

Diante da pouca credibilidade do setor junto à sociedade e da legislação pulverizada e desatualizada, há muito tempo está clara a necessidade de traçar um plano para a armazenagem no país.

Em 3 de julho último, pela Resolução nº 2.867, foi aprovado o Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais. Com recursos da ordem de R$100 milhões, sua vigência vai até 30 de junho do ano que vem. Podem-se beneficiar dessa operação produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas), de forma individual ou em grupo. A taxa de juros é 8,75% a.a. (inclui o *spread* de 5% do agente).

Os itens financiados são implantação, recuperação, adequação ou modernização de unidades armazenadoras. O nível de participação vai até 100% (até R$100.000,00 por cliente, liberados em parcela única). O prazo é de 96 meses, incluindo carência de até 36 meses.

Também através do Decreto nº 3.855 de 3-7-2001, Lei nº 9.9973 de 29-5-2000, uma nova legislação de Armazenagem de Produtos Agropecuários foi aprovada. A seguir, AgroanalysiS dá os detalhes da nova legislação.

Objetivos do Decreto nº 3.855

- dar regulamentação específica e uniformizar procedimentos;
- subordinar às diretrizes do MAA;
- estabelecer condições para melhoria tecnológica e fiscalização do setor;
- estruturar sistema de informações estatísticas;
- propiciar ações para modernização e recuperação de credibilidade;

- implementar conceitos de liberalização com responsabilidade;
- incluir o segmento armazenador nas discussões das cadeias agropecuárias;
- melhorar a qualidade dos estoques armazenados;
- reduzir perdas;
- melhorar a rentabilidade do setor e produtores (comercialização).

Sua abrangência se estende a:
- guarda e conservação de produtos agropecuários pessoas jurídicas;
- uso próprio e prestação de serviços a terceiros.

Principais focos:
- certificação;
- contrato de depósito;
- emissão de títulos negociáveis;
- responsabilidade solidária;
- garantias;
- seguro (incêndio e outros);
- comercialização;
- informações (cadastrais/estoques);
- verificação dos estoques e das condições de armazenagem;
- cadastro de unidades armazenadoras;
- rotina para apuração das irregularidades.

Sistema de Certificação e papel do Inmetro

Objetivos:
- estabelecer regras e procedimentos de gestão obrigatórios para pessoas jurídicas prestadoras de serviços a terceiros;
- balizado pelo Sistema Brasileiro de Certificação (SBC);
- participação do setor público e privado na fixação de referenciais;
- implementação gradual;
- base para a regulamentação dos futuros títulos agropecuários;
- Sistema de Certificação de Estruturas Armazenadoras

Coordenação:
- Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
- Inmetro (secretário-geral);
- Comitê Técnico para a Agricultura;
- Subcomissão para assuntos de armazenamento.

Rotina para aprovação:
- definição da proposta na subcomissão;
- aprovação no Comitê Técnico do MAA;
- aprovação no SBC e no MAA;
- implantação.

Papel do Inmetro:
- secretariar as reuniões;
- fornecer os subsídios para criação do sistema;
- dar credibilidade ao sistema, dado seu reconhecimento internacional;
- credenciar as organizações certificadoras credenciadas (OCCs);
- supervisionar as atividades das OCCs.

Contrato de depósito, garantias e comercialização

Aspectos principais:
- livre negociação (preços/prazos/direitos e obrigações);
- impossibilidade de redução das responsabilidades estabelecidas na lei;
- garantia integral dos estoques (pronta e fiel entrega);
- indenizações das perdas com prazo de até 30 dias;
- arbitragem (inclusão ou não desta alternativa).

Responsabilidades e obrigações do depositário:
- conservação, pronta e fiel entrega dos produtos, conforme contrato de depósito;
- responsabilidade solidária do presidente, diretor e sócio-gerente da empresa particular (ou equivalente, em caso de cooperativas) com o fiel depositário;
- indenizações em produto ou em espécie, de acordo com a conveniência do depositante, no prazo de 30 dias;
- obrigatoriedade do depositário oferecer garantias compatíveis com o produto entregue em depósito;
- livre acesso aos armazéns para depositantes e técnicos do MAA;
- informações cadastrais e de estoques públicos e privados para utilização do governo.
- observação: não poderão ser responsáveis as pessoas em cumprimento de pena por crime de falência, estelionato, abuso de confiança, falsidade ideológica, roubo ou furto e delitos na administração do patrimônio público.

Garantias:
- oferecidas pelo depositário: fiança bancária; hipoteca;

seguro etc.;
- livre negociação onde o depositante dispensa o fornecimento de garantia;
- compatíveis com o valor da mercadoria depositada.

Brasil: distribuição da capacidade por local

Local	Percentual
Fazenda	9
Zona rural	29
Zona urbana	56
Portos	6

Fonte: Conab.

COMERCIALIZAÇÃO:
- comercialização de produtos próprios e/ou de terceiros;
- habilitação de armazéns cadastrados e certificados regularmente;
- necessidade de concordância formal do depositante;
- registros das operações arquivadas até vencer o contrato de depósito;
- sistema de registros adequados e auditáveis;
- depositário indeniza o depositante o valor integral dos ganhos obtidos com a venda irregular.

EMISSÃO DE DOCUMENTOS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES; CADASTRO

DOCUMENTOS EXIGIDOS:
- comprovantes de depósito:
- dados do depositante e depositário;
- especificação do produto (inclusive qualidade);
- peso (líquido e bruto);
- forma de acondicionamento (número de volume ou fardos);
- valor da mercadoria.
- permanece a exigência da Lei nº 1.102 de 21-11-1903, quanto à emissão de conhecimento de depósito e *warrant*.
- abertura para regulamentação quanto à emissão de novos títulos lastreados por produtos depositados:
  - condicionamento à qualificação das garantias a serem oferecidas;
  - exclusivamente para as unidades armazenadoras certificadas.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES:
- informações, pelos depositários (pessoas jurídicas subordinadas à presente legislação), pelas pessoas jurídicas subordinadas à presente legislação;
- produzir e disponibilizar banco de dados confiáveis sobre as atividades do setor, visando possibilitar ao governo a adoção de propostas sobre políticas agrícolas e de abastecimento.
- garantia de sigilo sobre informações individuais;
- informações solicitadas devem ser objetivas e concentradas nos itens mais importantes e com periodicidade adequada;
- verificação: o depositário é obrigado a possibilitar a verificação dos estoques, as condições de armazenamento e sua documentação;
- responsabilidade: MAA ou seus conveniados;
- abrangência: fiscalização e supervisão;
- livre acesso aos representantes;
- disponibilização obrigatória das informações pelos armazenadores;

CADASTRO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS:
- Ampliação:
- obrigatoriedade da identificação das unidades armazenadoras;
  - novas informações cadastrais, oriundas do Sistema Nacional de Certificação;
  - dados relativos às informações decorrentes das irregularidades cometidas e das respectivas penalidades.
  - Responsabilidade: Conab.

DIREITO DE RETENÇÃO; ARBITRAGEM E IRREGULARIDADES

- depositário tem direito de retenção de produtos, limitados aos valores de débitos correspondentes, para garantia do pagamento de:
  - armazenagem e demais despesas tarifárias;
  - adiantamentos feitos com frete, seguro e demais despesas e serviços, desde que formalmente autorizados pelo depositante;
  - comissões, custos de cobrança e outros encargos relativos às mercadorias depositadas;
  - direito de retenção não poderá ser exercido quando existir débito perante o depositante, decorrente de contrato de depósito, em montante igual ou superior aos dos créditos relativos aos serviços prestados.

CÂMARA DE ARBITRAGEM:
- observância à Lei nº 9.307, de setembro de 1996;
- necessidade dessa forma de resolução estar prevista no contrato de depósito ou conforme acordo entre as partes;
- irrecorrível – a nulidade de sua sentença só poderá ser pleiteada ao órgão do Poder Judiciário competente.

Brasil: capacidade estática cadastrada de armazéns

Tipo	Capacidade[1]	%	Número de unidades	%
Graneleiros	63,4	71,1	6.251	45,6
Convencionais	25,8	28,9	7.445	54,4
Total	89,2	100,0	13.696	100,0
Propriedade				
Pessoas físicas	-	9,0	-	61,0
Pessoas jurídicas	-	91,0	-	39,0

Fonte: Conab.

[1]Em milhões de t.

ANÁLISE DE IRREGULARIDADES E APLICAÇÃO DE PENALIDADES:

- define as irregularidades;
- estipula as penalidades;
- estabelece uma rotina para análise das irregularidades, dos recursos interpostos pelos depositários e para a aplicação das penalidades.

IRREGULARIDADES:

- não observar as determinações constantes deste decreto e demais normas complementares;
- não dispor dos documentos comprobatórios de registro ou certificação para prestação de serviços de armazenagem, regularizados e atualizados;
- deixar de fornecer as informações previstas na lei;
- não atender as exigências e desrespeitar os prazos estabelecidos;
- não formalizar o contrato de depósito;
- descumprir suas responsabilidades perante o depositante;
- não indenizar o depositante na forma e no prazo estabelecido;
- deixar de oferecer garantias;
- comercializar estoques sem a prévia autorização do depositante;
- não manter registros relativos aos produtos comercializados;
- não permitir o livre acesso ao armazém dos proprietários das mercadorias e dos credenciados pelo Ministério da Agricultura e do abastecimento;
- descumprir penalidade imposta.

PENALIDADES PREVISTAS:

- suspensão temporária da certificação:

Brasil: motivos das perdas nas cadeias

- Inexistência de regulamentação técnica adequada.
- Baixo investimento em capacitação de mão-de-obra, modernização das estruturas, máquinas e equipamentos.
- Pequena capacidade de armazenamento nas propriedades rurais.
- Deficiência nos processos operacionais.
- Falta de apoio à pesquisa e difusão dos resultados.
- Excessivo manuseio dos produtos.
- É preciso rever a regulamentação das atividades dos armazéns.

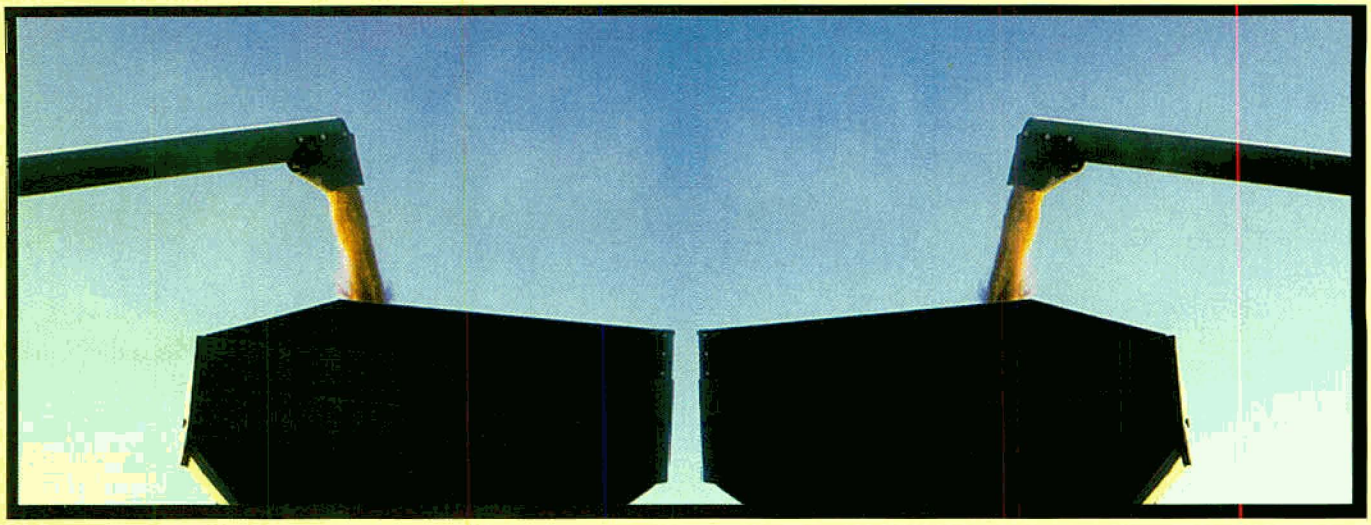
Brasil: plano para o setor de armazenagem

1. OBJETIVOS:
- definir os maiores problemas e alternativas para solucioná-los;
- adotar os procedimentos para o encaminhamento das soluções.

2. METAS PRIORITÁRIAS:
- melhorar a eficiência;
- aprimorar o profissionalismo;
- aumentar a credibilidade.

3. RESULTADOS ESPERADOS:
- redução das perdas;
- melhoria da qualidade dos estoques armazenados;
- maior rentabilidade aos depositários e depositantes;
- maior tecnificação para o setor;
- maior credibilidade ao setor.

4. AÇÕES A IMPLEMENTAR:
- alterar legislação das atividades de armazenamento;
- normalizar a regulamentação via decreto;
- programa para capacitação da mão-de-obra;
- atualizar o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (Censo);
- criar programa de crédito para modernização;
- intensificar projetos de pesquisa e difusão dos resultados.



- descumprimento das exigências estabelecidas em vistorias;
- utilização de equipamentos e instalações incompatíveis/inadequadas, ou sem manutenção;
- registro de certificação vencido (prazo a ser definido no ato da suspensão).

- exclusão do Sistema de Certificação:
  - no caso de reincidência de infração;
  - se comprovado dolo, inidoneidade ou má-fé;
  - nas situações de descumprimento às exigências notificadas anteriormente (prazo de um a cinco anos).
- Rotina para análise das irregularidades:
  - abertura de processo administrativo pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e/ou pelo seu conveniado;
  - apuração imediata;
  - citação dos infratores;
- primeira instância:
  - defesa – 15 dias;
  - órgão estadual do MAA ou conveniado – 30 dias;
- segunda instância:
  - defesa – 15 dias;
  - órgão estadual do MAA ou conveniado – 60 dias para decisão;
- aplicação e comunicação das penalidades ao depositário;
- registro das irregularidades no cadastro de unidades armazenadoras.

Aspectos da nova legislação

Positivos:

- MAA assume responsabilidade sobre a gestão do sistema armazenador;
- cria Sistema de Certificação;
- obrigatoriedade de informação sobre as unidades e dos estoques;
- possibilita a vistoria dos estoques armazenados.
- comercialização, com regras, dos estoques pelos armazenadores;
- penalidades para os armazenadores que cometerem irregularidades;
- amplia as informações no cadastro de armazenadores;
- criação de novos títulos representativos.

Negativos:

- permanece a diversidade de legislação sobre a matéria;
- dúvidas sobre responsabilidade relativa à redução de peso decorrente da quebra técnica e da alteração de umidade;
- não evolui no tocante às perdas;
- não abrange pessoas físicas que guardam e conservam produtos;
- restrita aos prestadores de serviços;
- penalidades exclusivamente para depositários certificados.

Detalhes sobre o assunto podem ser obtidos na Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Nucle/Gepol – SGAS 901 – Bloco A – nº 69 – 2º andar. 70000-000 - Brasília (DF).
Tel./Fax: (061) 312-6328
E-mail: pedro.beskow@conab.gov.br

Ética multifuncional

Tecnologia e acesso ao mercado orientam os novos conceitos do trabalho no campo

XICO GRAZIANO

Há 36 anos, quando 55% da população brasileira era rural e o latifúndio imperava, foi promulgado o Estatuto da Terra. Os militares, comandados por Castelo Branco, roubaram a bandeira da esquerda e propuseram a reforma agrária para afastar o "perigo comunista". Ao destruir o latifúndio e promover a empresa rural, estimulava-se a formação de uma classe média, empreendedora, no campo e se criava mercado para a nascente indústria nacional.

Virado o milênio, a realidade da economia mudou substancialmente. O fortíssimo êxodo rural fez inverter a distribuição populacional. Os sistemas agropecuários de produção incorporaram tecnologia e vincularam-se aos mercados competitivos globalizados. Restou um ultrapassado Estatuto da Terra.

Tecnologia e emprego

No passado, o problema do Brasil residia na terra. Hoje, os dilemas centram-se na tecnologia e no emprego. Antes, garantir o módulo rural era o grande objetivo da política agrária. Agora, pouco importa o tamanho da área: a tecnologia e o acesso ao mercado garantem a renda do agricultor. Um pequeno sítio pode ser mais produtivo e rentável que uma enorme fazenda de gado. A plasticultura nem precisa de terra!

O Novo Estatuto da Terra, projeto de lei que tive a honra e o privilégio de apresentar ao país, objetiva modernizar a legislação agrária e agrícola, adaptando-a aos novos requisitos da agropecuária. Precisamos de uma lei única, que compatibilize as políticas dos "sem-terra" e dos "com-terra". Hoje a equação é uma só: a distribuição de terras depende da tecnologia e dos mercados. Não adianta apenas produzir; dramático é vender com preços justos, capazes de manter o emprego e a renda rural. Não pode haver reforma agrária sem política agrícola.

O preceito básico da nova lei é a garantia da renda rural. Dois seguros são estabelecidos: o seguro contra queda de preços e o seguro de renda mínima no campo. Milhões de agricultores de subsistência precisam de subsídios diretos, bancados pela sociedade, como fazem os europeus, para que não abandonem suas propriedades e venham para as cidades engrossar as massas urbanas.

O Novo Estatuto da Terra é a bandeira de uma nova ética no campo. Representa a luta de uma geração que valoriza a tecnologia agropecuária e adota como princípio o desenvolvimento sustentável, o respeito ao solo e à natureza, mas sempre pensando no homem. Manter o emprego rural é o cerne da nova questão agrária.

Está superada a dicotomia entre grandes e pequenos.

A futura política de desenvolvimento rural, unindo reforma agrária e política agrícola, deverá apoiar quem produz e gera emprego, independente do tamanho da área. Mais: quem conserva o solo e protege o meio ambiente merece ser privilegiado.

Aqui nos aproximamos do conceito da multifuncionalidade, defendido pelos europeus e japoneses. Nós também precisamos subsidiar a agricultura. Os neoliberais que me desculpem: milhões de pequenos agricultores estão sofrendo uma competição desigual no mundo dos agronegócios e por isso precisam de ajuda para não sucumbir. Esses, os "com-terra", carecem de apoio da assistência técnica, crédito subsidiado, garantia de renda, integração aos mercados. Eles não podem desistir.

Xico Graziano é deputado federal pelo PSDB, São Paulo..

OMC

O Brasil tem razão

Não lutar para reduzir os subsídios e o protecionismo dos países desenvolvidos equivaleria a um suicídio econômico

ARGEMIRO LUÍS BRUM

As negociações internacionais em torno do setor agropecuário se multiplicam nesta virada de ano. A Organização Mundial do Comércio (OMC), após a recente reunião em Doha (Catar), lança uma nova rodada comercial incluindo o setor primário. A aproximação dos países americanos, com o objetivo de construir a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), se acelera neste momento e esquenta pelo lado do setor agropecuário, tendo em vista que o Brasil não concorda com a posição dos EUA. Enfim, a construção do acordo comercial entre Mercosul e União Européia chega ao ponto nevrálgico, que é o agrícola.

Por que o setor primário causa tanta apreensão e disputa? Porque para o Brasil o setor ainda é decisivo no contexto de suas exportações – e portanto em sua economia. O chamado complexo agroindustrial brasileiro representa 20,6% do PIB nacional; tem alcançado entre US$19 e 20 bilhões em exportações e um saldo comercial específico de algo em torno de US$13 a 15 bilhões nos últimos anos. O setor representa 40% das exportações nacionais e emprega 37% dos trabalhadores brasileiros.

Para os países desenvolvidos a situação muda de contexto. O setor primário é importante para os EUA porque esse país se colocou como principal produtor de alimentos no mundo, dominando o setor e usando a agropecuária como arma diante das demais nações, seja sob a forma de ajuda alimentar, seja como poder de barganha em conflitos mais amplos. Foi assim especialmente na época da antiga URSS. Além disso, os produtores estadunidenses possuem um forte *lobby* no Congresso dos EUA.

Entre os produtores europeus a situação política é um pouco diferente. A maioria faz parte de uma agricultura familiar, com pequenas e médias extensões de terra. A dependência de alimentos, expressa nas duas grandes guerras mundiais do século XX, não permite mais aos europeus abrirem a guarda quanto a suas provisões. A Europa não deseja mais depender dos alimentos externos e busca a auto-suficiência total, mesmo a um alto custo. Por outro lado, a defesa da agropecuária na Europa representa a manutenção de um importante "tecido social" que tem ramificações profundas no conjunto da população. Não há família que não tenha alguma origem relativamente recente no setor primário.

A difícil conquista

A luta pela abertura econômica é quase perdida. Dificilmente, tanto os EUA como a União Européia irão aceitar eliminar seus subsídios. Pode-se quando muito conseguir sua redução em setores específicos. Quanto ao protecionismo (impedir o acesso de produtos estrangeiros a seu mercado interno), as duas regiões também não parecem propensas a abrir mão de seu poder econômico.

Para o Brasil, lutar contra os respectivos Tesouros é um suicídio. Afinal, a União Européia terminou a década passada investindo entre US$80 e 90 bilhões anuais em subsídios a seu setor primário, enquanto os EUA despendiam entre US$25 e 30 bilhões na oportunidade. O conjunto dos países da OCDE (entre eles os 22 mais ricos do planeta) gastava mais de US$166 bilhões apenas para subsidiar a agropecuária e algo entre US$300 e 350 bilhões como transferências totais a título de políticas agrícolas.

O Brasil está certo em não abrir mão de colocar o setor primário nas negociações internacionais. Na OMC o processo já está sacramentado e nos resta agora um bom poder de negociação para conseguirmos, junto com os demais países emergentes e em desenvolvimento, abrir mais espaço nas economias ricas, de forma que elas aceitem pelo menos um novo e substancial recuo em seus protecionismos e subsídios. Isso vai depender da munição que os agentes econômicos brasileiros conseguirem fornecer aos negociadores oficiais no setor.

No âmbito da Alca e das negociações entre Mercosul e União Européia, o processo ainda está na fase de convencer norte-americanos e europeus a incluírem de fato o setor primário nas negociações. Se não o fizerem realmente não haverá muitas razões para que o Brasil participe delas. O setor primário estaria no centro do sucesso ou não da construção da Alca e do acordo interblocos com a União Européia. A recente posição do Congresso dos EUA, ao definir o *fast track* ao presidente Bush, sem abrir mão de influir nas decisões do setor primário, foi um passo negativo no sentido da construção da Alca, na ótica do Brasil e, por extensão, para muitos outros países da América Latina.

Tempo de decisão

A importância de consolidar uma posição de confronto com as duas grandes potências mundiais nessa área está no fato de que para 2005 a projeção para a produção de trigo alcança 113,6 milhões de toneladas na União Européia e 64,6 milhões nos EUA. Para os demais cereais, inclusive o milho, a União espera alcançar 104,2 milhões de toneladas e os EUA 289,3 milhões de toneladas. Em oleaginosas, a União prevê manter um total de 11,7 milhões de toneladas e os EUA atingirem cerca de 83 milhões de toneladas; em farelos de oleaginosas, a União estima chegar a 19,8 milhões de toneladas e os EUA a 42,8 milhões. Em leite o volume total a ser produzido na União chegaria a 120,8 milhões de toneladas em 2005, enquanto os EUA projetam um total de 78,7 milhões de toneladas.

Toda e qualquer redução substancial no protecionismo e nos subsídios dessas duas grandes potências permitirá, aos demais países e particularmente ao Brasil, ganhar alguns espaços nos respectivos mercados e acima de tudo ocupar espaços no mercado internacional. Esses espaços são atualmente ocupados por estadunidenses e europeus graças a suas políticas de subsídios, muitas vezes disfarçadas em ajuda alimentar e outros artifícios.

O Brasil tem razão em enfrentar os EUA e a União Européia, impondo condições que sejam aceitáveis para o setor primário nacional no contexto das negociações internacionais. Não fazer isso seria um suicídio econômico imperdoável. De acordo com essa lógica, os próximos quatro anos serão decisivos para nossa agropecuária.

Argemiro Luís Brum é professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, coordenador, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).

Racionalizar o transporte

Juntos, iniciativa privada e poder público podem modernizar e tornar mais eficientes as vias de escoamento de cargas no Brasil

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O transporte rodoviário continua a ser, de longe, o principal meio de escoamento de carga no Brasil. Em seguida vêm o ferroviário e o aquaviário, de cabotagem e fluvial. O dutoviário e o aéreo são bem pouco expressivos. Na verdade, pelas estatísticas do Geipot, do Ministério dos Transportes, a participação de cada um dos modais variou pouco de 1996 a 2000.

Em 2000 foram transportadas 750 milhões de toneladas/km – 450 milhões em caminhões, 155,6 milhões por trem e 103,4 milhões por embarcações.

Os especialistas apontam que os caminhões carregam cargas baixas (em média de 6,7t) e de baixo valor agregado, como granéis sólidos e líquidos, o que segundo eles constitui uma distorção no transporte de carga nacional, pois esses produtos deveriam ser movimentados por ferrovia e hidrovia.

Da Rede Ferroviária Federal – 28 mil quilômetros –, mais de 85% foram privatizados desde 1996. Embora as concessionárias tenham injetado nela R$2 bilhões e prevejam mais R$1,5 bilhão de investimentos para os próximos três anos, as mudanças não foram significativas. A operação particular mostra que as deficiências do sistema não são apenas de ordem administrativa e de gestão.

A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) aponta alguns problemas e indica saídas. A malha ferroviária nacional vem do século XIX. É mais que tempo de redesenhar o traçado, alterar passagens de níveis e sinalizar pontos críticos para diminuir acidentes e aumentar a velocidade.

A navegação de cabotagem (transporte cabo a cabo em rota nacional) viveu melhores momentos até os anos 1960, quando perdeu espaço para o transporte rodoviário. Em 1997 foram transportados 105,8 milhões de toneladas de cargas entre portos nacionais e 296 milhões de toneladas em rotas internacionais. O transporte fluvial é bem modesto, pelas estatísticas do Geipot.

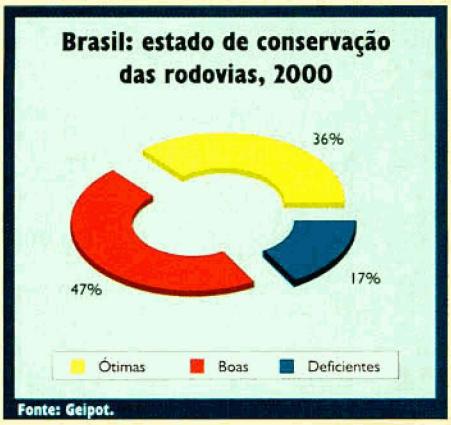
A viação aérea investe na entrega expressa de documentos e mercadorias de porte pequeno. As grandes empresas criam serviços especiais para despachar gêneros de alto valor agregado em curto espaço de tempo. O movimento do setor alcança US$1 bilhão. O serviço expresso responde por mais de 65% das encomendas nacionais e 35% dos transportes nacionais.

Investir na intermodalidade

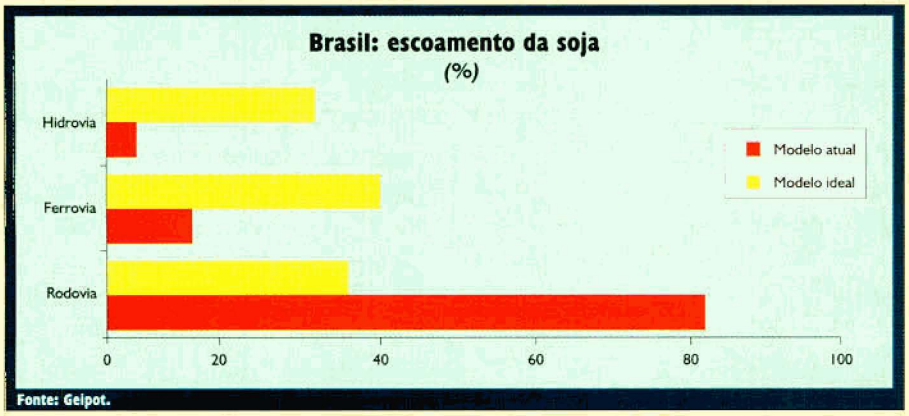
Na década de 70, o país despendia 1,2% do produto interno bruto com rodovias; atualmente não gasta mais de 0,10% no setor. Em desequilíbrio com a freada desses

investimentos, nos últimos 30 anos o consumo total de combustível cresceu até cinco vezes e o tráfego triplicou. O estado de conservação das rodovias chegou a um ponto comprometedor.

Pelos levantamentos do Ministério dos Transportes, a frota nacional de caminhões está antiga e isso provoca









Brasil: matriz de transporte

Meio de transporte	1996	1997	1998	1999	2000
Aéreo	0,33	0,26	0,31	0,31	0,33
Aquaviário	11,47	11,56	12,69	13,19	13,86
Dutoviário	3,78	4,55	4,44	4,61	4,46
Ferroviário	20,74	20,72	19,99	19,60	20,86
Rodoviário	63,68	62,91	62,57	62,29	60,49
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Geipot/MT.

custos maiores, falta de segurança, aumento da poluição e inviabiliza viagens longas devido ao risco de avarias. Anualmente, de 85 a 100 mil veículos teriam de ser colocados no mercado para diminuir a idade média. A quantidade vendida no entanto tem ficado entre 60 e 65 mil. Os transportadores autônomos, carreteiros ou caminhoneiros, são responsáveis por 85% da carga que circula nas estradas e 65% da frota em atividade.

Em regiões de alta produção de soja, por exemplo, a deficiência de infra-estrutura multimodal acarreta prejuízos anuais de US$71 milhões, só na transferência dos grãos até os portos de exportação. O escoamento da leguminosa produzida está longe de corresponder ao modelo ideal. O país deve caminhar no sentido da intermodalidade – integração de diferentes modalidades de transporte –, mas tal modelo exige pesados investimentos em infra-estrutura.

O Geipot elaborou sofisticado estudo traçando linhas de planejamento. Para a construção de corredores estratégicos, quase 60% das inversões serão canalizados na adequação da malha ferroviária. As hidrovias receberão de 25 a 30%. O restante irá para intervenções em obras rodoviárias.

As rotas selecionadas visarão tanto cargas voltadas ao abastecimento interno como à exportação, uma vez que o custo interno da movimentação encarece o preço do produto no mercado internacional. Estima-se que serão necessários cerca de R$4 bilhões para aplicar e viabilizar o deslocamento de granéis agrícolas, combustíveis, sal, fertilizantes, madeira, açúcar e outros produtos. A composição dos investimentos será dividida entre iniciativa privada e poder público, a exemplo do Programa Brasil em Ação, que aplicou R$8,1 milhões no setor.

Auxílio ao campo

Organizações como sindicatos e cooperativas ajudam a sanar falhas estruturais, mas estudos alertam para os riscos gerenciais e administrativos desse auxílio

FRANCISCO EDUARDO DE CASTRO ROCHA

A agricultura brasileira é uma das principais bases socioeconômicas de nossa sociedade. Segundo o IBGE, em 1999, a exploração agropecuária contribuiu com 7,9% do PIB (ou R$70,8 bilhões). Por este e outros motivos, a agricultura tem sido fonte de pesquisas científicas e de renda para milhares de brasileiros. Mas também tem sido objeto de conflitos, principalmente em relação à política de assentamento de reforma agrária.

A população brasileira atual é de 160 milhões de habitantes, dos quais 33 milhões se encontram em áreas consideradas rurais. Segundo Francisco José Batista de Albuquerque, doutor em psicologia social e professor de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal da Paraíba, há diferenças entre os termos *agrário* e *rural*, que se opõem ao *urbano*. Albuquerque considera que *agrários* são os ambientes onde se desenvolvem atividades relacionadas à exploração econômica da terra, como a agricultura e a pecuária. O ambiente *rural* engloba o agrário e atividades de comércio, pequenas indústrias e serviços (educação, saúde, lazer) em municípios com até 20 mil moradores, mesmo que essas atividades não estejam ligadas ao setor primário. O ambiente *urbano* é formado por todos os moradores dos municípios com mais de 20 mil habitantes. De acordo com essas definições, todos os habitantes do campo (sítios, fazendas ou povoados) que estejam em municípios com mais de 20 mil moradores são considerados urbanos e os habitantes de municípios com até 20 mil moradores não atuantes na área agrícola são considerados parte da população rural brasileira.

Detalhando melhor as informações sobre o meio rural, os dados do Censo Agropecuário 1995/96 mostram que, dos 4,8 milhões de estabelecimentos agrícolas, apenas 500 mil pertencem à categoria patronal e os 4,3 milhões restantes são unidades do tipo familiar e outras que foram excluídas do universo analisado. Dessas, apenas 1,1 milhão têm boas condições financeiras e nível tecnológico de exploração satisfatório. De resto, são estabelecimentos do tipo familiar com problemas financeiros, dificuldades de acesso ao crédito e com dívidas junto aos programas de financiamento, como o Fundo do Centro-Oeste (FCO) e o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Além disso, encontram outros problemas: dificuldade de inserção no mercado; precariedade de posse da terra – uma vez que o título da terra pertence ao Incra até que o assentamento se consolide com infra-estrutura básica –; superfície útil de exploração limitada e dependente da localização da propriedade, do tipo de solo, do tamanho da área requerida, do número de famílias assentadas; pouco ou nenhum acesso à assistência técnica e a outros serviços de apoio; e baixo nível de capacitação e organização.

Para suprir a debilidade organizacional, os agricultores têm apoio de diversos tipos de organizações formais – associações, centrais de associações, cooperativas, Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores e suas Organizações (Camppo), sindicatos e outros – e não-formais – grupos de interesse de jovens, religiosos ou esportivos, que apóiam os agricultores de diversas formas, contribuindo de acordo com seus interesses e aptidões na área técnica ou social.

As associações no campo

As associações de produtores rurais são mais atuantes na área social, têm práticas de ajuda mútua e auxiliam os sócios quanto à organização, além de defendê-los em aspectos políticos. Juridicamente, os sócios não têm acesso ao crédito por intermédio de suas associações, pois elas não têm fins lucrativos.

No entanto, alguns organismos governamentais, segundo Albuquerque, confundem políticas de incentivo à formação de associações e cooperativas com contratos coletivos feitos por instituições financeiras, que, por motivos administrativos, preferem realizar um único contra-

O crédito agrícola foi usado para criar e fomentar mecanismos de estímulo para associações e cooperativas, mas a formação artificial dessas organizações prejudicou a coletividade e o verdadeiro associacionismo.

to com vários agricultores do que milhares de pequenos contratos individuais.

O crédito agrícola foi utilizado para criar e fomentar mecanismos de estímulo para associações e cooperativas, o que resultou na formação artificial dessas organizações, com o intuito de dar aos associados melhores condições para obtenção de crédito, mas prejudicando a coletividade e o verdadeiro associacionismo.

Essa prática afetou tanto os pequenos agricultores e assentados como os grandes agricultores e suas organizações. Um reflexo dessa política foi a renegociação da dívida de 439 cooperativas (de um universo de 4.342) em 1998/99, envolvendo um total de US$800 milhões, segundo a Organização das Cooperativas do Brasil.

Quase todas as associações que receberam os incentivos foram formadas apenas para a oportunidade de crédito fácil junto ao programa FCO na época da implantação do Plano Real. Hoje, essas organizações estão endividadas, desestimuladas e com pouca ou nenhuma condição de pagar o montante renegociado, apesar da prorrogação da dívida agrícola. O problema das dívidas das associações, que também atinge as cooperativas, só será resolvido com um ajuste dos pagamentos de acordo com a produção.

Sindicatos e cooperativas

Entre as organizações ligadas ao meio rural, incluem-se os sindicatos, que são provavelmente a forma mais bem estruturada e estável das instituições do setor. Os sindicatos não têm como preocupação central as atividades produtivas e, portanto, dependem de contribuições de seus filiados ou outras fontes de recursos. Fixam-se em geral na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e fazem parte de uma rede organizacional que envolve milhares de associados. Dentro desse contexto, destacam-se dois grandes sistemas organizacionais: A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A CNA congrega 27 federações estaduais da agricultura, ligadas ao segmento patronal, que, por sua vez, incorporam 2.030 sindicatos no Brasil com cerca de 800 mil agricultores patronais filiados. O sistema aceita apenas a filiação de pessoas que exerçam atividades econômicas agropecuárias e que tenham áreas superiores a dois módulos rurais ou que empreguem trabalhadores rurais, sejam eles proprietários ou não de imóveis. É importante esclarecer que o tamanho do módulo rural varia de acordo com o município e com o tipo de exploração agrícola.

A Contag representa 25 federações estaduais de trabalhadores na agricultura, cujos 3.600 sindicatos têm a filiação de aproximadamente 10 milhões de trabalhadores rurais. Esse público é formado por agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, assalariados rurais, parceiros ou meeiros e extrativistas. Grandes discussões vêm sendo promovidas pela Contag para rever duas questões ainda pouco consideradas no contexto rural: as participações da mulher e do jovem trabalhador no processo de desenvolvimento local.

As cooperativas, segundo Albuquerque, têm comprometimento com a produção e a comercialização. São organizações utilizadas pelo Estado como instrumento de desenvolvimento econômico. Organizam-se em centrais e federações e são regulamentadas por um estatuto legal interno, baseado em seis pontos básicos da doutrina cooperativista: livre acesso e adesão; direito de voto para todos os sócios; princípio da supressão do lucro – o lucro não é visto como fim em si mesmo, mas como uma forma de proporcionar condições de trabalho para o cooperado, isso as diferencia ideologicamente de uma empresa tradicional, que tem no lucro o objetivo principal de suas atividades –; poder legal ao capital integralizado por cada sócio; benefícios proporcionais ao trabalho ou quantidade de produto aportado e não ao capital investido; e caráter educativo e formativo de novas cooperativas.

Embora o cooperativismo seja uma prática difundida entre adeptos de muitos espectros ideológicos, trabalhos como o do professor Albuquerque e outros alertam para a grande possibilidade de fracasso dessas organizações. O referido professor diz que, na prática, a administração de uma cooperativa é problemática, pois, além das características de sua formação, leva seus sócios a vivenciarem papéis variados e conflitantes ao mesmo tempo, pois são donos, empregados e fornecedores de uma mesma empresa. Exige de seus membros maior capacidade comercial e gerencial do que em uma empresa tradicional, além de uma efetiva participação e domínio da doutrina cooperativista como forma de dar suporte ideológico a essas possíveis contradições de interesses e papéis.

Francisco Eduardo de Castro Rocha é pesquisador na área de mecanização agrícola da Embrapa Cerrados em Planaltina, DF.
E-mail: rocha@cpac.embrapa.br

Tendências dos mercados

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de dezembro de 2001 e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de janeiro de 2002. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2002. Os preços de janeiro de 2001 são nominais.

Por Carlos Cogo*, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro, Gregory Honczar e Vinicius Borba

MERCADO INTERNO

Algodão (6) Sul do Brasil – R$15kg disponível

Em janeiro, o Ministério da Agricultura deverá se manifestar sobre a política de comercialização a ser adotada para a safra de algodão 2001/02. A intenção é de que ainda em janeiro sejam definidos quantidade, valor e vencimento das operações de PEP (Prêmio Escoamento Produto) para a próxima colheita, que começa a partir de fevereiro. A idéia de lançar PEPs antecipados para a próxima safra, com vencimento a partir de março de 2002, foi frustrada devido a dificuldades operacionais. Como o período adequado para o PEP antecipado – julho/agosto passados – foi ultrapassado, o próximo anúncio deverá ocorrer tradicionalmente em janeiro/fevereiro, com vencimento em março, o que deverá permitir a sustentação dos preços nos próximos meses.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

O Brasil deverá colher 11,376 milhões de toneladas na safra 2001/02, representando um aumento de 9,5% em relação ao volume produzido na safra passada. Embora o setor produtivo tenha respondido com aumento na produção nacional, o incremento não foi suficiente para igualar a produção com o consumo. Entretanto, o abastecimento interno não deverá sofrer qualquer percalço, em virtude dos estoques de passagem, estimados em 1,9 milhão de toneladas. Desse total, cerca de 1,4 milhão de toneladas serão dos estoques públicos, enquanto a diferença será de estoques privados. Com isso, o suprimento interno (estoque inicial + produção + importação) será da ordem de 14,028 milhões de toneladas, contra um consumo estimado de 11,70 milhões de toneladas base casca, o que geraria um estoque de passagem, no final da safra 2001/02, de 2,294 milhões de toneladas. O quantitativo inerente às importações está estimado em 750 mil toneladas base casca, oriundas, sobretudo, da Argentina e do Uruguai. O aumento na produção deverá pressionar negativamente os preços nos próximos meses.

Boi gordo R$/arroba

No acumulado dos últimos 12 meses, as exportações totais de carne bovina somaram 482.156t, crescimento de 49,8% em relação às 321.854t dos 12 meses anteriores. O volume embarcado de carne bovina *in natura* cresceu 86,5%, de 187.197t para 349.058t. As exportações de carne industrializada tiveram pequeno recuo no acumulado dos últimos 12 meses, somando 133.098t, ante 134.657t do período anterior, recuo de 1,2%. As exportações enxugaram a oferta no mercado interno, mas em janeiro estão disponíveis os primeiros animais de pasto, apesar do fim da disponibilidade de animais de confinamento. Os preços pagos pelo boi não subiram no mesmo ritmo das cotações da carne bovina no atacado e no varejo. Na média do Brasil, os preços do boi gordo subiram 20% no acumulado de 2001. Os preços dos cortes casados de traseiro e dianteiro subiram, na média, 27% no período. Para o consumidor, o preço final de carne bovina subiu em média 47%.

Café tipo 6/sc. 60kg

Permanece forte a demanda dos exportadores brasileiros pelo café. No último semestre de 2001, o Brasil exportou quantidades recordes, o que foi possibilitado pela valorização do dólar frente ao real, em boa parte do período, e pelo atraso nas colheitas dos países centro-americanos. Estes países, cuja oferta maior acontece no último trimestre do ano, sofreram problemas climáticos diversos, os quais atrasaram a colheita e impediram vendas mais agressivas. Porém, espera-se para as primeiras semanas de 2001 a normalização das vendas, o que deverá reduzir o espaço que vem sendo ocupado pelo Brasil.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

A primeira safra 2001/02 deve crescer 23,2%, com uma produção estimada em 1,432 milhão de toneladas, contra 1,162 milhão de toneladas na primeira safra 2000/01. A estimativa para a segunda safra 2001/02 é de uma produção de 1,521 milhão de toneladas, um crescimento de 33,1% sobre o 1,142 milhão de toneladas na segunda safra 2000/01. Caso a terceira safra 2001/02, estimada em 306,8 mil toneladas seja confirmada, em comparação às 286,5 mil toneladas na terceira safra 2000/01, a produção total de feijão, nas três safras 2001/02, deve atingir 3,260 milhões de toneladas, um crescimento de 25,8% sobre os 2,591 milhões de toneladas produzidos na safra 2000/01. O consumo na safra 2001/02 está estimado em 2,900 milhões de toneladas. Com uma produção total das três safras estimada em cerca de 360 mil toneladas acima do consumo anual e mais importações estimadas em 100 mil toneladas, o quadro de oferta e demanda para 2001/02 mostra-se folgado, o que pressionará os preços pagos aos produtores, como já vem ocorrendo na maior parte das regiões que cultivam a primeira safra 2001/02.

Frango vivo R$/kg

Com excelente desempenho durante o ano, o setor fechou o ano de 2001 com expectativas otimistas. As agroindústrias, principalmente as voltadas para

Carlos Cogo é consultor da Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica: www.carloscogo.com.br

Mundo: produção e estoque de grãos

Milhões de t

Produto	Produção			Estoque final		
	2001/02	2000/01	Var. %	2001/02	2000/01	Var. %
Trigo	575,08	582,25	-1,23	431,59	486,04	-11,20
Arroz befneficiado	392,82	396,89	-1,02	125,75	137,31	-8,42
Grãos forrageiros*	873,18	856,80	1,91	166,73	186,97	-10,82
Milho	586,77	586,27	0,08	126,04	152,43	-17,31
Soja	182,72	174,28	4,84	29,15	28,60	1,92
Farelo de soja	124,03	117,75	5,33	3,94	3,86	2,07
Óleo de soja	28,41	26,94	5,46	2,40	2,49	-3,61
Algodão**	96,87	88,50	9,46	41,57	38,94	6,75
Total***	1.841,08	1.845,94	0,26	724,07	811,32	-10,75

Fonte: Usda, dezembro/2001.
*Milho, sorgo,aveia, cevada e centeio.
**Em milhões de fardos de 480 libras.
***Trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.

a exportação, realizaram grandes lucros. Os embarques totalizaram 1,2 milhão de toneladas e receitas de US$1,35 bilhão, um crescimento de, respectivamente, 30 e 61% em relação a 2000. O câmbio desvalorizado, as doenças sanitárias na Europa e Ásia e a maior agressividade nas vendas foram os pontos positivos. O escoamento da produção para o exterior não incha a oferta interna, apesar do aumento no alojamento mensal, ao redor de 300 milhões de pintos. Internamente, os preços melhoraram no último bimestre e situaram-se entre R$1,10 e RS1,20 no estado de São Paulo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

O mercado supera o período de entressafra com normalidade e os preços oscilam dentro do espaço previsível. Depois de rompida a barreira de R$10,00 a saca, no interior de São Paulo e Paraná, os negócios variam de R$12,00 a R$13,00. As estimativas de safra da Conab sustentam um volume razoável para a temporada 2001/02. Uma redução nas exportações dá equilíbrio ao quadro doméstico de oferta e demanda.

Soja-grão industrial R$/60kg

Estima-se que 35% da safra brasileira de soja 2001/02 já foram comercializados. Atentos ao sobe-e-desce do mercado internacional, os produtores preferiram não arriscar e garantir uma cotação de R$25,00 a R$26,00 por saca de 60kg para entrega entre abril e maio de 2002. O quadro que começa a se formar para a venda da safra 2001/02 da oleaginosa não é tão favorável neste momento. A cotação para entrega no mercado disponível na colheita da safra 2001/02 não passa de R$20,00 por saca de 60kg. A queda do dólar registrada no último mês foi um dos principais motivos da retração no valor da commodity, que chegou a ser negociada a mais de R$30,00 em setembro.

MERCADO EXTERNO

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

O mercado internacional de açúcar deverá enfrentar em 2002 os mesmos problemas que o afligiram este ano. O aumento da produção de cana no Brasil e a recuperação da produção em vários outros países devem impactar os preços do setor de forma negativa. A demanda parece crescer ano a ano, mas a produção também, especialmente no Brasil. De forma geral, não há razões para esperar mudanças no atual intervalo de preços entre 6 e 10 centavos de dólar por libra-peso. A Organização Internacional do Açúcar (ISO) estima que o mercado mundial tornará a ver superávit de produção no período entre outubro de 2002 e setembro de 2003, tornando ainda mais improvável uma recuperação de preços. Reduções de oferta regionalizadas devem sustentar os valores do açúcar por períodos curtos, mas preços acima dos 10 cents por libra por longos períodos estão fora de alcance.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

Os preços internacionais do algodão podem cair 10%, em termos médios, em 2002. A tendência é de queda continuada no preço médio do algodão no próximo ano. A expectativa é de crescimento da produção e estoques mundiais da commodity na safra 2001/02 e redução das mesmas variáveis na safra 2002/03, com o ano-safra com início em agosto. As estimativas apontam para um incremento próximo a 8,5% na produção mundial na safra 2001/02, com destaque para os aumentos de 17% nos EUA e de 16% na China. Com isso, os estoques mundiais devem encerrar o ano-safra em cerca de 44 milhões de fardos, ou seja, 12% superiores ao início do período. Na temporada 2002/03, deverá ocorrer redução na produção e nos estoques mundiais de, respectivamente, 6 e 3%.

Café contrato C Nova York USc./lb. peso

Os preços externos do café arábica encontraram no último trimestre de 2001 alguns fatores de sustentação, o que permitiu pequena recuperação das cotações. A valorização do dólar frente ao real possibilitou fortes vendas brasileiras. A taxa de câmbio já retornou a patamar mais moderado,

MERCADO INTERNO

	Mês 12	Mês 1	de 1 a 20	de 15 a 20	Tendência
Algodão (6) Sul do Brasil[1], R$/15kg disp.	35,88	27,05	28,42	29,11	Estável
Arroz agulhinha[2], R$/sc. 60kg	33,38	47,00	44,60	44,50	Baixa
Boi gordo[3], R$/arroba	45,31	46,72	46,73	46,60	Estável
Café tipo 6[4], R$/sc. 60kg	163,56	129,76	123,80	121,68	Baixa
Feijão carioquinha especial[5], R$/sc. 60kg	47,69	52,15	51,53	52,40	Baixa
Feijão-preto[6]	40,91	97,10	93,53	92,60	Baixa
Frango vivo[7], R$/kg	1,12	0,98	1,09	1,15	Alta
Milho amarelo semiduro[8], R$/60kg	12,75	13,23	13,50	13,30	Estável
Soja-grão industrial[9], R$/60kg	23,18	30,29	29,10	28,70	Baixa

Fontes: [1]Esalq/BM&F; [2]Bolsa de Cereais de São Paulo; [3]Esalq/USP; [4]BM&F; [5,6]Instituto de Economia Agrícola (IEA); [7]Associação Paulista de Avicultura (APA); [8,9]Bolsa de Cereais de São Paulo.

MERCADO EXTERNO: MÉDIAS DOS PRIMEIROS FUTUROS

	Açúcar US¢/lb. peso mundial[1]	Algodão 1/16" US¢/lb. peso[1]	Cacau Bahia US$/t[1]	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso[1]	Farelo de soja US$/t[2]	Milho two yellow US$/bushel[2]	Soja em grão one yellow US¢/bushel[2]	Suco de laranja US¢/lb. peso[1]	Trigo soft red US¢/bushel[2]
Dezembro 2000	9,72	65,45	740,05	67,78	191,09	214,78	505,97	80,27	272,71
Novembro 2001	7,28	33,51	1.193,70	45,84	161,40	204,90	444,48	94,45	283,32
3-21 de dezembro	7,42	35,06	1.295,43	43,83	151,82	208,31	438,60	91,88	279,34
17-21 de dezembro	7,11	_	1.298,25	46,45	149,07	207,25	434,95	92,45	288,13

Fontes: [1]New York Security Exchange; [2]Chicago Board of Trade.

mas possibilitou vendas recordes ao Brasil ao longo do segundo semestre. Outro fator importante foi o atraso nas colheitas dos países centro-americanos, motivado por problemas climáticos e pela crise financeira daquelas nações. A oferta dos centro-americanos ainda não alcançou seu nível tradicional para esta época do ano. Porém, espera-se para as primeiras semanas de 2002 forte pressão de oferta por parte daqueles países.

MILHO TWO YELLOW USc./BUSHEL

A única novidade no mercado do cereal foi a notícia de que os japoneses deixaram de importar grãos dos Estados Unidos. O motivo advém dos possíveis problemas de alergia causados pelo consumo do milho Starlink, uma variedade geneticamente modificada, plantada em larga escala pelos produtores do país do hemisfério Norte. As estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos de dezembro sustentam os mesmo números do mês anterior. Os preços na Bolsa de Chicago continuam a fechar em baixa, com contratos para entrega em março cotados a 204,75 centavos de dólar o bushell (US$80,61 a tonelada).

SOJA-GRÃO ONE YELLOW/BUSHEL

Segundo o último relatório de safras do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), a produção mundial de soja em grão na safra 2001/02 deverá atingir 182,7 milhões de toneladas. Nos Estados Unidos, o maior produtor mundial, a colheita deve saltar de 79 milhões de toneladas para 83 milhões de toneladas, e na Argentina, terceiro no *ranking*, de 26,5 milhões para 28,7 milhões de toneladas. Somadas à produção brasileira, que pode ultrapassar 41 milhões de toneladas, a oferta mundial deve crescer. A demanda mundial também está em alta, mas os estoques mundiais são considerados relativamente folgados, reprimindo uma eventual recuperação mais forte das cotações externas, em dólar.

SOJA, FARELO DE US$/t

A crise da vaca louca favorece a ampliação da demanda de farelo de soja. Com isso, o consumo de farelo de soja da União Européia deve crescer em cerca de 1,1 milhão de toneladas em 2001/02, devido ao impacto do embargo em todo o bloco de ração composto de restos de animais e farinha de osso. Segundo o último relatório de safras referente ao mês de dezembro do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), a produção mundial de farelo de soja deverá totalizar 124 milhões de toneladas, um incremento de 5,3% em relação à safra passada. No entanto, a demanda global por farelo de soja está aumentando e favorece a sustentação dos preços a médio e longo prazos.

TRIGO SOFT RED USc/BUSHEL

A produção mundial de trigo na safra 2001/02 deverá atingir 575,5 milhões de toneladas, segundo previsão da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O volume é 1,6% menor que o da safra anterior, mas 11 milhões de toneladas maior que a penúltima estimativa da entidade. Em seu último relatório do ano, a FAO aumentou a projeção para a safra de trigo da Rússia, Casaquistão, Austrália e leste da África. O comércio mundial da commodity é previsto em 105 milhões de toneladas. Os estoques devem ser 15% menores que na safra anterior e 6 milhões de toneladas menores que a projeção do trimestre anterior.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Setembro	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	Δ acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,60	0,000	-3,175	-4,762	-4,762
Amendoim em casca (kg)	0,62	24,000	9,677	14,815	0,000
Arroz em casca (kg)	0,35	12,903	0,000	34,615	45,833
Banana (dúzia)	0,40	0,000	-2,564	2,564	8,108
Batata-inglesa (kg)	0,51	-5,556	10,417	4,082	-13,559
Cacau (15kg)	39,02	10,852	2,203	65,479	81,488
Café em coco (kg)	0,78	-8,235	0,000	-21,212	-27,778
Cana-de-açúcar (t)	25,60	-1,349	4,780	8,844	12,133
Feijão (kg)	1,13	4,630	-2,985	61,429	82,258
Fumo em folha (kg)	2,45	-0,407	0,000	12,385	10,360
Laranja (cento)	5,13	7,322	11,053	101,969	118,298
Milho (kg)	0,18	0,000	-4,762	12,500	-10,000
Mandioca (t)	70,39	2,594	-3,054	-10,808	10,938
Soja (kg)	0,43	4,878	0,000	38,710	48,276
Tomate (kg)	0,34	-2,857	13,158	-26,087	-20,930
Trigo em grão (kg)	0,26	-7,143	0,000	18,182	18,182
Cebola (kg)	0,59	-4,839	2,273	37,209	43,902
Mamona (kg)	0,38	-2,564	0,000	2,703	2,703
Pimenta-do-reino (kg)	2,35	7,306	-24,324	-33,989	-39,433
Sisal (kg)	0,36	2,857	0,000	16,129	16,129
Uva (kg)	–	–	–	-100,000	–
Bezerro até um ano (cabeça)	244,06	5,530	2,701	14,841	19,129
Boi gordo para corte (15kg)	42,55	4,597	2,106	9,467	9,299
Vaca leiteira de raça (cabeça)	919,32	1,555	2,188	9,494	8,605
Vaca leiteira comum (cabeça)	542,38	2,522	1,640	9,698	9,918
Suíno para corte (15kg)	21,78	1,871	0,251	2,398	6,974
Frango/galinha para corte (kg)	1,06	-0,935	-1,786	2,913	-5,357
Leite (litro)	0,29	-3,333	0,000	0,000	-9,375
Lã (15kg)	43,10	33,395	11,565	43,667	34,352
Ovos (dúzia)	0,89	-2,198	-3,261	2,299	2,299
Mel de abelha (litro)	5,93	1,195	-0,525	4,956	4,586
Boi magro (cabeça)	405,00	4,492	3,673	10,662	13,284

n.d. = não disponível

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

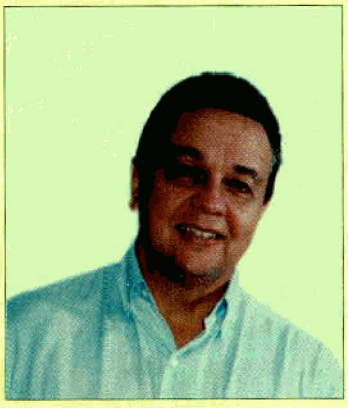
Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras-Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Julho, 2001	194,837	199,492	179,302	154,126	180,738	172,021	197,746	197,445	168,486	234,052	305,201	215,793
Agosto	196,656	207,412	172,513	153,122	181,437	176,188	209,468	201,046	171,704	236,826	308,219	221,333
Setembro	201,802	215,226	174,009	148,968	182,841	180,471	211,173	204,056	172,544	239,651	309,917	223,650
Outubro	205,515	224,156	170,996	149,950	185,451	183,288	214,563	205,827	174,183	254,212	311,495	227,969

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE-FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Boleros e rumbas



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*

Quando Carlos Crespo compôs o famoso e dolorido bolero chamado "Hipócrita", cantado por Gregório Barrios, não pensou que seu tema iria aparecer tão freqüentemente entre os analistas de negociações comerciais internacionais, especialmente no capítulo agrícola.

Estamos iniciando 2002 com a clara visão de que a hipocrisia predomina no cenário de ação de OMC, Alca e Mercosul x UE. Depois das duríssimas discussões de Doha – onde o Brasil teve um extraordinário desempenho –, que culminaram com o lançamento de uma rodada da OMC pondo a agricultura em igualdade de condições com outros setores no sistema multilateral de comércio e definindo programas de redução de protecionismo agrícola (particularmente nos estímulos às exportações e nas políticas de apoio interno dos países ricos), assistimos, no fim de 2001, a um festival de contrapontos.

Primeiro foi o badalado economista Michael Porter, que cobra US$80 mil por conferência: entrevistado nas páginas amarelas da *Veja*, afirmou com a maior cara-de-pau que o protecionismo agrícola americano é nossa desculpa para a ineficiência brasileira. Uma hipocrisia fenomenal, porque não pode ser ignorância.

Depois foi a aprovação do *fast-track* pelo Senado da Câmara americana, colocando como exceções o açúcar e o suco de laranja, fora outros produtos do setor industrial da maior importância para o Brasil – posição extremamente delicada, que contraria a decisão de Catar. E todo mundo sabe que a OMC é o fórum superior para tais questões: nenhum país ou bloco pode colocar restrições maiores que as definidas pela OMC; pode, sim, ampliar as aberturas concedidas por aquele fórum, hoje com 150 países signatários, inclusive a China.

Aliás, segundo o embaixador Rubens Barbosa, os norte-americanos sequer vêm cumprindo decisões tomadas na velha Rodada Uruguai do Gatt. Um exemplo é a proteção a seus cotonicultores, hoje muito mais extensa do que o permitido no conhecido Acordo Agrícola. A própria Farm Bill está na contramão das decisões de Doha.

Por outro lado, o diretor-geral da OMC, Mike Moore, afirma que se o *fast-track* não saísse seria muito pior. Pelo menos, argumenta ele, agora as tratativas no âmbito da Alca e da própria OMC serão mais ágeis, apesar da necessidade de aprovação pelo Congresso americano de quaisquer acordos. Mas isso faz parte da cultura realmente democrática dos Estados Unidos.

Como ficamos? Entre a hipocrisia de Porter e o pragmatismo de Moore, onde estamos? Como serão as negociações? É claro que o *lobby* dos interesses agrícolas das gigantescas corporações americanas – financiadores das campanhas eleitorais de vários membros do Congresso dos EUA – fala muito alto nessas ocasiões, e o protecionismo acaba recrudescendo. Mas será possível manter essa direção?

Os bombardeios do trágico 11 de setembro indicam que não. Será preciso mudar o rumo da globalidade na direção da redução das desigualdades socioeconômicas, caldo de cultura para agitação e terrorismo. Essa mudança deverá emergir de aberturas comerciais agrícolas para os países em desenvolvimento que, sendo competitivos no setor, gerariam emprego e renda internos.

Portanto, é preciso fazer vista grossa à hipocrisia, até porque ela é alimentada por escandalosos interesses eleitoreiros, e continuar negociando com firmeza: não podemos esmorecer. Apesar de o *fast-track* colocar em risco a Alca, temos a OMC para recorrer. Vamos brigar e criar casos com os hipócritas, porque temos a razão e a verdade do nosso lado. Vamos à luta.

Nesse duro cenário de guerra, no entanto, dois pontos chamam a atenção internamente. O primeiro é a necessidade de criar uma secretaria de comércio exterior, com *status* de ministério, para coordenar todas as negociações internacionais, compatibilizando os interesses dos diversos setores nacionais; não dá para levar quatro ministros a cada reunião da OMC ou Alca, como em Doha. Segundo: como ficarão essas negociações depois das eleições do ano que vem? E se a oposição ganhar, continuaremos lutando pela abertura comercial agrícola, se já há candidato favorável ao protecionismo europeu?

Não podemos perder de vista esse aspecto da questão, sob pena de, por não gostarmos do bolero de Crespo, acabarmos dançando uma rumba caribenha.

JUNTE-SE AO GRUPO MAIS REPRESENTATIVO E QUALIFICADO DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO.





A ABAG É UMA ENTIDADE DE CONHECIMENTOS
Vem desenvolvendo visões macro-econômicas e político-estratégicas presentes nas principais conquistas do agribusiness brasileiro.



A ABAG É UMA ENTIDADE DE ARTICULAÇÃO
Vem promovendo integração estratégica e eficiência em todos os campos do setor.

A ABAG É UMA ENTIDADE DE FOMENTO
Vem divulgando intensivamente o complexo agroindustrial brasileiro no exterior.









abag

Associação Brasileira de Agribusiness

Um espaço especializado e forte em defesa dos interesses do agribusiness.

Tel (11) 3337-1499
www.abagbrasil.com.br

O nome da fábrica é mini mas a produtividade é MAXI



No início dos anos 90, quem visitasse um local de beneficiamento manual de castanha-de-caju no Nordeste do Brasil encontraria um processo totalmente artesanal e com baixa produtividade, trabalho sem treinamento, pouca higiene e elevada perda por quebra da amêndoa ou má qualidade da matéria-prima. Hoje é muito diferente.

A parceria da Embrapa Agroindústria Tropical com algumas empresas da iniciativa privada permitiu o desenvolvimento de uma linha de equipamentos que otimizou o beneficiamento da castanha em pequena escala. A partir de 1994, com a participação de diversos agentes da cadeia produtiva do caju, começou a implantação de "minifábricas" que, integradas, foram batizadas de Módulos Agroindustriais.

Os equipamentos que compõem as minifábricas preservam os atributos de integridade, sabor, cor e odor e ainda apresentam, em média, um índice de 85% de amêndoas inteiras, contra máximo 60% da indústria tradicional. Com uma gestão compartilhada e um agente de exportação para representá-los, as minifábricas prosperaram no Nordeste, tornando-se capazes de competir em qualidade nos principais mercados do mundo. E o que é melhor: aproveitando a mão-de-obra da região e melhorando a renda do trabalhador local.

Mais uma prova de que, com soluções às vezes mini, é possível fazer uma **maxidiferença** no desenvolvimento de toda uma região.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Embrapa

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil